UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 344, DE 05 DE MARÇO DE 2021.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A VICE-REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 290/GR-Ufopa, de 26 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União em 27 de abril de 2018, Seção 2, pág. 33; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa; em conformidade com os autos do Processo nº 23204.014854/2017-39, proveniente do Instituto de Biodiversidade e Florestas – Ibef e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe tomada na 1ª reunião ordinária, realizada em 03 de março de 2021, via teleconferência, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com publicação na página dos Conselhos Superiores no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

ALDENIZE RUELA XAVIER:67350020244

Assinado de forma digital por ALDENIZE RUELA XAVIER:67350020244
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=Autenticado por AR Instituto Fenacon, cn=ALDENIZE RUELA XAVIER:67350020244
Dados: 2021.03.08 16:24:58 -03'00'

ALDENIZE RUELA XAVIER
Presidente em exercício do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANEXO

INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

SANTARÉM
2020

Sumário

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS **7**
1 A MANTENEDORA 7
1.1 Dados da Mantenedora 7
2 DA MANTIDA 7
2.1 Identificação 7
2.2 Atos Legais de Constituição 7
2.3 Dirigente Principal da Mantida 8
2.4 Dirigentes Atuais 8
2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará 8
2.6 Missão Institucional 12
2.7 Visão Institucional 12
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO **13**
1 DADOS GERAIS DO CURSO 13
2 JUSTIFICATIVA 13
3 CONCEPÇÃO DO CURSO 15
3.1 Número de vagas 17
4 OBJETIVOS DO CURSO 17
4.1 Objetivo Geral 17
4.2 Objetivos Específicos 18
5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO 18
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 22
6.1 Competências e Habilidades 23
7 METODOLOGIA DO CURSO 25
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 26
8.1 Estrutura Curricular 26
8.2 Conteúdos Curriculares 31
8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação 34
8.4 Ementário e Bibliografias 36

8.5 Atividades Complementares 36
8.6 Atividades Integradoras de Formação 38
8.7 Estágio curricular supervisionado 40
8.8 Trabalho de Conclusão de Curso 41
9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 42
10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM 43
10.1 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem 43
11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO 46
11.1 Avaliação do Curso 47
11.2 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa 49
12 POLÍTICA INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 51
12.1 Políticas de ensino 52
12.2 Políticas de pesquisa 53
12.3 Apoio a participação em atividades de iniciação científicas 53
12.4 Políticas de extensão 54
13 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE 55
14 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS 56
15 APOIO AO DISCENTE 57
16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA 60
16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica 60
16.2 Programas de Iniciação Científica 62
***PARTE III: RECURSOS HUMANOS* 63**
1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO 63
1.1 Direção do Instituto 63
1.2 Coordenação de Curso 63
1.2.1 Atuação da Coordenação do Curso 63
1.2.2 Regime de trabalho da Coordenação do curso 66

1.3 Técnico em Assuntos Educacionais 66
1.4 Secretaria Executiva 67
2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA 67
2.1 Secretaria Acadêmica 67
2.2 Acompanhamento de Egressos 68
2.3 Órgãos Colegiados 69
2.4 Bolsas de Apoio Administrativo 70
3 CORPO DOCENTE 70
3.1 Titulação 70
3.2 Quadro de professor por disciplina 73
3.3 Percentual de doutores e mestres 77
3.4 Política e Plano de Carreira 77
3.5 Critérios de Admissão 78
3.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada 79
3.7 Apoio a Participação em Eventos 79
3.8 Incentivo a Formação/atualização Pedagógica dos Docentes 80
3.9 Experiência profissional do docente 80
3.10 Experiência no exercício da docência superior 81
3.11 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica 81
4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE 81
***PARTE IV: INFRAESTRUTURA* 83**
1 INSTALAÇÕES GERAIS 83
2 SALAS DE AULA 84
3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL 84
4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES 85
5 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO 85
6 AUDITÓRIOS E VIDEO-CONFERÊNCIAS 85
7 BIBLIOTECA 86

7.1 Bibliografia básica por unidade curricular 88
7.2 Bibliografia complementar por unidade curricular 88
8 LABORATÓRIOS 89
8.1 Política de Atualização dos Laboratórios 104
9 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP) 105
10 COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA) 107
11 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA 108
12 CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS 109
13 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA 110
PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS ***111***
14 ANEXOS 113
ANEXO 1 - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO 115
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO DE ALTERAÇÃO DO NOME DO CURSO 116
ANEXO 3 - RESOLUÇÃO Nº177, DE 20/01/2017 DA UFOPA 117
ANEXO 4 - DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DOS BACHARELADOS PROFISSIONAIS E OPTATIVAS PARA O BCA 118
ANEXO 5 - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS (BÁSICA E COMPLEMENTAR) .. 124
ANEXO 6 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES (NORMATIVA) 178
ANEXO 7 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (NORMATIVA) 180
ANEXO 8 - PORTARIA DE COORDENADOR E VICE-COORDENADOR 216
ANEXO 9 - PORTARIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS 217
ANEXO 10 - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE DO CURSO 219
ANEXO 11 - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO 2220
ANEXO 12 - PORTARIA DO COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA) 221
ANEXO 13 - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE DO CURSO 222
ANEXO 14 - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DO CURSO .. 223

ANEXO 15 - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC DO BCA NO CONSELHO DO BEF....224

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1 A MANTENEDORA

1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedora:	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios Bloco L - Ed. Sede e Anexos			**Nº:**	s/n		
Bairro:	Esplanada dos Ministérios	**Cidade:**	Brasília	**CEP:**	70.047-903	**UF:**	DF
Fone:	(61) 2022-503						
E-mail:	http://emec.mec.gov.br/						

2 DA MANTIDA

2.1 Identificação

Mantida:	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Rua Vera Paz			**Nº:**	s/n		
Bairro:	Salé	**Cidade:**	Santarém	**CEP:**	68135-110	**UF:**	PA
Telefone:	(93) 2101 4911						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

2.2. Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento:	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

2.3. Dirigente Principal da Mantida

Cargo:	Reitor						
Nome:	Hugo Alex Carneiro Diniz						
CPF:	037.680.987-61						
Bairro:	Salé	**Cidade:**	Santarém	**CEP:**	68135-110	**UF:**	PA
Telefone:	(93) 2101-4925						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br						

2.4 Dirigentes Atuais

Reitor: Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz
Vice-Reitor: Profa. Dra. Aldenize Ruela Xavier

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Profa. Dra. Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Profa. Dra. Lenise Vargas Flores da Silva

Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof. Dr. Marcos Prado Lima

Pró-Reitoria de Planejamento Institucional: Prof. Bel. Rogério Favacho da Cruz

Pró-Reitoria de Administração: Sofia Campos e Silva Rabelo

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil: Profa. Dra. Lidiane Nascimento Leão

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: Profa. Msc. Fabriciana Vieira Guimaraes

Direção do Instituto de Biodiversidade e Florestas: Profa. Dra. Alanna do Socorro Lima da Silva

Coordenação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias: Paulo Sérgio Taube Júnior

2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2012. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, cuja sede está localizada na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do Estado.

É uma universidade multicampus: além de Santarém, foi pactuado com o MEC a implantação de campus nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, existe a Unidade Rondon - antigo campus da UFPA - e a Unidade Tapajós - antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (NDSA), onde funcionava a Unidade Descentralizada da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra Tapajós), além de utilizar também outros espaços alugados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da instituição, até a construção de novos prédios.

A história da Ufopa inicia com o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Santarém, efetivamente em 1971, pelo Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970 - Consepe–UFPA). Inicialmente, foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração, no período de 1971 a 1973, cujas atividades de ensino foram desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, proporcionando que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de

complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuíssem a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) - em 1983 - possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

Em janeiro de 1987 a UFPA começou o processo de interiorização por meio de 8 (oito) campus universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena: Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no princípio da década de 90, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

Em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

No ano de 2003 começou o processo de interiorização da Ufra com a criação da Unidade Descentraliza do Tapajós (Ufra Tapajós), no dia 17 de março de 2003 ocorreu a aula inaugural do curso de graduação em Engenharia Florestal. O Campus da Ufra Tapajós começou a funcionar nas instalações do Centro de Tecnologia Madeireira (CTM) da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), o qual em 20/12/2005 passou a ser denominado de NDSA.

Em 2006, o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou um Projeto Legislativo no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

Em solenidade comemorativa aos 50 anos da Universidade Federal do Pará, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de

dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei - PL 2879/2008 propondo a Criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

A SESU/MEC instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei n° 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído um Conselho Consultivo integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, SEDECT, FAPESPA, SEDUC, SEPAQ, SIDS e IDEFLOR), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, Banco da Amazônia, UFPA, Ufra e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação.

Durante todo o processo de implantação da Ufopa, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados "Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos" e "Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional". Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes/MEC), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos e discentes.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em dezembro de 2008, em Belém-Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

Em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa com finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

2.6 Missão Institucional

A missão de uma organização é algo crucial e sua importância raramente é compreendida. Procura-se determinar qual o negócio da organização, por que ela existe, ou ainda, em que tipos de atividades deverá concentrar-se no futuro. A missão da organização exerce a

função orientadora e delimitadora da ação organizacional definida num período de tempo, onde são comunicados os valores, crenças, expectativas, conceitos e recursos. Ela atribui um sentido a tudo o que as pessoas fazem no dia a dia. Verifica-se que a missão é a determinação do motivo central do planejamento, da "sua razão de ser", correspondendo a um horizonte dentro do qual a organização atua ou poderá atuar. Na Ufopa, os gestores mobilizaram-se para validar um entendimento único de sua missão, definindo com clareza o norte que a Universidade deve seguir.

Missão: *Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.*

2.7 Visão Institucional

A visão é a idealização de um futuro desejado para a organização. Ela deve ser clara e estar em permanente demonstração para a comunidade, transmitindo a essência da organização em termos de seus propósitos, provendo a estrutura que regula as suas relações institucionais, além dos objetivos gerais de desempenho. É a descrição de um estado de futuro ambicioso, mas factível, que deve ser instigante e provocar nos servidores um desejo concreto de somar forças na busca desse sonho datado, exprimindo uma conquista estratégica de grande valor para a organização. É um lema motivacional, com objetivo de criar uma imagem que desafie e mobilize todas as pessoas envolvidas na construção dessa conquista. Seu enunciado deve ser claro, envolvente, fácil de memorizar, compatível com os valores da organização. Cabe à liderança da Ufopa a responsabilidade de proporcionar significado prático à visão estabelecida.

Visão: *Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.*

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

1. DADOS GERAIS DO CURSO

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO					
Rua Vera Paz, S/N, Salé- Unidade Tapajós					
NOMINAÇÃO DO CURSO:	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias				
MODALIDADE:	Presencial				
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	**Integral**	**Matutino**	**Vespertino**	**Noturno**	**Totais**
NÚMERO DE VAGAS ANUAIS:	24	-	-	-	24
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral				
DURAÇÃO DO CURSO:	**Carga Horária**	**Tempo Mínimo**	**Tempo Máximo**		

	2.500	3 anos	4,5 anos

2 JUSTIFICATIVA

O Bacharelado Interdisciplinar é definido como uma nova modalidade de graduação que surgiu para acompanhar as transformações de um mundo cada vez mais dinâmico e integrado e de uma sociedade baseada na informação e no conhecimento. Nesse sentido, combina a formação profissional específica, típica da graduação tradicional, ao conhecimento humanístico geral, proporcionando uma visão mais holística, e assim, preparar de maneira crítica e inovadora os cidadãos para os desafios que o esperam no mercado de trabalho e na sociedade. A proposta de criação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias pelo Instituto de Biodiversidade e Florestas contribuirá sobremaneira para o desenvolvimento de uma região com potencial de crescimento em diversos setores da economia regional. No contexto da recente expansão da Ufopa, o Instituto de Biodiversidade e Florestas, não poderia deixar de oferecer essa nova modalidade de graduação e ofertar à sociedade o que há de mais avançado no país, em termos de ensino superior. O bacharelado interdisciplinar vem, portanto, atender a uma demanda social nova por cidadãos capazes não só de lidar com o mundo do trabalho material e imaterial, mas também de desenvolver habilidades e valores sociais anteriormente desconsiderados no mercado e na academia.

Nesta perspectiva, essa nova modalidade de curso contribuirá para a plenitude de operação da Universidade Federal do Oeste do Pará, não só nas atividades de ensino, como também na pesquisa e extensão, com vista ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação na região. Esta proposta também se insere dentro do planejamento estratégico de atuação e interiorização das universidades no Estado do Pará contribuindo para a criação e/ou aplicação de tecnologias apropriadas para o desenvolvimento regional de acordo com a realidade local.

No Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias será estimulado o desenvolvimento do ensino e de estudos sobre biodiversidade regional, base do conhecimento biológico, químico e matemático, uma interação do sistema solo, planta, animal e ambiente na produção familiar, na silvicultura e na agropecuária moderna, bem como as bases da prospecção biotecnológica e do funcionamento do corpo humano. Após esse conhecimento geral e específico de cada uma das áreas de concentração o aluno poderá optar, após a conclusão do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias e aprovação no processo de progressão, por seguir a formação em curso profissionalizante dentro do instituto de Biodiversidade e Florestas, ou mesmo, seguir a carreira profissional ou acadêmica (graduação e pós-graduação) em outros institutos dentro da Ufopa ou mesmo em outras universidades, tanto nacionais como internacionais. A princípio, a reformulação do bacharelado permitirá o fomento aos estudos de forma interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.

Ressalta-se a importância da criação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias pela contribuição na formação de profissionais habilitados para as áreas de recursos florestais, vegetais, zootécnicos e biotecnológicos, contribuindo para que Santarém e região se concretizem em suas expectativas de desenvolvimento econômico e social, pois ao ampliar e democratizar o acesso de todos à universidade pública, ao elevar a qualidade do ensino e estimular a pesquisa e extensão na área, formará cidadãos críticos e competentes para enfrentar os desafios profissionais e sociais, além de possibilitar uma visão mais holística dos sistemas e com isso buscar um desenvolvimento mais sustentável para Santarém e região.

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

A Portaria Nº 1.284, de 30 de julho de 2013, aprovou a criação do curso Bacharelado Interdisciplinar em Biodiversidade e Florestas (Anexo 1), no entanto, o NDE ouvindo o pedido de discentes e docentes solicitou ao Consepe a mudança do nome do curso com a principal justificativa de tratar-se de um nome mais aceitável no mercado de trabalho da região. Assim, a Resolução Nº 105, de 31 de março de 2015 aprova a alteração do nome do curso para Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (Anexo 2).

A fundamentação geral do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pauta-se pelas considerações da teoria crítica, a qual defende que as mudanças curriculares não devem se restringir às alterações de matriz, mas referir-se à formação profissional em geral, assim como à formação em cidadania. O currículo, neste sentido, é concebido enquanto composição e desenvolvimento, incluindo a sua implantação, avaliação e reformulação permanente.

As considerações presentes neste projeto de curso pretendem orientar e aportar uma formação integral e flexível, para tanto, os alunos deverão entrar em contato com a realidade desejada, conhecendo melhor seus problemas e potencialidades, assim como vivenciar atividades relacionadas. Uma vez estabelecido este contato com a realidade, esta deverá ser fonte de investigação e revisão do conhecimento, reorientando as atividades de ensino-aprendizagem.

Para dar conta da complexidade da realidade, torna-se necessária a ênfase na multi e interdisciplinaridade, implicando a adoção de estratégias que levem ao desenvolvimento de trabalhos em grupo de diferentes áreas do conhecimento, que possuam afinidades e interesses comuns, na busca da melhoria do ensino e da formação do estudante de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias. Esta interdisciplinaridade pressupõe mudança de atitude, ou seja, a substituição de uma concepção fragmentada do conhecimento por uma abordagem holística e individual.

Ademais, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, com conhecimentos técnicos e científicos especializados deve atender as exigências pessoais, regionais e nacionais. Principalmente em recursos biotecnológicos, animais, florestais e vegetais, com preocupação voltada para a biodiversidade amazônica. Essa série de razões culminou na necessidade de criação

do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias pela Universidade Federal do Oeste do Pará.

Para atender ao perfil desejado do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, reforça-se a necessidade de uma formação científica pautada em conhecimentos essenciais para o entendimento das diversas áreas de atuação deste profissional, considerada a dinâmica das transformações sociais, econômicas e ambientais. Neste sentido, faz-se importante pensar numa abordagem interdisciplinar das disciplinas diferentes do contexto clássico, passando agora para uma valorização da flexibilidade nas escolhas após a formação interdisciplinar geral, integrando os conteúdos básicos, de formação geral e profissionalizante, permitindo ao acadêmico vivenciar os conteúdos programáticos de forma integrada, estimulando o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades individuais determinadas por ele mesmo.

Com essa proposta pretende-se que o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, possa orientar sua formação de acordo com sua vocação, habilidade ou necessidade, com visão crítica da sociedade, além de estar instrumentalizado o para o desenvolvimento de informações, transferência e difusão tecnológica, capacitado, portanto, para assumir os desafios do século XXI.

O projeto pedagógico do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, observando tanto o aspecto do progresso social quanto da competência científica e tecnológica permitirão a atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Este projeto pedagógico do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, objetiva assegurar a formação individual para compreender e traduzir as necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidades, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, principalmente na utilização racional da biodiversidade e florestas disponíveis, além de conservar o equilíbrio do ambiente.

3.1 Número de vagas

O número de vagas ofertadas pelo BCA é feito com base em levantamento anual, levando em contra critérios como: relação entre número de egressos/abandonos, espaço físico e número de vagas por disciplina nos BPs. Assim, atualmente, o curso irá ofertar 24 vagas a partir do Processo Seletivos da Ufopa 2020. A cada ano, esse quantitativo é avaliado com base em critérios como: número de vagas ofertado pelos Bacharelados Profissionalizantes, PIT de professores entre outros fatores, a fim de garantir a melhor maneira de ingresso dos discentes.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias visa promover a formação de um profissional generalista e de cidadãos com visão crítica e reflexiva para o mercado de trabalho, visando colaborar na interpretação e solução de problemas pertinentes nas áreas relacionadas à biodiversidade, em especial ao bioma amazônico. Pretende, ainda, favorecer o desenvolvimento científico pelo fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão, buscando a promoção do indivíduo e da sociedade.

4.2 Objetivos Específicos

1. Promover a formação científica e humanística, empreendedora e inovadora, para solução de problemas da sociedade, com aprendizado inteligente;
2. Estimular ações multidisciplinares de maneira integrada em parcerias interdisciplinares; tendo uma relação permanente de responsabilidade social do profissional formado em nível superior;
3. Estimular o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para a produção animal, vegetal, produtos naturais e recursos florestais;
4. Incentivar a cooperação interinstitucional em rede, de forma coordenada com as estruturas de gestão do governo federal, dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada envolvida com a temática de produção agropecuária e florestal e do Desenvolvimento Rural;
5. Formar profissionais com capacidade de atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
6. Formar profissionais que poderão dar continuidade a seus estudos numa formação graduada específica ou em nível de Pós-Graduação.

5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso nos cursos de graduação da Ufopa, segundo a Resolução nº 177, de 20/01/2017 (Anexo 3), Seção II, *Das Formas de Ingresso nos Cursos*, faz-se mediante: I- Processo Seletivo Regular (PSR); II- Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI); III- Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ); IV- Transferência *ex officio*; V- Mobilidade Acadêmica interinstitucional; VI- Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); VII- Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); VII- Programas Governamentais Específicos. Com exceção da transferência *ex officio*, as demais modalidades de ingresso listadas são regulamentadas por edital específico.

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução Nº 55/2014-Conselho Universitário, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de Graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e

nas normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Os processos seletivos para ingresso em cursos de Graduação, segundo o art. 142 do RG, serão organizados e aplicados por uma Comissão Própria Permanente, cuja atribuição será definida pelo Consun e seu Regulamento Interno, aprovado pelo mesmo Conselho, e serão realizados pelo órgão central encarregado da função, sob a supervisão e a orientação de uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (Proen), consoante o disposto no artigo 144 do Regimento Geral (RG) da Ufopa.

Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio), em especial ao disposto nos artigos 1º, 3º e 8º daquela lei. Atualmente, existem as modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber:

I - Processo Seletivo Regular-PSR. Para participar do PSR/Ufopa, o candidato, além de ter realizado o Enem, aplicado nos dois últimos anos, deve efetuar inscrição no Processo Seletivo, conforme Edital do Processo Seletivo Regular Unificado, sendo que serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente.

II - Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI. O PSEI é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos **indígenas**, sem prejuízo da previsão, no edital do Processo Seletivo Regular, do integral respeito aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012.

Os estudantes indígenas ingressarão na Formação Básica Indígena (FBI), com turnos a serem definidos no ato matrícula.

Após a conclusão da FBI, o estudante passará a integrar o seu curso específico.

A seleção, aprovação e classificação, bem como a realização da matrícula, dar-se-ão para os Bacharelados Interdisciplinares (BI), para os Bacharelados Profissionais (BP) ou para as Licenciaturas, conforme Edital anual do PSEI.

O candidato aprovado e classificado para os cursos de Bacharelados Interdisciplinares (BI) poderá continuar seus estudos no(s) Bacharelado(s) Profissional(s) (BP) correspondente(s) a cada BI mediante a publicação de Edital de Processo Seletivo Específico, ofertado pelas Unidades Acadêmicas, após a integralização do BI.

O processo interno de progressão acadêmica para ingresso no BP ficará sob a responsabilidade das unidades acadêmicas.

A confirmação da matrícula no BP só se realizará caso o aluno tenha integralizado o BI correspondente.

Justifica-se a realização deste edital como de interesse público, haja vista objetiva atender às formas de ingresso diferenciadas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), previstas no art. 16, inciso II, da Resolução nº 177/Consepe/Ufopa, de 20

de janeiro de 2017, que Institui o Regimento de Graduação da Ufopa, bem como o art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 200/Consepe/Ufopa, de 8 de junho de 2017, que institui a Política de ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial

II - Processo Seletivo Especial Quilombola – PSEQ. O PSEQ é uma modalidade de seleção diferenciada através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos quilombola, sem prejuízo da previsão, no edital do Processo Seletivo Regular, do integral respeito aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012.

A seleção, aprovação e classificação, bem como a realização da matrícula, dar-se-ão para os Bacharelados Interdisciplinares (BI), para os Bacharelados Profissionais (BP) ou para as Licenciaturas, conforme oferta constante no Edital PSEQ anual.

O candidato aprovado e classificado para os cursos de Bacharelados Interdisciplinares (BI) poderá continuar seus estudos no(s) Bacharelado(s) Profissional(s) (BP) correspondente(s) a cada BI mediante a publicação de Edital de Processo Seletivo Específico, ofertado pelas Unidades Acadêmicas, após a integralização do BI.

O processo interno de progressão acadêmica para ingresso no BP ficará sob a responsabilidade das unidades acadêmicas.

A confirmação da matrícula no BP só se realizará caso o aluno tenha integralizado o BI correspondente.

Justifica-se a realização deste edital como de interesse público, haja vista objetiva atender às formas de ingresso diferenciadas nos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), previstas no art. 16, inciso II, da Resolução nº 177/Consepe/Ufopa, de 20 de janeiro de 2017, que Institui o Regimento de Graduação da Ufopa, bem como o art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 200/Consepe/Ufopa, de 8 de junho de 2017, que institui a Política de ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial

IV - Transferência *ex officio*. A transferência *ex officio* é concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei.

V - Mobilidade Acadêmica Interinstitucional. Segundo o Art. 155, da resolução Nº 55 de 22/07/14, o ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de Graduação da Ufopa destina-se a atender a alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições, amparados por legislação específica.

VI - Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin) ou Reopção**.** Considera-se mobilidade acadêmica discente interna a transição do curso em que o discente está matriculado para qualquer outro curso oferecido pela Ufopa, de acordo com as normas do Regimento de Graduação (Art. 53, Seção XVII, da Resolução nº 177, de 2017) e que sejam obedecidos os seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela Proen, podendo considerar o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e análise do

currículo e inscrever-se até a metade da duração do curso, lembrando que o candidato poderá ser beneficiado pela mobilidade uma única vez.

VI - Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex) ou Transferência. O Processo Seletivo via Mobilidade Externa destina-se a transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de Graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital. De acordo com Art. 56, Seção XVIII, da Resolução nº 177, de 2017, poderá participar da Mobex o candidato que preencher pelo menos um dos seguintes requisitos: ser portador de diploma de curso superior de graduação; estar vinculado ativamente a curso de graduação de outra instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC, desde que tenha integralizado no mínimo um ano letivo; ser discente vinculado ativamente a curso de graduação no exterior, devidamente regularizado no país de origem, desde que tenha integralizado no mínimo um ano letivo.

VII - Progressão acadêmica

Entende-se por progressão acadêmica o ingresso no Bacharelado Profissional (BP) pelo discente que integralizar o Bacharelado Interdisciplinar (BI). Ao ingressar no curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, o discente deverá cumprir o mínimo de 2.500 horas para obter o título de graduação de ensino superior em Bacharel em Ciências Agrárias e ter a possibilidade de fazer Progressão Acadêmica, por meio de processo seletivo interno no âmbito do Ibef, aos cursos de Bacharelados Profissionais em Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Florestal e Zootecnia, obedecendo às regras do Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução nº 177, de 20/01/2017), Título II, Capítulo I, Seção XIV, *Do Percurso e da Progressão Acadêmica*.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias é ferramenta para a formação de um profissional com uma visão ampla sobre suas opções. A formação contemplada com a visão holística, resultante da soma do conhecimento generalista básico e profissional permite o acompanhamento do avanço científico e tecnológico.

Os Profissionais terão uma visão mais crítica, contextualizados nos problemas contemporâneos e serão capazes de atuar em equipe multiprofissional e interprofissional nos diferentes campos das áreas relacionadas e correlacionadas ao bacharelado, será considerado mais apto e flexível, com facilidade no aprendizado de novas e inesperadas tarefas e, assim, enfrenta melhor eventuais crises no mercado do trabalho.

É esperado que este Bacharel tenha as seguintes características: capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea; capacidade de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas; capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber; atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento; capacidade de trabalho em

equipe e em redes; capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global; atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais; comprometimento com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente; postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho; capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas; sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais; capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais; capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor.

A formação acadêmica do Bacharel em Ciências Agrárias deverá se desenvolver sobre os seguintes eixos temáticos: recursos florestais, produção vegetal, produção animal e produtos naturais.

6.1 Competências e Habilidades

A visão de ensino por competências/habilidade se opõe à lógica dos conteúdos mínimos (conhecimentos a serem aprendidos) tal como preconizava a normativa anterior às Diretrizes Curriculares Nacionais. Nesse sentido, é importante registrar que o Conselho Nacional de Educação, ao elaborar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos, indica e orienta as competências e habilidades para cada um deles. Entretanto, devido ao fato do BCA apresentar-se como um curso diferenciado, ainda não existe uma discussão no Conselho Nacional de Educação e, sendo assim, ainda não existem orientações disponíveis sobre estas para o BCA.

Nesse sentido, as competências e habilidade apresentadas neste projeto são frutos de reflexões dentro do NDE, colegiado e mesmo em reuniões entre docentes do curso, levando em conta os objetivos do curso, o seu modelo em ciclos e ênfases e o perfil do egresso. Durante o curso, o discente adquire competências e habilidades voltadas para a atuação na área de Ciência Agrárias de modo amplo. Em adição, existem também competências e habilidades exploradas nas ênfases que refletem as especificidades dos cursos profissionalizantes que o discente pretende seguir. De modo geral, esse Projeto guiará o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades.

- Capacidade de identificar e resolver problemas relacionados à biodiversidade e à ocupação e uso do solo;
- Capacidade de gerir e manejar recursos naturais e sistemas de produção agropecuária, com qualidade e responsabilidade, considerando o potencial ecológico, econômico e social;
- Capacidade de identificar desafios e responder novas demandas da sociedade contemporânea;
- Capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces dentro das ciências agrárias;

- Atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento, conduzindo ou interpretando experimentos na área de Ciências Agrárias;
- Capacidade de trabalho em equipe e em redes;
- Capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais e relacioná-las com situações globais;
- Sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
- Domínio e utilização de novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais dentro das Ciências Agrárias;
- Capacidade de considerar criticamente impactos sociais e ambientais e a viabilidade econômica das iniciativas na área de Ciências Agrárias;
- Capacidade de fazer articulação entre teoria e prática, dentro das áreas de Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Florestal e Zootecnia;
- Atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais;
- Capacidade de orientar-se no seu percurso acadêmico, realizando as escolhas que lhes sejam conveniente para sua formação e interesse profissional futuro;
- Capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor;
- Capacidade de gestão do agronegócio nos setores público e privado.
- O bacharel em ciências agrárias terá a responsabilidade de aproximar a ciência ao contexto das populações tradicionais e dos povos da região, como ribeirinhos, quilombolas e indígenas, bem como à sociedade amazônica.

7 METODOLOGIA DO CURSO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) trata em seu artigo 43 sobre a finalidade da educação superior, identificando como nosso dever estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, promover a divulgação dos conhecimentos culturais e científicos e colaborar com o aperfeiçoamento profissional contínuo.

Desse modo, o processo de aprendizagem envolve diversos objetivos e contextos, e por isso o professor precisa: conhecer várias técnicas ou estratégias, dominar o uso daquelas a serem aplicadas por ele; desenvolver capacidade de adaptação de técnicas, para melhora o aproveitamento pelos alunos individualmente ou em grupos; e também criar novas técnicas que melhor respondam às necessidades de seus alunos (Masetto, 2012). Portanto, nenhuma técnica é definitiva, imutável, universal e utilizada mecanicamente, sendo o professor o sujeito que propõe e testa sugestões de acordo com a realidade dos alunos, conteúdo e contexto do processo de ensino-aprendizagem.

Espera-se então que a Metodologia Dialética seja a principal ferramenta de ensino utilizada neste curso, uma vez que a mesma considera o homem como um ser ativo e de relações sociais, e desse modo o conhecimento deverá ser construído nas suas ligações com o outro e com o mundo. Assim, segundo Vasconcellos (1992), o conteúdo apresenta pelo professor deverá ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para este sujeito possa construir o seu próprio conhecimento. Neste cenário, a participação dos alunos durante as aulas é fundamental.

Contudo, a Metodologia Expositiva poderá ser utilizada, mas por parcimônia. Isto porque se confere a esta ferramenta, do ponto de vista pedagógico, um alto risco de não aprendizagem, decorrente da reduzida probabilidade de interação significativa entre sujeito/objeto de conhecimento (Vasconcellos, 1992).

Entende-se como ferramentas de ensino possíveis para o peno desenvolvimento de conteúdos e experiências por parte dos alunos do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias as estratégias de ensinagem do tipo: aula expositiva, estudo de texto, seminário, portfólio e dramatização."

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 Estrutura curricular

Para a integralização curricular e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Agrárias, o aluno deve cumprir os parâmetros curriculares, distribuídos nas diferentes atividades curriculares.

As atividades curriculares terão uma carga horária mínima equivalente a 2.500 horas com duração mínima de três anos e máxima de quatro anos e meio. Esta carga horária está distribuída em disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, disciplinas optativas livres, atividades complementares, Atividades Integradoras de Formação (Atividade de Extensão) e atividade de seminário de TCC.

As disciplinas obrigatórias estão distribuídas nos seis semestres. Os primeiros dois semestres contemplam a maior parte das disciplinas obrigatórias, e consequentemente deverão ser cursadas por todos os alunos matriculados. A partir do terceiro semestre, as disciplinas optativas compõem aproximadamente cerca de 30% da carga horária semestral para promover a flexibilização curricular prevista na concepção dos cursos interdisciplinares. As disciplinas optativas livres somente poderão ser cursadas a partir do quinto semestre, para que o estudante vivencie inicialmente os conteúdos dentro da área de Ciências Agrárias, e então ao final do percurso, tenha maturidade para selecionar conteúdos chave de outras grandes áreas do conhecimento, que possam complementar e diferenciar sua formação.

Quadro 1. Resumo da matriz curricular do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA)

Exigências	Hora/Aula

Componentes Curriculares Obrigatórios	1275
Disciplinas Optativas (mínimo)	825
Disciplinas Optativas Livres (máximo)	90
Atividades Complementares	120
Atividades de Extensão	250
Atividade de Seminário de TCC	30
Total de Carga Horária Mínima	**2.500**

Quadro 2. Matriz Curricular de disciplinas do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA) da Ufopa.

Semestre 1		**Semestre 2**		**Semestre 3**		**Semestre 4**		**Semestre 5**		**Semestre 6**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Cálculo I	60	EIA	45	Bioquímica	60	Estatística Experimen-tal	60	Fisiologia Vegetal	60	Extensão Rural	60
SND	45	Física	60	IBR I	30	IBR II	30	Projeto de TCC	45	Ativ. Seminário de TCC	30
Química Geral	45	Met. da Pesquisa	45	Agroecolo-gia	45	Gestão de recursos naturais	45	Adminis-tração agropecuá-ria	45	Associati-vismo e cooperati-vismo	45
Biologia Celular	60	Química Orgânica	45	Optativa	45	Optativa	60	Optativa	45	Ativ. Comple-mentares	120
Português Instrumen-tal	45	Microbio-logia Geral	60	Optativa	45	Optativa	45	Optativa	45	Atividades de extensão	250
Botânica	60	Estatística Básica	60	Optativa	45	Optativa	45	Optativa	45	Optativa	60
Zoologia	60	Ecologia	60	Optativa	45	Optativa	45	Optativa	60	Optativa	45
				Optativa	45	Optativa	45	Optativa	60		
Total de obrigatórias	**375**	**Total de obrigatórias**	**375**	**Total de obrigatórias**	**135**	**Total de obrigatórias**	**135**	**Total de obrigatórias**	**150**	**Total de obrigatórias**	**505**
				Optativas	**225**	**Optativas**	**240**	**Optativas**	**255**	**Optativas**	**105**
Total de carga horária	**375**	**Total de carga horária**	**375**	**Total de carga horária**	**360**	**Total de carga horária**	**375**	**Total de carga horária**	**405**	**Total de carga horária**	**610**
Carga horária das disciplinas optativas 825 h											
Carga horária de disciplinas obrigatórias 1.275 h											
Ativ. Seminário de TCC 30h											
Optativas Livres 90 h											

Carga horária total de disciplinas **2.125**
Atividade complementares **120 h**
Atividade Itegradoras de formação **2500 h**

Quadro 3. Matriz Curricular de Apoio do Curso BCA aos acadêmicos que solicitarem sugestão de matriz curricular completa.

Semestre 1		**Semestre 2**		**Semestre 3**		**Semestre 4**		**Semestre 5**		**Semestre 6**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Cálculo I	60	EIA	45	Bioquímica	60	Estatística Experimental	60	Fisiologia Vegetal	60	Extensão Rural	60
SND	45	Física	60	IBR I	30	IBR II	30	Projeto de TCC	45	Ativ. Seminário de TCC	30
Química Geral	45	Met. da Pesquisa	45	Agroecologia	45	Gestão de recursos naturais	45	Administração agropecuária	45	Associativismo e cooperativismo	45
Biologia Celular	60	Química Orgânica	45	Libras	45	Agricultura Geral	60	Antropologia e Sociologia Rural	45	Ativ. Complementares	120
Português Instrumental	45	Microbiologia geral	60	Gênese e Morfologia do Solo	60	Fertilidade do solo	60	Agrossilvicultura	45	Atividades de Extensão	250
Botânica	60	Estatística Básica	60	Genética	60	Entomologia Geral	60	Forragicultura	60	Ecofisiologia Vegetal	60
Zoologia	60	Ecologia	60	Sistemática Vegetal	60	Construções Rurais	60	Topografia e cartografia	60	Políticas públicas e legislação agrária	45
								Nutrição mineral de plantas	45		
Total de obrigatórias	**375**	**Total de obrigatórias**	**375**	**Total de obrigatórias**	**135**	**Total de obrigatórias**	**135**	**Total de obrigatórias**	**150**	**Total de obrigatórias**	**505**
				Optativas	**225**	**Optativas**	**240**	**Optativas**	**255**	**Optativas**	**105**
Total de carga horária	**375**	**Total de carga horária**	**375**	**Total de carga horária**	**360**	**Total de carga horária**	**375**	**Total de carga horária**	**405**	**Total de carga horária**	**610**
Carga horária das disciplinas optativas **825 h**											
Carga horária de disciplinas obrigatórias **1275 h**											
Ativ. Seminário de TCC **30h**											
Atividade complementares **120 h**											
Atividade Itegradoras de formação **250 h**											

Carga Horária Total
2.500

Componentes Curriculares Obrigatórios

IBEF060050 Cálculo I (60 horas);
IBEF010050 Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento (SND) (45 horas);
IBEF060051 Química Geral (45 horas);
IBEF060052 Microbiologia Geral (60 horas);
IBEF060053 Português Instrumental (45 horas);
IBEF060054 Botânica (60 horas);
IBEF020036 Ecologia (60 horas);
IBEF060056 Estudos Integrativos da Amazônia (EIA) (45 horas)
IBEF060059 Física (60 horas);
IBEF060129 Metodologia da Pesquisa (45 horas);
IBEF060057 Química Orgânica (45 horas);
IBEF010005 Biologia Celular (60 horas);
IBEF060061 Estatística Básica (60 horas);
IBEF010012 Zoologia (60 horas);
IBEF010016 Bioquímica (60 horas);
IBEF03001 IBR I (30 horas);
IBEF020068 Agroecologia (45h)
IBEF050020 Estatística Experimental (60 horas);
IBEF04001 IBR II (30 horas);
IBEF020052 Gestão de recursos naturais (45 horas);
IBEF020001 Fisiologia Vegetal (60 horas);
IBEF020010 Projeto de TCC (45 horas);
IBEF060133 Administração agropecuária (45 horas);
IBEF020032 Extensão Rural (60 horas);
IBEF060123 Associativismo e cooperativismo (45 horas);
IBEF020045 Atividade de Seminário de TCC (30 horas);
IBEF010023 Atividades Complementares (120 horas)
Atividades Integradoras de Formação (Atividade de Extensão) (250 h)

Componentes Curriculares Optativos

As disciplinas optativas do BCA correspondem a algumas disciplinas obrigatórias ofertadas pelos Bacharelados Profissionais do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef), exceto a disciplina de Libras que é componente curricular optativo no BCA e nos Bacharelados

Profissionais do Ibef. Verificar Estrutura Curricular dos componentes optativos para o BCA (Anexo 4).

Componente Curricular Optativa Livres.

O componente optativo livre é qualquer disciplina não prevista no presente PPC, podendo ser cursada nesta ou em outras IES. Ressalta-se que as disciplinas optativas dos Bacharelados Profissionais do Ibef são consideradas optativas livres para o BCA, exceto a disciplina de Libras, que também é considerada Componente Curricular Optativo no BCA.

8.2 Conteúdos Curriculares

A interrelação entre as disciplinas e a seleção dos conteúdos são criadas e embasadas nas competências/habilidades e no perfil do egresso, sempre buscando relacionar as experiências profissionais dos docentes. Portanto, os conteúdos são selecionados de modo a enfatizarem a interdisciplinaridade e a transversalidade do profissional egresso. Todas a carga horária das disciplinas é dada em hora-relógio.

Alunos indígenas ingressantes pelo PSEI

Os discentes indígenas ingressarão inicialmente na Formação Básica Indígena (FBI), com turnos a serem definidos no ato da matrícula. Após a conclusão da FBI, o discente passará a integrar o curso específico (BCA).

A **Formação Básica Indígena** é resultado de uma demanda de estudantes indígenas que ingressaram na Ufopa, após perceberem que precisavam de orientações diferenciadas para poderem acompanhar as atividades acadêmicas desenvolvidas na universidade. Depois de discussões internas na Ufopa, com base nas ações afirmativas propostas, criou-se o projeto da formação básica em 2016, de forma experimental, sendo desenvolvido de forma completa a partir de 2017. A cada ano ingressam, em média, 60 estudantes indígenas na instituição.

O ciclo inicial na formação básica dura dois semestres. É um momento de orientação acadêmica para a melhora da produção textual e domínio de formatação de trabalhos acadêmicos para ingressantes do PSEI, e também busca integrar ensino, pesquisa e extensão, proporcionando ao aluno recém-chegado à universidade uma experiência que lhe permita refletir sobre as demandas da sua aldeia. Com a realização dos projetos, o programa também objetiva manter a relação da universidade com a comunidade.

É importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena (Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004): instituir, através de disciplinas de conteúdos transversais e complementares, de componentes integrantes da matriz curricular do curso, em especial as disciplinas: Sociedade Natureza e Desenvolvimento e Estudos Integrativos

da Amazônia, bem como. Políticas Públicas e Legislação Agrária e Antropologia e Sociologia Rural.

Atividades Acadêmicas para a Integralização do Curso

Considerando a natureza integradora e abrangente das Ciências Agrárias, e a importância da flexibilização dos conteúdos curriculares para a promoção da multi e interdisciplinaridade, na carga horária mínima de 2.500 horas exigidas, deverá conter componentes curriculares das Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Multidisciplinar.

Primeiro Ano Comum de Percurso Acadêmico do Ibef (750 h)

Os conteúdos curriculares do Curso estão distribuídos em dois ciclos, sendo o primeiro constituído pelos dois primeiros semestres de ingresso, comum a todos os cursos do Ibef, realizado em quatro turmas mistas, em relação ao curso matriculado. De modo que o aluno do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da Ufopa terá oportunidade de conviver diariamente com os demais acadêmicos dos cursos de Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Florestal e Zootecnia, experimentando desde o início de seu percurso a diversidade de pontos de vista, aptidões e de interesses profissionais.

As disciplinas desse ciclo são Biologia Celular, Microbiologia Geral, Botânica, Zoologia, Ecologia, Química Geral, Química Orgânica, Estatística Básica, Cálculo I, Física, Português Instrumental, Metodologia da Pesquisa, Estudos Integrativos da Amazônia, e Sociedade Natureza e Desenvolvimento. Juntas, agregam conteúdos que atendem a necessidade de nivelamento dos alunos para o segundo ciclo do percurso, que valorizam e esclarecem as peculiaridades locais e regionais, e que apresentam os sistemas de funcionamento básico dos objetos de estudos das Ciências Agrárias.

Flexibilização Curricular (mínimo 1.750 h)

O segundo ciclo do percurso é a fase da formação específica personalizada, que se dá através de uma matriz flexível, composta de disciplinas obrigatórias (mínimo de 525 h); optativas (mínimo de 825 h); eletivas (máximo 90 h); Atividade de Seminário de TCC (30 h), Atividades Integradoras de Formação (Atividade de Extensão de extensão) (mínimo 250 h) e atividades complementares (máximo 120 h), idealizada para que o aluno possa buscar conteúdos para sua formação profissional individual, e promovida através da multi e interdisciplinaridade. Espera-se que cada profissional formado neste curso tenha um perfil diferenciado e que valorize suas habilidades pessoais, e que em conjunto, sejam profissionais capazes de atuar de maneira integrada para solucionar problemas e promover inovações na região e outros locais, no âmbito das

Ciências Agrárias. Esta formação habilitará o discente a exercer sua profissão, por exemplo, em Agricultura Familiar com Bases Agroecológicas, modelo de agricultura predominante na região.

Formação Individual

Para o estudante obter o diploma de Bacharel em Ciências Agrárias deverá ter cursado e ter sido aprovado em todas as disciplinas obrigatórias, optativas e optativas livre, respeitando a carga horária mínima exigida pelo curso, realizado às 250 horas de Atividades Integradoras de Formação (Atividade de Extensão) e 120 horas de atividades complementares, defender e entregar a versão final do TCC. No entanto, para realizar a defesa do TCC o discente deverá ter cursado e sido aprovado na disciplina Projeto de TCC, para então, solicitar junto à coordenação de curso sua defesa de TCC, com anuência do orientador.

8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação

<table>
<tr><td>1º Semestre
375 h –
(Componentes curriculares obrigatórios)</td><td colspan="4">Componentes Curriculares Obrigatórios (750 h)<table>
<tr><td>IBEF060050
Cálculo I
60h</td><td>IBEF010050
Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND)
45h</td><td>IBEF060051
Química Geral
45h</td><td>IBEF010005
Biologia Celular
60 h</td></tr>
<tr><td>IBEF060053
Português Instrumental
45h</td><td>IBEF060054
Botânica
60h</td><td>IBEF010012
Zoologia
60h</td><td></td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>2º Semestre
(Componentes curriculares obrigatórios)</td><td colspan="4"><table>
<tr><td>IBEF060056
Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)
45h</td><td>IBEF060059
Física
60h</td><td>IBEF060129
Metodogia da Pesquisa
45h</td><td>IBEF060052
Microbiologia Geral
60h</td></tr>
<tr><td>IBEF060061
Estatítica Básica
60h</td><td>IBEF060057
Química Orgânica
45h</td><td>IBEF020036
Ecologia
60h</td><td></td></tr>
</table></td></tr>
<tr><td>3º Semestre</td><td colspan="4">Componentes Curriculares Obrigatórios (135 h)<table>
<tr><td>IBEF010016
Bioquímica
60 h</td><td>IBEF03001
IBR I
30 h</td><td>IBEF020068
Agroecologia
45h</td></tr>
</table>Componentes Curriculares Optativos (225 h)
Anexo 4</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td>4º Semestre</td><td>Componentes Curriculares Obrigatórios (135 h)<table><tr><td>IBEF050020
Estatística Experimental
60 horas</td><td>IBEF04001
IBR II
30 horas</td><td>IBEF020052
Gestão de recursos naturais
45 horas</td></tr></table>Componentes Curriculares Optativos (240h)
Anexo 4</td></tr>
<tr><td>5º Semestre</td><td>Componentes Curriculares Obrigatórios (150h)<table><tr><td>IBEF020001
Fisiologia Vegetal
60 horas</td><td>IBEF020010
Projeto de TCC
45 horas</td><td>IBEF060133
Administração agropecuária
45 horas</td></tr></table>Componentes Curriculares Optativos (255 h)
Anexo 4</td></tr>
<tr><td>6º Semestre</td><td>Componentes Curriculares Obrigatórios (135 h)<table><tr><td>IBEF020032
Extensão Rural
60 h</td><td>IBEF060123
Associativismo e cooperativismo
45 h</td><td>IBEF020045
Atividade de Seminário de TCC
30 h</td></tr></table>Componentes Curriculares Optativos (105 h)
Atividades complementares (120 h)
Atividades de extensão (250 h)
Anexo 4</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária das disciplinas optativas
825 h</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária de disciplinas obrigatórias
1.275</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ativ. Seminário de TCC
30h</td></tr>
<tr><td colspan="2">Optativa Livre
90</td></tr>
<tr><td colspan="2">Carga horária total de disciplinas
2.100</td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades complementares (120 h)</td></tr>
<tr><td colspan="2">Atividades de extensão (250 h)</td></tr>
</table>

8.4 Ementário e Bibliografias

O ementário e bibliografias encontram-se no Anexo 5.

8.5 Atividades Complementares

As Atividades Complementares do curso de graduação do Bacharelado em Ciências Agrárias (Anexo 6), são componentes curriculares obrigatórios, efetivando-se por meio de estudos e atividades independentes desenvolvidas pelo acadêmico, que lhe possibilite habilidades e conhecimentos relacionados à sua área de atuação profissional, compreendendo ações de ensino, pesquisa e extensão. As atividades complementares deverão ser creditadas no currículo após requerimento feito pelo discente na Secretaria Acadêmica ao coordenador do curso, contendo cópia de declaração ou certificado de conclusão da atividade mencionada, com a informação do período cursado e da carga horária despendida. As Atividades Complementares são assim denominadas no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias e tem a carga horária mínima obrigatória de **120 (cento e vinte) horas**, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para Graduação, Bacharelado, Presencial (Resolução CNE/CP Nº 02, de 18 de junho de 2007).

As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas no período de estudo do acadêmico, inclusive em instituições públicas e privadas externas à Ufopa, em observância à filosofia, área de abrangência, identidade e perfil do egresso do curso. As atividades acadêmicas curriculares realizadas fora do período acadêmico não serão creditadas para efeito curricular.

Toda atividade acadêmica curricular complementar deverá:

- Ficar sob a responsabilidade de, pelo menos, um professor, quando realizada no âmbito da Ufopa;
- Ter autorização prévia do Colegiado de Curso;
- Incluir procedimentos de avaliação do rendimento do estudante.

Atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

Assim, as atividades complementares podem incluir projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão, módulos temáticos, seminários, simpósios, congressos, conferências e até disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino. Sendo que estas atividades complementares se constituem de componentes curriculares enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando.

O Colegiado de Curso tem a responsabilidade de definir o total de carga horária que será contabilizada para cada atividade acadêmica curricular.

Portanto, um conjunto predeterminado de atividades acadêmicas curriculares deve ser constituído para que o estudante possa eleger a escolha daquelas que possibilitem a complementação de sua formação específica do curso, propiciando-lhe aquisição de especificidades de área afins à opção da formação básica. O Colegiado deve ser o órgão responsável pela avaliação e elaboração das alternativas a serem utilizadas pelos estudantes, ficando a critério do mesmo a definição do elenco de atividades, cursos de origem e do número das alternativas destinadas a esse fim.

Para a integralização curricular do curso de bacharelado interdisciplinar em Ciências Agrárias o estudante deverá realizar, ao longo do curso, o máximo de 120 horas de atividades acadêmicas complementares, conforme a definição do quadro abaixo:

	Atividades Sugeridas	Carga Horária Máxima
Atividades Complementares	1 – Atividades de iniciação à pesquisa, atividades de extensão ou monitoria; 2 – Cursos a distância ou presenciais; 3 – Módulos ou disciplinas cursadas em outras IES; 4 – Estágio não obrigatório; 5 – Participação em eventos; 6 – Vivência profissional complementar; 7 – Outras, consideradas relevantes pelo Colegiado para a formação do estudante.	90 horas 45 horas 75 horas 90 horas 45 horas 90 horas 60 horas

8.6 Atividades Integradoras de Formação

A Resolução nº 301, de 26 de agosto de 2019 Consepe/Ufopa, regulamenta o registro e a inclusão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). Essa resolução está pautada na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012); na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (Meta 12, Estratégia 12.7); na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira; A Resolução nº 108, de 08 de abril de 2015 - Consepe, que estabelece a Política de Extensão Universitária no âmbito da Ufopa A Resolução nº 177 de 20 de janeiro de 2017 - Consepe que Institui o Regimento da Graduação da Ufopa; A Resolução nº 254, de 02 de julho de 2018 - Consepe, que estabelece as Diretrizes para cadastro, registro e acompanhamento das ações de extensão na Ufopa.

Com base no Art. 1 desta Resolução, a realiação de ações de extensão será obrigatória para todos os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa, devendo estar previsto no mínimo 10% (dez por cento) de carga horária destinada à atuação em ações de extensão nos respectivos currículos, em relação à carga horária do curso.

- Serão consideradas ações de extensão somente as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à Ufopa e que estejam vinculadas à formação do estudante.

Em atendimento a Resolução nº 301 Consepe/Ufopa, o NDE do Bacharelado Interdisciplinar, decidiu incorporar 250 horas de Atividades Integradoras de Formação (atividades de extensão), as quais os discentes ingressantes a partir de 2021.1 devaram integralizar juntamente com as demais disciplinas e atividades para intergrazarem o curso. Dentre as atividades de extensão que que serão creditadas, encontram-se:

- Participação dos discentes em programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, devidamente registrados e vigentes na Procce, sendo desenvolvidas sob a coordenação de um docente ou técnico administrativo em educação que tenha formação de nível superior, conforme as normas estabelecidas pela Resolução nº 254/2018 – Consepe.
    - Para fins de creditação, todas as ações de extensão nas modalidades curso, evento e prestação de serviços deverão estar vinculadas a Programas e Projetos de Extensão devidamente cadastrados e vigentes na Procce.
    - Para fins desta Resolução, as ações de extensão coordenadas por técnicos da Ufopa deverão ter na sua equipe docentes responsáveis pela orientação dos estudantes

Para fins de creditação, será considerada a participação ativa do estudante nas ações de extensão da seguinte forma:

I - Programas e Projetos de Extensão: como bolsista ou voluntário;

II - Cursos, Minicursos e Oficinas de Extensão: como facilitador, ministrante ou membro da comissão organizadora;

III - Eventos de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora;

IV - Prestação de Serviços: como prestador do serviço ou membro da comissão organizadora.

A carga horária relativa à participação dos discentes como ouvintes ou público-alvo de ações de extensão não poderá ser creditada como extensão, podendo ser aproveitada no componente curricular "atividades complementares", de acordo com as normativas de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

A realização das ações de extensão poderá envolver um ou mais Campi, unidades ou subunidades da Ufopa ou de outra instituição/entidade, na forma da Resolução nº 254/2018-Consepe/Ufopa

O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias creditará a carga horária de extensão através das Atividades Integradoras de Formação, que deverá ser cumprida na modalidade de Atividades de Extensão (250 h), a qual será inserida na estrutura curricular do curso sem atribuição de nota ou conceito. O componente Atividades de Extensão deverá ser integralizado no último período do curso, a partir da comprovação da participação em ações de extensão de acordo com as definições da portaria vigente, sendo possível a realização dessas ações em outras unidades acadêmicas da Ufopa ou mesmo fora da instituição. Caberá à coordenação e ao colegiado aprovarem os comprovantes usados para integralizar o componente Atividades de Extensão de acordo com o disposto na portaria vigente.

8.7 Estágio curricular supervisionado

O Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias não define o estágio curricular como sendo obrigatório para a formação do discente, tendo em vista a natureza plural e a multiplicidade do perfil do egresso. No entanto, caso o discente opte por realizar estágio não obrigatório, estes deverão seguir as diretrizes estabelecidas no Regimento dos Estágios Curriculares dos Bacharelados Profissionais do Ibef. Enquanto que a carga horária do estágio curricular poderá ser inserida como parte das atividades complementares do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias.

8.8 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias é regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Resolução nº 177 de 20/01/2017 da Ufopa) e normas estabelecidas pela Comissão de TCC (Regimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos Bacharelados do Ibef – (Anexo 7).

O TCC é componente curricular obrigatório para a integralização da carga horária do curso, cadastrado no sistema como Atividade de Seminário de TCC, de carga horária de 30 horas, ofertada no último semestre do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

O TCC será orientado por um docente ativo da Ufopa, escolhido livremente pelo discente, devendo ser, preferencialmente, pertencente ao quadro dos docentes do Instituto de Biodiversidade e Florestas. Outro professor da Ufopa poderá orientar o TCC, mediante anuência do Núcleo Docente Estruturante do Curso. Poderá ser co-orientador qualquer profissional graduado, com conhecimento na linha de pesquisa proposta pelo discente, desde que aprovado pela coordenação do curso.

Os TCCs oriundos do curso de bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias têm por objetivos:

- Proporcionar ao estudante um treinamento em pesquisa e metodologia científica;
- Despertar ou desenvolver no estudante a aptidão para pesquisa;
- Desenvolver a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro das áreas de formação específica;
- Estimular a construção do conhecimento coletivo;
- Formar um profissional com melhor visão científica dos problemas agroflorestais e socioambientais, o que determinará o comportamento científico no encaminhamento das respectivas soluções.

A Atividade de Seminário de TCC não terá conteúdo, se constituindo num espaço para orientação, elaboração, apresentação e defesa do TCC, sendo esta defesa pública parte obrigatória para a obtenção dos títulos de Bacharel em Ciências Agrárias. A nota desta atividade

será a nota final registrada na ata de defesa pública do trabalho de conclusão de curso, obtida a partir da média das notas atribuídas pelos membros da Banca Examinadora. A versão final do TCC deverá ser entregue em formato digital na Secretaria Acadêmica, que após registro no sistema pela Coordenação do curso, será encaminhada para o acervo da Biblioteca da Universidade.

9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Em todo processo de ensino-aprendizagem, as TIC, podem contribuir para o acesso universal à educação, à equidade na educação, à qualidade do ensino e aprendizagem, ao desenvolvimento profissional de professores e à gestão de políticas, tecnologias e capacidades.

O Bacharelado interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA), como os demais cursos da Ufopa, faz utilização de vários instrumentos e suportes de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

São disponibilizados projetores multimídia (data shows) para serem usados em todas as salas de aula e laboratórios vinculados ao BCA. Em relação à utilização de sistemas, o BCA tem o suporte do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA.

O SIGAA possui várias ferramentas de comunicação e integração entre docentes e discentes, coligando sistema acadêmico e ambiente virtual de aprendizagem em um único espaço de interação. No SIGAA e em seu ambiente virtual (Turmas Virtuais do SIGAA), os discentes tem acesso a ferramentas como: fóruns voltados aos alunos matriculados no curso, fóruns e chats (ambiente de diálogo) específicos para cada turma, espaço virtual para compartilhamento de arquivos e documentos, além de possuir um ambiente onde o docente tem a possibilidade de criar enquetes, disponibilizar materiais didáticos, passar atividades e receber submissões de arquivos, criar grupos de trabalho, elaborar questionários com avaliações (com correção automática), entre outras possibilidades.

Além do sistema SIGAA, o qual é de uso geral e independente de componente curricular, existem inúmeras iniciativas para facilitar a prática e o acompanhamento dos discentes em componentes curriculares específicos.

No entanto, o docente tem autonomia para direcionar, ampliar ou limitar o ensino usando esses recursos como achar necessário. Alguns utilizam ferramentas de ensino virtuais na forma de games de perguntas com múltiplas escolhas (Kahoot), outros selecionam vídeos-aulas experimentais para que os alunos possam melhor assimilar os conteúdos. Por fim, alguns utilizam softwares para ensinar os discentes, principalmente em disciplinas que envolvem estatística, desenho técnico e geoprocessamento.

Adicionalmente, os monitores de disciplina (voluntários ou bolsistas) selecionados utilizam vídeo aulas teórico-práticas para auxiliar na assimilação de conteúdos e conseguir melhores resultados no processo de aprendizagem.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

10.1 Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

De acordo com a Resolução nº 177, de 20/01/2017, que regulamenta a estrutura e o percurso Acadêmico da Ufopa, entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos alunos, objetivando acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

A fim de acompanhar o desempenho semestral do processo ensino-aprendizagem, são realizadas reuniões, normalmente no início e final do semestre, com os docentes do curso, a fim de trocar informações sobre metodologia e estratégias de ensino. De modo geral os docentes possuem autonomia para desenvolverem suas avaliações, no entanto, são incentivados a realizar atividades nas quais o discente possa participar ativamente, tais como: seminários, relatos de experiências, debates coordenados, produção de textos e relatórios, práticas de laboratório e campo, elaboração de projetos, entre outras.

Essas práticas auxiliam o docente a identificar as habilidade e deficiências no aprendizado dos discentes e, com isso moldar suas metodologias de ensino. Por fim, para avaliar competências, os docentes fazem uso de procedimentos e instrumentos avaliativos adequados aos seus respectivos componentes curriculares, oferecidos de forma semestral e seguindo as normas preconizadas aos cursos de graduação da Ufopa, através da Resolução nº 177, de 20/01/2017 do Consepe.

A avaliação da aprendizagem far-se-á por período letivo, organizado semestralmente, compreendendo a apuração das frequências às aulas, atividades e aos trabalhos acadêmicos, e a atribuição de notas aos alunos em avaliações parciais, por meio de atividades acadêmicas. Para fins de registro do aproveitamento acadêmico do discente no histórico escolar será considerada a média final e a frequência em cada componente curricular.

Considerar-se-á aprovado no componente curricular presencial o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência (Art. 135, da Resolução nº 55 de 22 de julho de 2014).

Os componentes curriculares, a cada período de estudos, serão apreciados através de pelo menos três avaliações e uma avaliação substitutiva, esta última de caráter optativo para o discente e envolvendo todo o programa do componente. Pelo menos uma das avaliações deverá ser individual. As notas serão expressas em valores numéricos de zero a dez, com uma casa decimal. A nota final do discente será computada como a média simples ou ponderada entre o valor obtido em cada uma das três avaliações do período, podendo uma das três avaliações ser permutada pela avaliação substitutiva.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde ou motivo de força maior e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente curricular o requerimento para avaliação de segunda chamada ao docente, no período de 72h.

Revisão de Prova

Caso o acadêmico não aceite sua nota, deve, em primeiro lugar, consultar o professor, se, ainda assim não ficar satisfeito, deverá solicitar revisão de prova à Secretaria Acadêmica, no prazo máximo de dois dias úteis após a divulgação oficial dos resultados.

A solicitação deverá ser efetivada por meio de requerimento formalizado pelo discente junto à secretaria de sua unidade acadêmica endereçado ao Colegiado do Curso. Após isso será constituída pelo Colegiado do Curso uma Comissão de Revisão de Prova, composta de três professores entre os quais não estará presente o professor responsável pela disciplina em questão. Inicialmente esta Comissão chamará o professor para tratar do problema em questão. Após isso se ainda persistir a questão geradora da solicitação, a Comissão ouvirá o docente e o discente em questão, além de outros que julgarem necessário para emitir parecer conclusivo a ser analisado e homologado pelo Colegiado do Curso. A Comissão de Revisão de Prova emitirá parecer conclusivo em até cinco dias úteis após sua constituição.

Frequência

A frequência às atividades curriculares será obrigatória e a aprovação em qualquer disciplina será condicionada à frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) de aulas ministradas, conforme preceitua a Lei 9.394/96, e de acordo com as recomendações do MEC e ao Regimento Geral da Ufopa. Esta regra também se aplica ao trancamento de disciplina.

Importante: Os sábados também são considerados dias letivos.

Conforme o Art. 69, da Resolução Nº 177, de 20 de janeiro de 2017 da Ufopa, assegura, de acordo com a legislação em vigor, o regime de exercício domiciliar com vistas ao processo de ensino-aprendizagem, resguardada a qualidade do trabalho acadêmico, aos discentes em condição de incapacidade temporária de frequência às aulas, em razão de:

I- Afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas que apresentem distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por incapacidade física relativa, incompatíveis com a frequência às aulas;

II- Gestação, a partir do oitavo mês, com duração de 3 (três) meses consecutivos.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, devidamente comprovados por atestado médico, o período de repouso poderá ser dilatado.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação do Projeto Pedagógico do curso tem como finalidade identificar os pontos fortes e as fragilidades do curso, de modo a auxiliar no realinhamento das ações acadêmicas. A avaliação deve estar em acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o qual engloba a avaliação institucional (interna e externa), a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação do desempenho dos estudantes. O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), ainda não comporta diretrizes e parâmetros para a avaliação de um curso de bacharelado interdisciplinar que apresente uma diversidade de perfis de egresso. Sendo assim, até a definição de parâmetros para a avaliação do Enade aonde o BCA irá se enquadrar, este curso contará com outros mecanismos de avaliação.

De acordo com o documento denominado Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação, do Ministério da Educação (MEC, 2008), a avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que exige mediação pedagógica permanente. Neste sentido é necessário criar mecanismos para rever periodicamente os instrumentos e procedimentos de avaliação, de modo a ajustá-los aos diferentes contextos e situação que se apresentam no cenário da educação superior e torná-los elementos balizadores da qualidade que se deseja para a graduação.

As metodologias e os critérios de avaliação institucional permitirão diagnosticar se as metas e os objetivos do Curso estão sendo alcançados, servindo de elemento para formular e planejar possíveis mudanças que se mostrarem necessárias. Para tanto, serão promovidos seminários/encontros anuais para avaliação do andamento do Projeto Pedagógico assim como proposições a serem adotadas. A avaliação do projeto deve considerar os objetivos, habilidades, e competências previstas a partir de um diagnóstico preliminar, que será elaborada pela Comissão de Avaliação Institucional do Programa, devendo levar em conta o processo estabelecido para implementação do Projeto. Esse processo de avaliação será feito por meio de seminários para tomada de decisões com relação ao desenvolvimento do Projeto de Curso.

Neste sentido, as questões administrativas serão orientadas para que o aspecto acadêmico seja sempre o elemento norteador do ensino, da pesquisa e da extensão. O Núcleo Estruturante (NDE) do BCA tem por atribuição a elaboração das metodologias, estratégias e os instrumentos de avaliação do curso e de seu Projeto Pedagógico. Essas atividades são executadas com auxílio da secretaria acadêmica do Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Ufopa, em cumprimento à Lei do SINAES e de suas normativas.

11.1 AVALIAÇÃO DO CURSO

O Projeto Pedagógico não tem seu valor condicionado à ideia de que possa ser encarado como verdade irrefutável ou imutável. Seu valor depende da capacidade de dar conta da realidade em sua constante transformação e, por isso, deve ser passível de modificações, superando limitações e incorporando novas perspectivas configuradas pelo processo de mudança da realidade.

De acordo com Abramowicz (1994, p. 156) as avaliações são auxiliares legítimas da construção do conhecimento em aspecto amplo, não apenas dos conteúdos trabalhados, mas também de posturas e atitudes. Por isso, é necessária a realização de avaliações capazes de proporcionar melhorias naquilo que se está ensinando, já que fornece subsídios para o aperfeiçoamento do ensino que é uma das mais importantes funções da avaliação.

Assim, a avaliação do Projeto Pedagógico deve ser considerada como uma ferramenta construtiva visando contribuir para a implementação de melhorias e inovações que permitam identificar possibilidades, orientar, justificar, escolher e tomar decisões no âmbito da vida acadêmica de alunos, professores e funcionários. Seguindo essas premissas, o Instituto de Biodiversidade e Florestas efetivará seu processo avaliativo de maneira integrada considerando as diferentes categorias que o compõe. A avaliação será organizada como mencionado abaixo:

Avaliação semestral

Ao final de cada semestre letivo será efetivada com o objetivo de verificar pontos a melhorar na estrutura e qualidade do curso, assim como na elevação do aproveitamento no processo ensino-aprendizagem. Como as disciplinas do curso têm a periodicidade semestral, é preciso uma avaliação que propicie a correção de falhas que possam ocorrer no decorrer dos semestres letivos.

Avaliação do corpo discente sobre o curso

Neste processo leva-se em consideração a utilização dos espaços educativos (tais como laboratórios, salas de aulas e estrutura e acervo das bibliotecas, etc.), atuação dos docentes (recursos didáticos, aulas práticas, visitas técnicas e atualização dos conteúdos e bibliografias, etc.), a estrutura curricular, a estrutura física ofertada para o curso, à atuação e a comunicação com a coordenação do curso. Essa avaliação é realizada através de reuniões periódicas entre a coordenação e os discentes do curso, bem como, continuamente através de levantamentos de demandas diárias realizados via e-mail (próprio da coordenação ou pessoal dos coordenadores) e aplicativos de conversa.

A avaliação do corpo docente sobre o curso

Este processo terá o enfoque na estrutura curricular, assim como o procedimento de uma autoavaliação, avaliar também a estrutura física e a comunicação com a coordenação do curso na resolução de problemas que vir a ocorrer.

No início e final de semestre, são realizadas reuniões com o corpo docente do curso a fim de debater a estrutura do curso, além disso, aos finais de semestres, são realizadas atividades voltadas para o planejamento do Instituto e nesse contexto também do curso.

A avaliação do corpo técnico-administrativo educacional

Esta avaliação objetiva pontuar a atuação tanto de docentes quanto de discentes, perpassando pela coordenação do curso e estrutura física e sua relação com o corpo técnico-administrativo para o bom desempenho do curso. Além disso, também haverá uma Avaliação Interna do Curso onde serão enfocados os índices de evasão, de aceitação dos egressos no mercado

de trabalho, de suas inserções nos programas de pós-graduação, produção científica, os convênios e projetos integrados de ensino, assim como os recursos e estágios remunerados em outras empresas, a estrutura e acervo da biblioteca, o desenho curricular, etc. Esta terá a periodicidade de dois em dois anos. Ela terá como parâmetro os indicadores estatísticos oriundos do curso. Em termos operacionais, o processo de avaliação do Curso se dará em três dimensões: avaliação interna, avaliação externa e reavaliação.

11.2 Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

A gestão do curso é planejada considerando a autoavaliação institucional e os relatórios desta, bem como, levando em conta os apontamentos feitos por docentes, técnicos e discentes. Nesse sentido, é traçado um Plano de ações acadêmico-administrativas para melhorar o processo de ensino aprenizagem. A partir do relatório da avaliação interna da Ufopa emitido pela CPA, relatório de avaliação externa efetuado pro especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) após avaliação do curso e as reuniões com o corpo docente, discentes e técnicos, a Coordenação do Curso planeja reuniões pontuais com o NDE e colegiado do curso a fim de dirimir problemas e traçar metas para o melhoramento do curso.

Além disso, o a coordenação do curso com auxílio do NDE, colegiado, secretarias (acadêmica, administrativa e técnica), analisará e interpretará os indicadores quantitativos e de qualidade do curso e irá propor ações e procedimentos de melhoria para o Programa do Curso.

Avaliação interna

A avaliação interna, seguindo as normativas da Ufopa, é um processo de autoavliação no qual a comunidade acadêmica como um todo e, representates da sociedade, se posicionam a partir de informações coletadas e sistematizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) para uma reflexão sobre a instituição. Esse processo utilzia uma metodologia adequada para coleta de dados e análise crítica sobre os resultados, bem como para proposição de medidas de ajustes e intervenção aos problemas identificados.

No Instituto de Biodiversidade e Florestas será realizada por representantes dos segmentos de ensino, pesquisa, extensão e administração do Curso, utilizando-se de instrumentos propostos por um Comissão Institucional de Avaliação do Curso, nomeada pela Direção do Instituto,sendo que os professores que integrarão esta comissão deverão ser indicados pelo Colegiado do Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias. Os técnicos-administrativos educacionais e os discentes deverão ser indicados por suas respectivas categorias.

A Comissão será constituída por, no mínimo, dois docentes, dois discentes e dois técnicos-administrativos em educação do Instituto ao qual o curso está vinculado (Ibef). Na comissão de avaliação do Curso se concentrará a liderança do processo de avaliação. Cabe a ela avaliar e conduzir todas as atividades realizadas no seu âmbito, redigir o Relatório de Avaliação Interna e acompanhar a avaliação externa.

Os relatórios e pareceres elaborados pela Comissão deverão ser discutidos com toda a comunidade envolvida, através de seminários. Esta avaliação interna permitirá ao Curso aperfeiçoar o seu projeto político pedagógico.

Na perspectiva avaliadora, o parâmetro considerado é o próprio Curso em sua evolução histórica, os objetivos que ele próprio traçou para si e a realização destes objetivos em suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, além do currículo do curso.

Avaliação externa

Esta avaliação será composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil, dos quais são exemplos o Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) e a avaliação efetuada pelos especialistas do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais). Os dados oriundos desses processos serão levados em consideração no processo de avaliação interna e servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do curso para com os anseios da sociedade.

Reavaliação

Esta etapa propõe a consolidação dos resultados da avaliação interna (autoavaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, resultando na elaboração de um relatório final, que subsidiará a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso. A reavaliação será executada nos diversos níveis hierárquicos do Curso, com a participação do coordenador, professores e alunos, através de reuniões que deverão permitir a cada professor perceber o papel do conteúdo sob sua responsabilidade na formação do aluno e de proporcionar aos alunos a compreensão de seu processo de formação como um todo, trazendo suas contribuições e participando ativamente do processo.

A comissão responsável pela avaliação do Curso deverá elaborar um relatório final integrando todos os resultados da avaliação interna e externa, indicando as deficiências acadêmicas ou de infraestrutura identificadas e propondo medidas de correção. Para fins de construção deste relatório final, os resultados da avaliação interna e externa deverão ser discutidos com a comunidade acadêmica visando rever e, ou, aperfeiçoar seu projeto pedagógico, suas metas e a elaboração de propostas para o seu desenvolvimento.

12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais da Ufopa, em estreita articulação com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9394/96), o Plano Nacional de Educação (PNE Lei 14005/2014), o Programa Nacional de Pesquisa e Pós Graduação (PNPG), a Política Nacional de Extensão e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), dentre outros documentos norteadores, visam prioritariamente, a excelência acadêmica no processo formativo do aluno. Nesse sentido, deve-se: aperfeiçoar a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação, fortalecer a interação com a Educação Básica e promover a

integração de ações interdisciplinares no ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, deve ser buscada a formação integral do estudante viabilizando-se políticas institucionais que favoreçam a integração em uma formação ética, plural e interdisciplinar. Assim, as políticas de ensino de graduação e de pósgraduação, de pesquisa e de extensão tomam como base o fortalecimento da integração do ensino, em todos os seus níveis, buscando a formação do cidadão crítico, ético e socialmente comprometido com o desenvolvimento da sociedade. Para isto, a integração do ensino deve passar, necessariamente, pela busca de unidade com a díade pesquisa-extensão impulsionando a compreensão das demandas da comunidade, quer oriundas da educação básica, quer oriundas da sociedade civil organizada. O processo formador é constituído por um ciclo complexo de relações que inclui outros espaços formativos como o mundo do trabalho e outros elementos, também formativos, como a cultura, a prática esportiva e os saberes tradicionais. Estes elementos influenciam e são influenciados entre si, continuamente, em um processo que facilita os fluxos virtuosos de formação e geração de conhecimento. Os processos formativos na Ufopa devem refletir esta integração na perspectiva de unificar os conhecimentos produzidos (na pesquisa e na extensão) e integrá-los ao ensino gerando novos conhecimentos para a sociedade. Em decorrência, se fortalece e se intensifica as relações com a sociedade amazônica, as organizações públicas e privadas; ampliam-se e consolidam-se as relações acadêmicas locais e regionais e, nacionais e internacionais e; aprimoraram-se a comunicação institucional integrada.

12.1 Política de Ensino

Os cursos de graduação ofertados pela Ufopa são estruturados em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e com as normativas institucionais. A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes: (1) indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa, a extensão; (2) excelência acadêmica; (3) responsabilidade social; (4) fortalecimento de modelos acadêmicos curriculares inovadores; (5) potencialização e respeito à diversidade regional; (6) interdisciplinaridade (7) inovação; (8) articulação com a sociedade; (9) promoção de ações vinculadas à educação básica; (10) apropriação, criação e socialização de conhecimentos; (11) formação continuada; (12) inclusão; e (13) ações afirmativas.

O ensino de graduação é organizado em cursos de bacharelados profissionais, licenciaturas, bacharelados interdisciplinares e licenciaturas integradas, em diferentes áreas do conhecimento vinculados a Institutos Temáticos e aos Câmpus Regionais. Dessa forma, busca-se a integração do ensino de graduação com a díade extensão-pesquisa através de uma formação interdisciplinar que preconiza a flexibilidade curricular, a mobilidade acadêmica e a formação continuada articulada à pós-graduação. Os cursos de graduação na Ufopa visam proporcionar a seus egressos uma ampla formação técnica e científica, cultural e humanística, que os capacite a refletir e atuar de forma ética, empoderada e emancipatória na realidade amazônica e global.

12.2 - Políticas de Pesquisa

A pesquisa na Ufopa, associada ao ensino e à extensão, objetiva a produção e a difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica. A iniciação à pesquisa é etapa fundamental dos cursos vinculados ao Instituto de Biodiversidade e Florestas e constitui a base em que o aluno constrói sua formação numa perspectiva integrada e conectada com os contextos sociais em que se insere e nos quais atuará após a conclusão do curso. Essa etapa, porém, não se efetua em períodos rigorosamente delimitados, mas em atividades continuadas de pesquisa.

Durante a Formação Graduada do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, ofertase aos alunos a possibilidade de integração e participação continuada em projetos de pesquisa sob orientação de seus professores, bem como oportunidades de experimentação de diferentes linhas de investigação científica no âmbito de disciplinas práticas e atividades em laboratórios. Além de bolsas decorrentes dos projetos individuais de pesquisadores, outras de Iniciação Científica podem ser concedidas aos alunos envolvidos com recursos próprios da Ufopa e externos. Entre elas, CNPq e Fapespa, entre outras fontes de financiamento contínuo ou eventual. Bolsas de Monitoria ofertadas pela Pró-Reitoria de Ensino e Graduação da Ufopa também oferecem aos alunos o contato com atividades de Ensino e Pesquisa.

12.3 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

Os Editais de Fomento a Trabalhos de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (PROTCC-BC) e os Editais Profazenda (que visam a concessão de recursos financeiros para apoiar o plano de ação em ensino), pesquisa e extensão da unidade fazenda experimental da ufopa, do Ibef visam apoiar projetos voltados para a consolidação de unidades acadêmicas voltadas para o BCA e demais cursos do Ibef. Esses editais visam dar melhores condições para que os discentes consigam realizar projetos de iniciação científica, principalmente voltados para o trabalho de conclusão de curso (TCC).

A Iniciação Científica é um instrumento de formação que permite introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo. É um estímulo à formação da mentalidade científica na prática concreta, mediante a participação no desenvolvimento de uma investigação que tem início, meio e fim, e cujos resultados são atingidos pelo aluno em função da execução de um Plano de Trabalho. Os editais de formento a pesquisa do BCA e do Ibef como um todo deverão ser entendido como guia que permitirá ao acadêmico dar um salto na própria formação pessoal. A partir do momento que se oferece métodos para um aproveitamento efetivo da pesquisa e da produção acadêmica, regras a serem seguidas, e

professores com disponibilidade para atender e orientar os novos pesquisadores, os alunos estarão encontrando as melhores condições para o desenvolvimento de uma produção acadêmica séria. Envolvendo diretamente o acadêmico de graduação na pesquisa, a Iniciação Científica apresentar-se-á como uma verdadeira escola, que necessitará ser mantida e ampliada. Será um importante elemento na estruturação de recursos humanos, pois se colocará como ponto de partida para a formação de novos cientistas (mestres e doutores) e, principalmente, estimulará a produção de novos conhecimentos.

12.4 Políticas de Extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Cultura e Extensão e pelo Regimento Geral da Ufopa. Na Ufopa, as ações acadêmicas são integradas em unidades denominadas Programas. Por isso, não se distinguem as atividades de extensão de outras atividades acadêmicas. A extensão envolve, principalmente, ações de articulação com a sociedade com forte concentração nas áreas de arte e cultura, processos de organização social, oferta de cursos de pequena duração e ações empreendedoras na sociedade. Tendo em vista a multiplicidade de aspectos e saberes envolvidos, os programas e projetos de extensão realizados pelo Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, em parceria ou não com outros cursos da Ufopa, devem estimular e buscar propiciar aos alunos a participação em ações conjuntas com instituições públicas, entidades não governamentais, empresas e movimentos sociais e, em consonância com Instrução Normativa 02/2015 Isco/Ufopa, devem ter carga horária limite de 20 horas semestrais. As atividades de extensão devem ser sempre orientadas por um docente e podem ser apoiadas pela Ufopa, conforme regras específicas da universidade para esse fim, ou por fontes financiadoras externas, desde que previamente aprovadas pelo Conselho do Isco. Seguindo orientações da Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (Procce), as ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

13. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

A Ufopa tem se dedicado em seguir as orientações normativas advindas do MEC no que tange a estratégias didático-pedagógicas inclusivas para portadores de necessidades especiais, incluindo alunos que necessitam de atenção psicológica resultante as pressões diversas relativas ao isolamento do seio familiar, subnutrição, fragilidade socioeconômica, dentre outras. Neste sentido, atividades em libras alcançam hoje fatia substancial nos cursos de graduação, criação de um grupo de educação digital visando o desenvolvimento e uso de aplicativos nas salas de aulas destinados a acessibilidade vocal, visual e a cadeirantes está em Franca implantação. O Plano Pedagógico

Institucional preconiza a expansão destas atividades pela integração da pesquisa ao ensino e a extensão, ao possibilitar apoio de recursos do PNAES para desenvolvimento de softwares livres e bioengenharia aos grupos que quiserem enveredar por esta área como programas especiais e prioritários. Através da Portaria nº 1.376 de 18 de junho de 2014, a Ufopa instituiu o Núcleo de Acessibilidade. Tal ação atende as determinações da Portaria n° 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais. O núcleo de acessibilidade também atua para atendimento a LEI Nº 12.764, DE 27 de Dezembro DE 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Para cada caso o núcleo avalia a melhor forma de apoio e atua prestando o devido suporte ao discente. Dessa forma, a Ufopa tem se empenhado na inclusão e acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais, apresentando metas de atividades e planejamento de ações a serem desenvolvidas, como a adaptação de estrutura física para acessibilidade aos diferentes locais das unidades Tapajós, Rondon e Amazônia (banheiros, piso tátil, elevadores).

14. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A Ufopa estabelece sua Política de Ações Afirmativas e Promoção Étnico-Racial de acordo com a Lei nº13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a lei brasileira de Promoção da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência); com a Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispões sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e da outras providências; com a Lei Federal nº12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; com o Decreto de 4 de junho de 2010, que institui o dia nacional de combate a homofobia; com o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Politica Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais; com o Decreto n° 5.051 de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção n°169 da OIT, Sobre Povos Indígenas e Tribais; com a Lei n° 10.558 de 13 de novembro de 2002, que cria o Programa Diversidade na Universidade; com a Lei n° 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio; com o Decreto n˚ 65.810, de 8 de dezembro de 1969, que promulga a Convenção Internacional sobre todas as Formas de Discriminação Racial; com o Decreto nº 63.223 de 06 de setembro de 1968, que promulga a Convenção relativa a luta contra a discriminação; coma Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educacao; no Estatuto da Ufopa e na Politica de Cultura da Ufopa.

A Politica de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-racial da Ufopa têm por finalidade a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito a diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca da igualdade de gênero, a garantia dos direitos

das pessoas com necessidades especificas, bem como, a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito.

São Instrumentos da Politica de Ações Afirmativas e Promoção Étnico-Racial:

I - Sistema de Cadastro e Monitoramento das Ações Afirmativas;

II - Plano de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial;

III - Programas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial;

IV - Fórum de Ações Afirmativas;

V - Programa de reserva de vagas e Processos Seletivos Especiais de ingresso;

VI - Cadastro Socioeconômico e Étnico-Racial Único dos discentes da Ufopa;

VII- Instituto de Formação Intercultural;

VIII - Núcleo de Acessibilidade.

15 APOIO AO DISCENTE

Como política da Assistência Estudantil encontram-se implantados na Ufopa, os Programas de Bolsa Permanência, Bolsa Moradia, Bolsa de Língua Estrangeira Inglesa (BOLEI) e os Jogos Internos da Ufopa. O Programa de Bolsa Permanência está implementado na forma de repasse de auxílios financeiros aos discentes caracterizados como em situação de vulnerabilidade social, incluindo também os estudantes indígenas, ingressos por um Processo Seletivo Especial. A BOLEI foi criada com o objetivo de ampliar as oportunidades para o discente da Ufopa se tornar cidadão do mundo, ter acesso à produção científica escrita nesse idioma e facilitar a participação nos Programas de Mobilidade Acadêmica Internacionais.

Estas ações estavam sob a gestão da Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão, através de sua Diretoria da Comunidade, Cultura e Esporte. A partir de 14 de abril de 2014, a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa é o novo setor responsável pela gestão da política de assistência estudantil da instituição, que segue os princípios da política nacional.

Além de reestruturar o sistema de concessão de auxílios aos alunos da Universidade – Bolsa Permanência, Bolsa Moradia e Bolsa de Língua Estrangeira Inglês (BOLEI) –, a Proges também tem como objetivos fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, através da Diretoria de Ações Afirmativas, promover discussões junto à comunidade universitária e coordenar ações que viabilizem o Restaurante Universitário e a criação da Casa do Estudante.

Além da Diretoria de Ações Afirmativas, onde funcionará a Coordenação de Cidadania e Igualdade Étnico-Racial, a Proges é formada também pela Diretoria de Assistência Estudantil, onde funcionarão a Coordenação Psicopedagógica e a Coordenação de Esporte e Lazer.

A implementação de ações para a melhoria do desempenho discente e para adaptação à vida universitária, refletida no seu desenvolvimento profissional, envolvem: recepção aos discentes visando integrar o calouro com a comunidade acadêmica; atendimento ao discente

com deficiência através de adequações necessárias quer sejam pedagógicas ou estruturais; sondagem do nível de satisfação dos discentes em relação ao corpo docente e conteúdos ministrados por meio dos resultados da Avaliação Institucional e de reuniões com os representantes de turmas; assessoria aos universitários, na orientação, na informação e no atendimento quanto às necessidades acadêmicas e psicopedagógicos; orientação geral quanto aos procedimentos legais e de trâmite interno da Instituição.

Está em fase de planejamento também a oferta de cursos de nivelamento que visam suprir as deficiências básicas dos discentes no acompanhamento adequado ao aprendizado. Esta ação deverá ocorrer em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem-estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (PIBIC, PIBIT), bolsa de iniciação à docência (PIBID) e bolsa de extensão (PIBEX), cuja seleção de bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

Em relação ao Curso, o discente possui livre acesso ao coordenador e direção do Instituto. Técnicos em Assuntos Educacionais lidam diretamente com os discentes, auxiliando os mesmos no cumprimento dos componentes curriculares, como matrícula, aproveitamento de estudos etc. Os discentes são assim acompanhados em conjunto e individualmente para que o curso seja conduzido adequadamente, evitando a evasão universitária.

PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA UFOPA

Conforme a Instrução Normativa nº 001/2012 – Proen, 9 de maio de 2012, que dispõe sobre as normas do Programa de Monitoria Acadêmica, esta é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltados para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo docentes e discentes, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrados, em conformidade com o Projeto Pedagógico do Curso.

As atividades de Monitoria no âmbito do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da Ufopa visam permitir que os discentes sejam sujeitos colaborativos do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, a atividade de Monitoria pode ser vista ainda como uma estratégia de apoio ao ensino, protagonizada por discente que já cursaram a disciplina e obtiveram bom aproveitamento, tratando-se de um processo de interação entre discentes e docentes.

Na Ufopa, a Monitoria pode ser realizada em condições remuneradas ou voluntária. Com relação às bolsas, semestralmente a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação lança editais de fomento à Monitoria, com o objetivo de contribuir para o processo de formação graduada, no despertar à docência, à pesquisa e/ou extensão do discente monitor com orientação docente, bem como estimular o senso de responsabilidade, autonomia, cooperação, satisfação em ampliar conhecimento s e empenho nas atividades acadêmicas.

Estes editais preveem a oferta de bolsas de Monitoria, com vagas por Unidades Acadêmicas. A partir disso, projetos de monitoria devem ser apresentados na Unidade Acadêmica responsável pela disciplina ou laboratório onde serão executados, no âmbito de cada Edital. Os professores-orientadores devem elaborar os projetos cujo o conjunto de objetivos, políticas e atividades relacionadas à Monitoria, deve estar de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.

A seleção dos projetos se faz no âmbito de cada Unidade Acadêmica por meio das comissões de Monitoria, organizadas semestralmente pela Proen, instituídas por portarias, considerando o número de bolsas disponíveis. Assim, a cada edital uma nova comissão é constituída no Instituto de Biodiversidade e Florestas.

Para ser bolsista, o discente deve estar regularmente matriculado no período letivo em que ocorrer a seleção; não ter sofrido nenhuma reprovação por falta ou nota nos componentes curriculares do objeto de Projeto de Monitoria; haver cursado ou realizado com aproveitamento mínimo de nota 7,0 nas atividades curriculares às quais esteja vinculado o objeto do Projeto de Monitoria.

Por fim, no caso de monitoria remunerada, a lista de projetos contemplados (disciplinas, ou grupo de disciplinas, ou laboratório) é homologada e divulgada no site da Ufopa/Proen, tendo validade conforme cronograma de cada edital.

Além disso em 2019, a Proen da Ufopa, criou um edital (Edital nº 31/2019/Proen) referente às bolsas de monitoria específicas para o acompanhamento de apoio pedagógico aos discentes indígenas.

16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

A articulação do ensino com a pesquisa acontece por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBIC/Ufopa, compreendendo os subprogramas PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI, os quais possuem distintas modalidades de bolsas de acordo com a agência de fomento que custeará a bolsa: o subprograma PIBIC: bolsas PIBIC/Ufopa, PIBIC/FAPESPA e PIBIC/CNPq; o subprograma PIBIC-Af: Bolsas PIBIC-Af/Ufopa e PIBIC-Af/CNPq; o subprograma PIBIT: Bolsas PIBITI/Ufopa e PIBITI/CNPq. O subprograma PIBIC-Af possui quotas destinadas exclusivamente para indígenas (PIBIC-Af/Indígena) e quilombolas (PIBIC-Af/Quilombola), custeadas pela Ufopa.

O Programa tem por objetivo qualificar o ensino de graduação na Ufopa, por meio da concessão de bolsas a graduandos sob orientação de docentes vinculados à instituição, para o desenvolvimento de planos de trabalho voltados ao desenvolvimento científico (PIBIC) e ao desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI).

A capacitação para a pesquisa científica está presente ao longo de todo percurso acadêmico do discente, desde o primeiro semestre. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Ufopa visa introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo, contribuindo para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

A articulação do ensino com a extensão ocorre por meio do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX, que visa estimular a execução de projetos de produção, disponibilização, sistematização e divulgação de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos que tenham como princípio norteador o ensino, a pesquisa e a extensão, associado à inserção social. O Pibex trata da concessão de bolsas de extensão universitária, auxílio financeiro destinado aos discentes de graduação para o desenvolvimento de um plano de trabalho vinculado a um Programa ou Projeto de extensão, devidamente cadastrado na Procce, orientado por um docente da Ufopa, no efetivo exercício de suas funções.

O desenvolvimento das atividades de extensão está prevista a partir do segundo semestre do percurso acadêmico do discente. O Pibex objetiva: despertar interesse dos discentes em extensão universitária; contribuir para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e a sociedade; contribuir de forma plena para a inclusão social; contribuir para a formação profissional e para o exercício pleno da cidadania.

16.2 Programas de Iniciação Científica

A articulação do ensino com a pesquisa acontece por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBIC/Ufopa, compreendendo os subprogramas PIBIC, PIBIC-AF e PIBITI, os quais possuem distintas modalidades de bolsas de acordo com a agência de fomento que custeará a bolsa: o subprograma PIBIC: bolsas PIBIC/Ufopa, PIBIC/FAPESPA e PIBIC/CNPq; o subprograma PIBIC-Af: Bolsas PIBIC-Af/Ufopa e PIBIC-Af/CNPq; o subprograma PIBIT: Bolsas PIBITI/Ufopa e PIBITI/CNPq. O subprograma PIBIC-Af possui quotas destinadas exclusivamente para indígenas (PIBIC-Af/Indígena) e quilombolas (PIBIC-Af/Quilombola), custeadas pela Ufopa. O Programa tem por objetivo qualificar o ensino de graduação na Ufopa, por meio da concessão de bolsas a graduandos sob orientação de docentes vinculados à instituição, para o desenvolvimento

de planos de trabalho voltados ao desenvolvimento científico (PIBIC) e ao desenvolvimento tecnológico e inovação (PIBITI).

A capacitação para a pesquisa científica está presente ao longo de todo percurso acadêmico do discente, desde o primeiro semestre. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/Ufopa visa introduzir na pesquisa científica os acadêmicos de graduação, colocando-os em contato direto com esta importante atividade acadêmica e permitindo seu engajamento neste processo, contribuindo para que o aluno tenha uma formação acadêmica mais completa.

No âmbito ainda da graduação, o Programa de Iniciação Científica, financiado com bolsas de Iniciação Científica (IC) pela Ufopa, CNPq e FAPESPA oferece aos discentes do curso, bases e instrumentos necessários para o treinamento em pesquisa científica, proporcionando ao discente dar um salto na sua formação profissional. A atividade de pesquisa permite a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar cientifico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o discente tenha uma formação acadêmica mais completa.

PARTE III: RECURSOS HUMANOS

1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1.1 Direção do Instituto

Diretora

Alanna do Socorro Lima da Silva

Vice-diretora

Maria Lita Padinha Correa Romano

1.2 Coordenação de Curso

Coordenador

Prof. Dr. Paulo Ségio Taube Júnior

Vice-Coordenador

Prof. MSc. Manoel José Oliveira da Cruz

Titulação e Formação do Coordenador do Curso

Titulação do coordenador do curso:

ANO DE INÍCIO E INTEGRALIZAÇÃO	NÍVEL	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO
2009-2013	Doutorado	Química – Química Analítica	UFSC
2007-2009	Mestrado	Química – Química Orgânica	UFSM
2003-2007	Graduação	Química Industrial	UFSM

Experiência Profissional de Magistério Superior e de Gestão do Coordenador do Curso

Experiência Profissional do Coordenador do Curso:

TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR	TEMPO DE EXPERIÊNCIA EM GESTÃO
8 anos	2 anos e 1 mês

1.2.1 Atuação da coordenação do curso

A Universidade Federal do Oeste do Pará publicou em 20 de janeiro de 2017 a Resolução nº 177, que institui o Regimento de Graduação, o qual, na Seção IV, dispõe sobre as atribuições da Coordenação de Curso.

São atribuições da Coordenação de Curso:

I. convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II. solicitar à Proen, aos diretores das Unidades Acadêmicas, aos coordenadores de núcleos e aos docentes e técnicos em assuntos educacionais providências necessárias para o bom funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, questões didático- pedagógicas e pessoal;

III. articular-se com o Colegiado da Unidade Acadêmica e com a Administração Superior, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as respectivas instâncias;

IV. propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso;

V. coordenar o NDE do curso;

VI. propor, em conjunto com o NDE, reformas no PPC;

VII. estruturar a grade horária e solicitar à Unidade Acadêmica a designação de professores para os componentes curriculares;

VIII. propor componentes curriculares de cursos no período intensivo;

IX. propor e implementar estratégias de enfrentamento da reprovação e da evasão;

X. analisar os históricos escolares, com seus respectivos programas de componentes curriculares, quando da solicitação de dispensa;

XI. providenciar documentação necessária à colação de grau dos discentes;

XII. estimular a participação dos docentes e dos discentes no processo avaliativo (avaliação do docente pelo discente, da coordenação pelos discentes e docentes, infraestrutura), de forma a contribuir para sua autoavaliação;

XIII. propor ao Colegiado da Subunidade plano de providências após as avaliações;

XIV. inscrever os discentes no Sistema e-MEC, quando o curso for selecionado para participar do Exame Nacional dos Discentes (Enade) ou quando o discente não tiver realizado a prova no ciclo avaliativo regular;

XV. analisar, em conjunto com os docentes, os relatórios do Enade, de modo a possibilitar autoavaliação e retroalimentação do curso;

XVI. colaborar no processo de avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (I-nep/MEC), fornecendo informações solicitadas pela Proen nos prazos estabelecidos;

XVII. solicitar dos docentes a documentação necessária para o processo avaliativo in loco;

XVIII. informar aos órgãos competentes da Ufopa as necessidades do curso para uma boa avaliação; promover reuniões com os docentes e discentes para fins de preparação da avaliação externa;

XIX. preparar toda a documentação necessária, disponibilizando-a para a comissão de avaliação externa;

XX. conhecer a legislação pertinente às suas atribuições de coordenador: PDI, regimento da instituição e resoluções internas e externas;

XXI. receber os discentes no início dos semestres, oferecendo informações necessárias sobre a vida acadêmica durante o período de formação ou nos polos de apoio presencial, nos casos dos cursos a distância;

XXII- responsabilizar-se pela orientação de matrícula, propondo, de forma conjunta com o discente, plano individual para discentes desnivelados ou oriundos de mobilidades estudantis;

XXIII. acompanhar os prazos de inserção da oferta de componentes curriculares, possibilitando a matrícula dos discentes no período estipulado;

XXIV. atender ao discente, sempre que necessário ou solicitado na Coordenação do Curso;

XXV. solicitar aos docentes que acessem periodicamente o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), de forma que a frequência e as notas dos discentes sejam lançadas no prazo estabelecido;

XXVI. acompanhar e avaliar o estágio probatório dos docentes;

XXVII. orientar o discente sobre as atividades complementares e realizar sua creditação;

XXVIII. colaborar com a Coordenação de Estágios da Proen no levantamento, registro, acompanhamento e avaliação dos discentes e campos de estágios curriculares;

XXIX. solicitar aos docentes os planos de ensino dos componentes curriculares, orientando-os para que os apresentem aos discentes na primeira semana de aula;

XXX. acompanhar o cumprimento dos componentes curriculares ofertados e a execução dos planos de ensino;

XXXI. providenciar, com os docentes, a reposição de aulas, em caso de faltas dos docentes, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica;

XXXII. organizar e acompanhar, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica, os afastamentos e a licença de capacitação de docente; participar de reuniões, treinamentos, capacitações, sempre que convocado por órgão da administração;

XXXIII. cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso, bem como desempenhar as atribuições estabelecidas no regimento do curso;

XXXIV. participar de grupos de trabalho de desenvolvimento de metodologia de ensino;

XXXV. planejar e desenvolver atividades de seleção e capacitação dos profissionais (tutores, professores e equipe multidisciplinar) relativas ao curso;

XXXVI. acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;

XXXVII. registrar os cursos nos órgãos de conselho de classe, quando houver.

1.2.2 Regime de trabalho da coordenação do curso

O Prof. Dr. Paulo Sérgio Taube Júnior foi nomeado pela Portaria N° 392/GR-Ufopa, de 26 de Agosto de 2019 (Anexo 8), para exercer a função comissionada de Coordenadora de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, código FCC, do Instituto de Biodiversidade e Florestas. O servidor tem regime de trabalho de dedicação exclusiva, e com carga horária de 20 horas semanais para exercer as atividades de coordenação de curso.

O Prof. MSc. Manoel José Oliveira da Cruz foi nomeado pela Portaria nº 392/GR-Ufopa, de 26 de Agosto de 2019 (Anexo 8), para exercer a função comissionada de Vice-Coordenador de Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas. O servido tem regime de trabalho de dedicação exclusiva, e com carga horária de 10 horas semanais para exercer suas atividades na coordenação de curso.

1.3 Técnico em Assuntos Educacionais

O Instituto de Biodiversidade e Florestas possui duas técnicas para assuntos Educacionais que atendem a todos os cursos do Instituto: Juliana Jordão (Coordenadora) e Suzane Marinho Lages.

1.4 Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva é uma subunidade integrante da Diretoria do Instituto de Biodiversidade e Florestas, responsável por assessorar a Direção, gerenciar informações, controlar documentos e correspondências, atender usuários, secretariar as solenidades de colação de grau e redigir documentos oficiais.

A Secretaria Executiva dispõe de um servidor técnico-administrativo que é um Secretário Executivo, o Sr. Gilson Pedroso dos Santos.

2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA

2.1 Secretaria Acadêmica

Allan Chaves Batista - Assistente em Administração
Fádya Lorena de Souza Moura - Assistente em Administração
Rafaela dos Santos Reis - Assistente em Administração
Maria Eduarda dos Santos - Assistente em Administração
Juliana Jordão (Coordenadora) - Técnica em Assuntos Educacionais
Suzane Marinho Lages - Técnica em Assuntos Educacionais

Secretaria Administrativa
Betania Maia Saraiva - Administradora
Alberto Conceição Figueira da Silva (Coordenador) - Assistente em Administração
Raimundo Mesquita Cavalcante - Assistente em Administração
Helina Pimentel de Sousa - Assistente em Administração
Rômulo da Silva Maia - Assistente em Administração

Secretaria Técnica
Roberto Sá – Técnico em Laboratório. Área Agroindústria
Cláudia Cardoso (Coordenadora) - Eng.ª Florestal
Sylmara Luz – Zootecnista
Patrícia Guimarães - Assistente em Administração

2.2 Acompanhamento de Egressos

A Ufopa criou em 2018 o Programa de Acompanhamento de Egressos Diplomados dos seus Cursos de Graduação.

O Programa constitui-se em uma ação que permitirá a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais. Além disso, visa conhecer a alocação do egresso no mundo de trabalho, bem como identificar a adequação do curso ao exercício profissional. Este programa possibilitará informações acerca da oferta de cursos e formação continuada, mantendo o relacionamento egresso/instituição.

O objetivo principal é o de proporcional uma contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão. Os resultados serão utilizados para aprimorar o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos cursos. Além disso, possibilitar a captação de informações para promoção da formação continuada.

Atenta às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, a Ufopa reafirma seu compromisso de gestão da qualidade e, institui o Programa de Acompanhamento de Egressos Diplomados dos Cursos de Graduação da Ufopa. O Programa constitui-se em uma ação que permitirá a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais. Além disso, visa conhecer a alocação do egresso no mundo de trabalho, bem como identificar a adequação do curso ao exercício profissional. Este programa possibilitará informações acerca da oferta de cursos e formação continuada, mantendo o relacionamento egresso/instituição.

O Comitê de Acompanhamento de Egressos do Ibef foi revogada. Atualmente, a comissão encontra-se em fase de reestruturação. Sendo assim, o acompanhamento do egresso é realizado através de levantamento do lattes dos diplomados no BCA e informações obtidas através de diálogos com alguns diplomados.

2.3 Órgãos Colegiados

Conselho do Instituto de Biodiversidade e Florestas

O Conselho do Instituto de Biodiversidade e Florestas é o órgão colegiado máximo da Unidade Acadêmica, apresenta caráter consultivo e deliberativo, composto pelo Diretor, como Presidente, Vice-Diretor, Coordenadores de Curso e representantes das categorias, de acordo com o Estatuto e Regimento Geral da Ufopa (Resolução nº 55, de 22/07/2014).

Em conformidade com a minuta do Regimento Interno do Instituto de Biodiversidade e Florestas, compete ao Conselho definir e instituir sua política acadêmica, deliberar e opinar sobre assuntos de natureza acadêmica e administrativa.

Designado pela portaria Nº 033, de 15 de maio de 2019 (ANEXO 9), o Conselho do Instituto de Biodiversidade e Florestas é constituído por:

1. Alanna do Socorro Lima da Silva (Diretora do Instituto) - Titular;
2. Maria Lita Padinha Correa Romano (Vice-Diretora do Instituto) - Titular;
3. Iolanda Maria Soares Reis (Coordenadora de Agronomia) - Titular;

José Augusto Amorim Silva do Sacramento (Vice-Coordenador de Agronomia) — Suplente;

4. Paulo Sérgio Taube Júnior (Coordenador de Ciências Agrarias) - Titular;

Manoel José Oliveira da Cruz (Vice-Coordenador de Ciências Agrarias) — Suplente;

5. Thalis Ferreira dos Santos (Coordenador de Biotecnologia) - Titular;

Antonio Humberto Hamad Minervino (Vice-Coordenador de Biotecnologia) - Suplente;

6. Rafael Rode (Coordenador de Engenharia Florestal) - Titular;

Edgar Siza Tribuzy (Vice-Coordenador de Engenharia Florestal) - Suplente;

7. Ronaldo Francisco de Lima (Coordenador de Zootecnia) - Titular;

Gustavo da Silva Claudiano (Vice-Coordenador de Zootecnia) - Suplente;
8. Graciene Conceição dos Santos (Representante dos Docentes) - Titular;
9. Helionora da Silva Alves Chiba (Representante dos Docentes) – Titular
10. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (Representante dos Docentes) – Titular
11. Alberto da Conceição Figueira da Silva (Representante dos Técnicos) – Titular
12. Patrícia Guimarães Pereira (Representante dos Técnicos) - Titular;
Roberto Sá Maia (Representante dos Técnicos) - Suplente;
Ângelo Abaal Lisboa Batista (Representante dos Técnicos) - Suplente;
13. Cananda Cris Cavalcante Ferreira (Representante dos Discentes) - Titular;
14. Roberta Tapajós Siqueira (Representante dos Discentes) - Titular;
Hugo Jordan Martins Pereira (Representante dos Discentes) - Suplente;
Yago Rodrigo Sousa Maciel (Representante dos Discentes) - Suplente;
Abraão Barbosa da Silva (Representante dos Discentes) – Suplente.

2.4 Bolsas de Apoio Administrativo *(se houver no curso)*

O curso diretamente não possui bolsa de auxílio administrativo, no entanto, o Instituto de Biodiversidade e Florestas possui 3 bolsistas de apoio administrativo, o quais são selecionados pelo Instituto como vigência de bolsa de 1 ano, com possibilidade de prorrogação por mais 1 ano.

3 CORPO DOCENTE

3.1 Titulação

Nº	PROFESSOR	TITULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	REGIME DE TRABALHO
1	Adenomar Neves de Carvalho	Doutor	Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	DE
2	Alanna do Socorro Lima da Silva	Doutora	Medicina Veterinaria	DE
3	Aline Pacheco	Doutora	Medicina Veterinária	DE
4	Amanda Frederico Mortati	Doutora	Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado	DE
5	Antonio Humberto Hamad Minervino	Doutor	Medicina Veterinária	DE
6	Arlete Moraes	Mestre	Geografia	DE
7	Carlos Ivan Aguilar Vildoso	Doutor	Agronomia	DE
8	Cléo Rodrigo Bressan	Doutor	Ciências Biológicas	DE
9	Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos	Doutor	Agronomia	DE

10	Cristina Aledi Felsemburgh	Doutora	Engenharia Florestal	DE
11	Daniel Ferreira Amaral	Mestre	Química Industrial	DE
12	Daniela Pauletto	Mestre	Engenharia Florestal	DE
13	Danielle Wagner Silva	Doutora	Agronomia	DE
14	Debora Kono Taketa Moreira	Doutora	Tecnologia de Alimentos	DE
15	Denise Castro Lustosa	Doutora	Agronomia	DE
16	Edgard Siza Tribuzy	Doutor	Agronomia	DE
17	Edson Varga Lopes	Doutor	Biologia	DE
18	Edwin Camacho Palomino	Doutor	Ciências Agrarias	DE
19	Elaine Cristina Pacheco de Oliveira	Doutora	Ciências Biológicas	DE
20	Élcio Meira da Fonseca Junior	Doutor	Ciências Biológicas - Bacharelado	DE
21	Eliandra de Freitas Sai	Doutora	Ciências Biológicas	DE
22	Eloi Gasparin	Doutor	Engenharia Agrícola	DE
23	Elvislley Da Silva Chaves	Mestre	Ciências Econômicas	DE
24	Emerson Cristi De Barros	Doutor	Agronomia	DE
25	Everton Cristo de Almeida	Mestre	Engenharia Florestal	DE
26	Fabrizia Sayuri Otani	Doutora	Zootecnia	DE
27	Gabriel Brito Costa	Doutor	Meteorologia	DE
28	Graciene Conceição dos Santos	Doutora	Zootecnia	DE
29	Gustavo da Silva Claudiano	Doutor	Medicina Veterinária	DE
30	Helionora da Silva Alves	Doutora	Agronomia	DE
31	Ícaro dos Santos Cabral	Doutor	Medicina Veterinária	DE
32	Iolanda Maria Soares Reis	Doutora	Agronomia	DE
33	Iracenir Andrade dos Santos	Doutora	Agronomia	DE
34	Jackson Fernando Rego Matos	Doutor	Engenharia Florestal	DE
35	Joao Thiago Rodrigues de Sousa	Doutor	Agronomia	DE
36	Joao Ricardo Vasconcellos Gama	Doutor	Engenharia Florestal	DE
37	Jose Augusto Amorim Silva do Sacramento	Doutor	Engenharia Agronômica	DE
38	Juliana Mendes de Oliveira	Doutora	Arquitetura e Urbanismo	DE
39	Karlúcio Heleno Castro Castello Branco	Doutor	Licenciatura Plena em Física	DE
40	Kedson Alessandri Lobo Neves	Doutor	Medicina Veterinária	DE

41	Kelly Christina Ferreira Castro	Doutora	Química Bacharelado	DE
42	Lia de Oliveira Melo	Doutora	Engenharia Florestal	DE
43	Luís Gabriel Alves Cirne	Doutor	Zootecnia	DE
44	Manoel José Oliveira da Cruz	Mestre	Engenharia Civil	DE
45	Marcia Mourão Ramos Azevedo	Doutora	Biologia	DE
46	Maria Lita Padinha Correa Romano	Doutora	Agronomia	DE
47	Miguel Angelo Moraes de Sousa	Mestre	Matemática	DE
48	Oberdan Muller Moraes das Flores	Mestre	Engenharia Florestal	DE
49	Patrícia Chaves de Oliveira	Doutora	Engenharia Agronômica	DE
50	Paulo Sérgio Taube Júnior	Doutor	Químico Industrial	DE
51	Rafael Rode	Doutor	Engenharia Florestal	DE
52	Raul da Cunha Lima Neto	Doutor	Zootecnia	DE
53	Renato Bezerra da Silva Ribeiro	Mestre	Engenharia Florestal	DE
54	Robinson Severo	Doutor	Agronomia	DE
55	Rodrigo Ferreira Fadini	Doutor	Ciências Biológicas	DE
56	Rommel Noce	Doutor	Administração	DE
657	Terezinha de Jesus Dias Pacheco	Doutora	Licenciatura Plena em Letras	DE
58	Thalis Ferreira dos Santos	Doutor	Biomedicina	DE
59	Thiago Almeida Vieira	Doutor	Engenharia Florestal	DE
60	Troy Patrick Beldini	Doutor	Agronomia	DE
61	Ulisses Sidnei da Conceição Silva	Mestre	Engenharia Florestal	DE
62	Vanessa Holanda Righetti de Abreu	Doutora	Ciências Biológicas	DE

3.2 Quadro de professor por disciplina

Nº	PROFESSOR	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS
1	Adenomar Neves de Carvalho	Doutor	Entomologia Geral; Zoologia
2	Alanna do Socorro Lima da Silva	Doutora	Ética e Bioética; Projeto de TCC; Etologia e Bem-Estar Animal;

3	Aline Pacheco	Doutora	Biologia Molecular; Genética; Melhoramento Animal
4	Amanda Frederico Mortati	Doutora	Gestão de Recursos Naturais;
5	Antonio Humberto Hamad Minervino	Doutor	Biotecnologia Animal
6	Arlete Moraes	Mestre	Geoprocessamento
7	Carlos Ivan Aguilar Vildoso	Doutor	Genética
8	Cléo Rodrigo Bressan	Doutor	Biologia Celular; Enzimologia Geral; Biotecnologia de Resíduos
9	Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos	Doutor	Fertilidade do Solo; Gênese e Morfologia do Solo
10	Cristina Aledi Felsemburgh	Doutora	Botânica
11	Daniel Ferreira Amaral	Mestre	Química Orgânica
12	Daniela Pauletto	Mestre	Agrossilvicultura; Emprendedorismo e Patentes
13	Danielle Wagner Silva	Doutora	Antropologia e Sociologia Rural; Ética e Bioética; Extensão Rural; IBR II
14	Debora Kono Taketa Moreira	Doutora	Tecnologia das Fermentações
15	Denise Castro Lustosa	Doutora	Fitopatologia Geral; Microbiologia do Solo; Microbiologia Geral
16	Edgard Siza Tribuzy	Doutor	Fisiologia Vegetal
17	Edson Varga Lopes	Doutor	Ecologia
18	Edwin Camacho Palomino	Doutor	Estatística Experimental
19	Elaine Cristina Pacheco de Oliveira	Doutora	Introdução à Biotecnologia; Metodologia da Pesquisa
20	Élcio Meira da Fonseca Junior	Doutor	Bioquímica; Fisiologia Vegetal
21	Eliandra de Freitas Sai	Doutora	Biotecnologia Ambiental; Biotecnologia Vegetal; Bioenergia e Biocombustíveis
22	Eloi Gasparin	Doutor	Hidráulica, Irrigação e Drenagem; Mecânica, Mecanização e Máquinas Zootécnicas; Mecânica e Mecanização Agrícola

23	Elvislley Da Silva Chaves	Mestre	Administração Rural; Associativismo e Cooperativismo
24	Emerson Cristi De Barros	Doutor	Agricultura Geral; Projeto de TCC
25	Everton Cristo de Almeida	Mestre	Sementes e Viveiros Florestais;
26	Fabrizia Sayuri Otani	Doutora	Bioquímica; Tecnologia de Produtos de Origem Animal; Tecnologia de alimentos
27	Gabriel Brito Costa	Doutor	Agrometereologia
28	Graciene Conceição dos Santos	Doutora	Bioclimatologia Animal;
29	Gustavo da Silva Claudiano	Doutor	Microbiologia Geral;
30	Helionora da Silva Alves	Doutora	Agroecologia; Sociedade Natureza e Desenvolvimento
31	Ícaro dos Santos Cabral	Doutor	Nutrição Animal Básica; Alimentos e Aditivos; Tecnologia e Formulação de Rações
32	Iolanda Maria Soares Reis	Doutora	Gênese e Morfologia do Solo; Fertilidade do Solo;
33	Iracenir Andrade dos Santos	Doutora	IBR I; IBR II; Estudos Integrativos da Amazônia
34	Jackson Fernando Rego Matos	Doutor	Ética e Exercício Profissional; Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; Estudos Integrativos da Amazônia
35	Joao Thiago Rodrigues de Sousa	Doutor	Políticas Públicas e Legislação Agrária; Experimentação Agrícola; Comercialização Agrícola; Agricultura Geral
36	Joao Ricardo Vasconcellos Gama	Doutor	Estrutura e Valoração de Florestas; Estatística básica
37	Jose Augusto Amorim Silva do Sacramento	Doutor	Recuperação de Áreas Degradadas
38	Juliana Mendes de Oliveira	Doutora	Construções Rurais
39	Karlúcio Heleno Castro Castello Branco	Doutor	Cálculo I; Física
40	Kedson Alessandri Lobo Neves	Doutor	Reprodução Animal
41	Kelly Christina Ferreira Castro	Doutora	Química Orgânica; Química de Produtos Naturais

42	Lia de Oliveira Melo	Doutora	Estatística Básica; Inventário Florestal
43	Luís Gabriel Alves Cirne	Doutor	Introdução à Zootecnia
44	Manoel José Oliveira da Cruz	Mestre	Desenho Técnico; Construções Rurais
45	Marcia Mourão Ramos Azevedo	Doutora	Biologia Celular; Bioquímica I
46	Maria Lita Padinha Correa Romano	Doutora	Tecnologia de alimentos
47	Miguel Angelo Moraes de Sousa	Mestre	Cálculo I
48	Oberdan Muller Moraes das Flores	Mestre	Topografia e Cartografia
49	Patrícia Chaves de Oliveira	Doutora	Fisiologia Vegetal
50	Paulo Sérgio Taube Júnior	Doutor	Química Geral
51	Rafael Rode	Doutor	Estatística Experimental
52	Raul da Cunha Lima Neto	Doutor	Zootecnia Geral
53	Renato Bezerra da Silva Ribeiro	Mestre	Avaliação de Impactos Ambientais; Mensuração Florestal
54	Robinson Severo	Doutor	Microbiologia Geral; Agroecologia Aplicada; Fitopatologia Agrícola
55	Rodrigo Ferreira Fadini	Doutor	Ecologia
56	Rommel Noce	Doutor	Administração Agropecuária
57	Terezinha de Jesus Dias Pacheco	Doutora	Português Instrumental
58	Thalis Ferreira dos Santos	Doutor	Microbiologia Geral; Bioética e Biossegurança
59	Thiago Almeida Vieira	Doutor	Estudos Integrativos da Amazônia; Extensão Rural; Políticas Públicas e Legislação Florestal
60	Troy Patrick Beldini	Doutor	Nutrição Mineral de Plantas; Recuperação de Áreas Degradadas
61	Ulisses Sidnei da Conceição Silva	Mestre	Introdução às Ciências Florestais; Mecanização e Colheita florestal; Projeto de TCC; Metodologia da Pesquisa
62	Vanessa Holanda Righetti de Abreu	Doutora	Botânica; Sistemática Vegetal

3.3 Percentual de doutores e mestres

O corpo docente do curso possui 57 doutores e 15 mestres, o que representa, respectivamente, 79,2% e 20,8% do corpo docente.

3.4 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo o art. 1º, §§ 1º e 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I - Classe A, com as denominações de:

a. Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;

b. Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou

c. Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo. 12, o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e a promoção, a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já a promoção, ocorrerá observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e a aprovação em avaliação de desempenho e, ainda, sob algumas condições específicas para cada classe, determinadas no regulamento.

3.5 Critérios de Admissão

O ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, nos termos da legislação vigente, e na Resolução Ufopa/Consun nº 155, de 27/03/16, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas: A Primeira Etapa consiste nas provas escrita, didática e prova prática ou experimental, nessa ordem e todas de caráter eliminatório e classificatório e, a Segunda, compreende a Prova de Memorial e o Julgamento de Títulos, de caráter apenas classificatório.

3.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada

As políticas de pesquisa da Ufopa envolvem ações dirigidas ao fortalecimento dos grupos de pesquisa já existentes na Instituição e à criação de novos grupos, para apoio de seus projetos, infraestrutura e captação de recursos; ao incentivo na qualificação de seus docentes, estimulando os cursos de Mestrado e Doutorado e os estágios de Pós-Doutorado na Ufopa e em outras instituições; à atração de novos doutores para a região, por meio de editais específicos; ao intercâmbio de pesquisadores com outras instituições científicas e tecnológicas, objetivando a permuta de experiências e o desenvolvimento de projetos comuns, estabelecendo termos de cooperação entre as instituições parceiras. No âmbito do curso de Bacharelado em Ciências Agrárias, temos os Programas de Pós-Graduação em Biociências.

No âmbito ainda da graduação, o Programa de Iniciação Científica, financiado com bolsas de Iniciação Científica (IC) pela Ufopa, CNPq e FAPESPA oferece aos discentes do curso, bases e instrumentos necessários para o treinamento em pesquisa científica, proporcionando ao discente dar um salto na sua formação profissional. A atividade de pesquisa permite a aprendizagem de técnicas e métodos científicos além do estímulo ao desenvolvimento do pensar cientifico e da criatividade, o que contribui, em última instância, para que o discente tenha uma formação acadêmica mais completa.

3.7 Apoio a Participação em Eventos

O apoio para participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (Proppit); da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce). No caso dos docentes permanentes do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, todo o início de ano é feito um levantamento das possíveis demandas de diárias e passagens para participação em eventos científicos, sendo a demanda levada ao colegiado do curso para avaliação da importância direta dessa para o BCA. Em caso de aprovação da demanda, parte do recurso do curso é destinada para esta finalidade.

3.8 Incentivo a Formação/atualização Pedagógica dos Docentes

Todo o corpo docente do Instituto de Biodiversidade e Florestas que inclui os pertencentes ao Bacharelado Interdisciplinar é incentivado a atualizar seus conhecimentos pedagógicos quer seja por meio de cursos de aprimoramento oferecido regularmente pela PROGEP, quer seja solicitando afastamento de suas atividades para realizar doutorado, no caso de professores assistentes ou pós-doutorado no caso dos professores adjuntos, conforme Regimento Geral da Ufopa (Resolução nº 55, de 22/07/2014). O período de solicitação é continuo e avaliado pelo NDE, colegiado e conselho do Instituto que traça um plano de reposição do docente durante seu afastamento. No caso de cursos rápido de treinamento e/ou especialização, ao retornar o

docente é convidado a explanar aos demais colegas o que aprendeu durante seu período de afastamento em uma secção pré-agendada de palestra informal.

3.9 Experiência profissional do docente.

Cerca de 62,5% dos docentes possui alguma experiência profissional fora da docência, sendo estas experiências relacionadas diretamente em atividades como consultoria, estágios profissionais, participação em desenvolvimento de produtos, atividades de fiscalização, entre outras.

Em realação ao corpo docente que não possui experiência profissional, todos participaram ativamente de projetos de pesquisa, estágios, entre outras experiência que agregaram experiências importantes para exercerem a função de docentes do ensino superior. Essa experiência é extremamente relevante, uma vez que o docente pode repassar essas experiências aos discentes.

Vale destacar que o profissional egresso, dentro de suas competências/habildiades, deve ser capaz de realizar atividades de consultoria, fiscalização, produção de relatórios, desenvolvimento de produtos, criação de empresas, entre outras. Por fim, destaca-se que o processo ensino-aprendizagem é facilitado quando o docente emprega exemplos práticos em suas aulas.

3.10 Experiência no exercício da docência superior.

Dos 72 docentes vinculados ao BCA, apenas 05 possuem menos de 5 anos de experiência na docência no ensino superior. Nesse sentido é importante destacar ainda que mais de 90% do corpo docente ingressou no curso até 2014, de modo que participaram ativamente da reestruturação da matriz curricular do BCA. Além disso, cerca de 23,6% do corpo docente possui mais de 10 anos de experiência na docência superior.

É importante destacar ainda que uma parcela significativa do corpo docente já atuou como docente subsituto ou colaborador em outras IES e, suas experiências nessas instituições são levadas em conta na hora da tomada de decisões em relação as tomadas de decisão sobre as ementas de disciplinas, matrizes curriculares, estratégias de ensino-aprendizagem, entre outras.

Por fim, a grande maioria dos docentes do curso, possuem experiências administrativas, tais como: participação em NDE, colegiados e comissões (monitoria, avaliação de projetos, entre outras), bem como, já terem atuado como coordenadores de curso.

3.11 Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Dos docentes do curso, 43,1% (31 docentes) possuem mais de 10 produções científicas, 38,9% (28 docentes) possuem entre 01 e 10 produções científicas e apenas 18,0% (13 docentes) dos docentes não possui nenhuma produção científica nos últimos 3 anos. Dentre as produções científicas mais relevantes destacam-se: artigos em revistas indexadas, livros e capítulos de livros (nacionais e internacionais), resumos expandidos e simples em eventos (locais, regionais,

nacionais e internacionais). Além dessas atividades, destacam-se orientações acadêmicas de iniciação científicas, monitoriais, estágios, trabalhos de conclusão de curso, orientações e coorientações de mestrados e doutorado.

4. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Estruturante do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (Portaria nº 27 de 11 de abril de 2019, (Anexo 10) possui em sua composição além do Coordenador e vice-coordenador do BCA, mais 05 docentes indicados pela direção do Instituto em consonância com a Coordenação do Curso.

Dos 07 membros do NDE, 06 professores são doutores e 01 mestre, sendo que todos possuem regime de trabalho de 40h/semanais e dedicação exclusiva (DE). Os membros possuem mandato de 02 anos e carga horária de dedicação na função de 2h/semanais. Vale ressaltar que a alteração dos membros do NDE do BCA, quando ocorre, sempre mantém pelo menos 50% de seus membros.

Cabe ao NDE do BCA elaborar, propor mudanças e adequações nos projetos pedagógicos do curso e sua implementação prática. Além disso, o NDE realiza ao menos uma reunião mensal voltada para debater assuntos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem, tais como: índice de reprovação dos alunos, estrutura básica do curso, aproveitamento de disciplinas, estratégias as ações previstas no PPC, entre outras.

São membros atuais do NDE do BCA.

Profa. Dra. Amanda Frederico Mortati
Prof. Dr. Cléo Rodrigo Bressan
Prof. Dra. Danielle Wagner Silva
Prof. Dr. Gustavo da Silva Claudiano
Prof. Dr. Manoel José Oliveira da Cruz (Vice-coordenador)
Profa. Dra. Marcia Mourão Ramos Azevedo
Prof. Dr. Paulo Sergio Taube Junior (Coordenador)

Colegiado do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias

O Colegiado do curso é constituído pelo Coordenador, Vice-Coordenador e por representantes das categorias, de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa (Resolução nº 55, de 22/07/2014). Ao Colegiado da Subunidade Acadêmica caberá o planejamento, a gestão e a avaliação permanente das atividades realizadas no âmbito do curso (Art. 112 da Resolução nº 177, de 20/01/2017).

Atualmente o Colegiado do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias é constituído por (Anexo 11):

Prof. Dr. Paulo Sérgio Taube Júnior (Membro Titular – Coordenador)

Prof. MSc. Manoel José Oliveira da Cruz (Membro Titular – Vice-coordenador)
Prof. Dr. Adenomar Neves de Carvalho (Membro Titular – Docente)
Prof. Dr. Edson Vargas Lopes (Membro Titular – Docente)
Prof. Dr. Ícaro dos Santos Cabral (Membro Titular – Docente)
Prof. Dr. João Thiago Rodrigues de Sousa (Membro Titular – Docente)
Prof. Dr. Kedson Alessandri Lobo Neves (Membro Suplente – Docente)
Rômulo da Silva Maia (Membro Titular – Técnico)
Patrícia Guimarães Pereira – (Membro Suplente – Técnica)
Maila Thaís Vieira Maia – (Membro Titular – Discente)
Cananda Cris Cavalcante Ferreira – (Membro Suplente – Discente)

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

1 INSTALAÇÕES GERAIS

O campus de Santarém é constituído por três unidades: Amazônia, Rondon e Tapajós. O Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) e o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) se localizam na unidade Amazônia; na unidade Rondon está localizado o Instituto de Ciências da Educação (Iced) e na unidade Tapajós localizam-se a Reitoria, a administração superior, o Instituto de Biodiversidade e Florestas, o Instituto de Saúde Coletiva (Isco), o Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) e o Instituto de Engenharia e Geociências (IEG).

As Bibliotecas das unidades disponibilizam equipamentos de informática para acesso dos alunos ao acervo e sites de pesquisa. Desta forma, a Ufopa garante aos alunos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias o acesso a equipamentos de informática. O acesso à rede Wi-Fi é permitido por meio do número de matrícula do discente pela rede WUfopa acadêmico, em todos os campi (Amazônia, Tapajós e Rondon). O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – permite ao estudante acompanhar seu percurso acadêmico, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento, entre outros.

2. SALAS DE AULA

O Ibef dispõe atualmente de 11 (onze) salas de aula, sendo oito na unidade Tapajós, salas 103, 108, 109, 204, 205, 206, 207 e 208, e três na unidade Amazônia, salas 324, 326 e 328. Estas salas são de uso compartilhado, com dimensão aproximada de 60 m² e capacidade para 50 (cinquenta) alunos cada. A utilização ocorre todos os dias da semana nos turnos matutino, vespertino e noturno. As salas são amplas, climatizadas, iluminadas e limpas diariamente, com ótima acomodação para os acadêmicos e professores. São equipadas com carteiras, quadro branco, mesa e cadeira para professor. No entanto, não são equipadas com data show, quando da utilização do equipamento o professor deverá emprestar da Secretaria Acadêmica localizada na Unidade

Tapajós. Apenas uma das salas, 328 da Unidade Amazônia, possui data show para uso comum dos professores que ministram aulas na referida sala. Algumas salas apresentam tela de projeção, as que não apresentam a projeção é realizada, normalmente, diretamente sobre o quadro branco. Quanto ao acesso às salas de aula, os prédios contam com escadas e elevadores para portadores de deficiência.

3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes vinculados ao curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias possuem gabinete para atendimento aos alunos e dedicação integral ao trabalho, divididos, em salas que comportam até 04 (quatro) docentes, ou em gabinetes instalados nos Laboratórios de suas áreas específicas. Todos esses locais são bem iluminados, conservados, limpos, com equipamentos de informática e mobília suficiente para cada docente. Todas as salas possuem boa acomodação para o professor.

4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

Os docentes vinculados ao curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias possuem gabinete para atendimento aos alunos e dedicação integral ao trabalho, divididos, em salas que comportam até 04 (quatro) docentes, ou em gabinetes instalados nos Laboratórios de suas áreas específicas. Todos esses locais são bem iluminados, conservados, limpos, com equipamentos de informática e mobília suficiente para cada docente. Todas as salas possuem boa acomodação para o professor.

Além das salas de trabalho compartilhadas, os docentes possuim duas cozinhas, uma situada próxima da coordenação do curso e outra conjunta a sala coletiva dos professores. Essas cozinhas possuem geladeira, microordas, cafeteira, pia, mesas e cadeira para que os docentes possam fazer refeições ou se reunirem para lazer. Além disso, é disponivel uma mesa para reuniões e apresentações de grupo na sala conjunta dos professores.

5 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias está instalada em uma sala com área de 14,66 m², nas dependências do bloco do Instituto de Biodiversidade e Florestas, no Tapajós. A sala é exclusiva para o coordenador e o vice-coordenador, possuindo mesas individuais com computador, mesa para reuniões, armários, bebedouro. A Secretaria Acadêmica possui sala com área de 15,32 m², compartilhada por 06 (seis) técnicos. Todos esses locais são bem iluminados, conservados, limpos, com mobília e equipamentos de informática suficientes para o Coordenador, Vice-Coordenador e os técnicos realizarem as atividades administrativas e os atendimentos aos docentes e alunos.

6 AUDITÓRIOS E VIDEO-CONFERÊNCIAS

Os auditórios da Universidade são de uso comum de todos os cursos, dependendo apenas de agendamento prévio no departamento de cerimonial. Na Unidade Tapajós, o auditório Tapajós, é equipado com sistema interno de som, telão, projetor de imagens, central de ar condicionado e cadeiras para 600 pessoas. O espaço do auditório é reversível podendo ser transformado em dois auditórios para 300 pessoas, de acordo com a especificidade do evento. Na Unidade Marechal Rondon, o auditório Wilson Fonseca, está equipado com sistema de som, projeção de imagens, central de ar condicionado e lugares para 200 pessoas.

Todos os Auditórios são bem iluminados, amplos, conservados e limpos, com acesso à portadores de necessidades especiais.

Existem ainda dois mini auditórios, um com capacidade para 100 pessoas e um com capacidade para 60 pessoas. Um situado na unidade Rondon, administrado pelo Iced e outro no Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB), administrado pela Proppit.

7 BIBLIOTECA

A Ufopa possui um Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI), disponibilizado nas Unidades Rondon (Biblioteca Central), Tapajós (Biblioteca Setorial) e Amazônia (Biblioteca Setorial). O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão. A biblioteca da Ufopa disponibiliza consulta informatizada ao seu acervo que conta com aproximadamente 9.761 títulos (39.120 exemplares) catalogados. Utiliza também o Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a Instituições de Ensino e pesquisa no Brasil, o melhor da produção científica 138 internacional. Conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O horário de funcionamento das Bibliotecas para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral é de segunda à sexta-feira, no horário de 8h às 22h e aos sábados, de 8h as 12h.

O Sistema de Bibliotecas tem por objetivo coordenar as atividades e criar condições para o funcionamento sistêmico das Bibliotecas da Ufopa oferecendo suporte informacional ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Possui o Sistema Integrado de Gestão da Informação (SIGI), cujas atividades iniciaram desde 2010, compondo o sistema de unidades de bibliotecas da sede e as unidades dos campi.

O SIGI é composto por três unidades na sede, Santarém, funcionando nas unidades Rondon (Biblioteca Central), Tapajós (Biblioteca setorial) e Amazônia (Biblioteca setorial). Como modelo de funcionamento sistêmico, em rede integra as Bibliotecas de todos os campi da Ufopa.

Disponibiliza acesso ao catálogo online da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e Portal de Periódicos Especializado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, uma biblioteca virtual que conta com um acervo de mais de 35 mil títulos com textos completos, cerca de 130 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. Tanto docentes quanto discentes possuem acesso a essa base de dados pela Ufopa. A Biblioteca está estruturada para atendimento à comunidade acadêmica e à comunidade externa em geral de segunda-feira à sexta-feira de 8:00 h às 22:00 h. A atualização do acervo é solicitada pelo NDE do curso de acordo com as demandas dos professores de cada componente curricular.

As bibliotecas oferecem os seguintes serviços à comunidade acadêmica:

- Consulta local (acesso livre à comunidade interna e externa);
- Empréstimo domiciliar;
- Orientação à pesquisa bibliográfica e online;
- Serviço de guarda-volumes;
- Oficina de orientação à normalização de trabalhos acadêmico-científicos;
- Oficina de orientação para acessos ao Portal de Periódicos Capes;
- Estação de Pesquisas Acadêmicas (acesso à Internet e administração de e-mails);
- Acesso à Internet banda larga (rede sem fio);
- Acesso às normas da ABNT online;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Acesso e orientação ao Portal de Periódicos Capes;
- Solicitação de ISBN e ISSN para publicações institucionais;
- Catálogo da Coleção Amazônia;
- Guia de Normalização da Produção Científica da Ufopa.

Projetos e ações

O SIBI, dentre suas atividades, desenvolve ações de extensão:

- Projeto BiblioCine nos demais Campi da Ufopa (aprovado para o Plano de Cultura da Ufopa);
- Clube do Livro;
- Exposições temáticas.

É importante destacar que o acervo bibliográfico básico do curso é atualizado e, passa por um processo de avaliação constantemente pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso e em diálogo com demais docentes do curso.

A maior parte da bibliografia básica possui exemplares físicos para que o discente e o docente tenham acesso a tal, as demais obras podem ser obtidas de modo online (via exemplares virtuais). O número de exemplares é avaliado de acordo com o número de discentes do curso por

disciplina.

Por fim, é importante destacar que o acervo está adequado e atualizado em relação às unidades curriculares e os conteúdos apresentados neste PPC.

7.1 Bibliografia básica por unidade curricular

A bibliografia básica é apresentada no Anexo 5, juntamente com as ementas das disciplinas.

7.2 Bibliografia complementar por unidade curricular

A bibliografia complementar é apresentada no Anexo 5. , juntamente com as ementas das disciplinas.

É importante destacar que o acervo bibliográfico complementar do curso é atualizado e, passa por um processo de avaliação constantemente pelo Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso e em diálogo com demais docentes do curso.

A maior parte da bibliografia complementar possui pelo menos um exemplar físicos para que o discente e o docente tenham acesso a tal, as demais obras podem ser obtidas de modo online (via exemplares virtuais). O número de exemplares é avaliado de acordo com o número de discentes do curso por disciplina.

Por fim, é importante destacar que o acervo está adequado e atualizado em relação às unidades curriculares e os conteúdos apresentados neste PPC.

8 LABORATÓRIOS

O Ibef possui 23 laboratórios de uso compartilhado entre os cursos do Instituto. A maioria dos laboratórios vinculados ao Instituto está localizada no prédio de laboratórios didáticos especializados na Unidade Tapajós, conforme abaixo:

Laboratório	Coordenador	Técnico	Atividades
Laboratório de Sementes Florestais – LSF Área - 363,33 m^2 Unidade Tapajós	Profa. Daniella Pauletto (E-mail: paulettoflorestal@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 035, de 30 de maio de 2019.	Emanoel Santana de Oliveira (E-mail: emanoel.oliveira@ufopa.edu.br) José Nildo Moraes da Rocha (jose.nmr@ufopa.edu.br)	Testes de Germinação, testes de armazenamento, secagem de materiais, teste de quebra de dormência em sementes, coleta e classificação de material botânico, coleta de sementes e auxilio na produção de mudas

Laboratório de Ecologia da Conservação – LabECon Funciona no mesmo espaço do LSF, na Unidade Tapajós.	Prof. Edson Varga Lopes (E-mail: papaformiga@yahoo.com.b) Portaria Ibef/Ufopa nº 031, de 14 de maio de 2019.	Arlison Bezerra Castro (E-mail: bioarlison@hotmail.com)	Triagem de plantas, conteúdo do trato digestório, germinação de sementes, secagem de materiais, coleções de frutos e sementes, fotografia de espécimes para confecção de guias.
Laboratório de Fitotecnia. **Área** - 30,73 m^2	Prof. Edgard Siza Tribuzy (E-mail: estribuzy@gmail.com)		Ecofisiologia Vegetal, Fisiologia do crescimento, Nutrição e metabolismo de plantas. **Localização:** Funciona no mesmo espaço do LSF, na Unidade Tapajós.
Laboratório de Entomologia – LabEn. **Área** - 36 m^2 Unidade Tapajós.	Prof. Adenomar Neves de Carvalho (E-mail: adenomarc@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 911, de 14 de fevereiro de 2011.		Estudo das espécies de insetos visando o conhecimento da diversidade, aspectos biológicos e ecológicos bem como filogenéticos e sua distribuição geográfica.
Laboratório de Microscopia – LaMicros. **Área** - 57,7 m^2 Unidade Tapajós.	Prof. Cléo Bressan (E-mail: cleorb@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 019, de 29 de abril de 2015.	Ellen Naiany Araújo de Freitas (E-mail: ellenaraujof@hotmail.com)	Coletas de amostras biológicas; coloração de amostras biológicas (gram e baar); análises de amostras biológicas; análise animal (gafanhoto, lula, caracol, aranha, insetos, escorpião, centopeia, piolho de cobra, etc.); análise vegetal (legumes, folhas, raízes, flores); preparação de

			laminas; análises de laminas (sangue, urina, fezes, saliva, bactérias, fungos, zoologia e histologia); produção de exsicata; produção de caixa entomológica; inoculação de fungos.
Laboratório de Estudos de Ecossistemas Amazônicos – LEEA. **Área** - 42,18 m^2 Unidade Rondon	Prof. Dr. Élcio Meira da Fonseca (meirafonseca@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 021, de 02 de abril de 2019.		Desenvolve pesquisas nas áreas de Ecofisiologia vegetal, etnobotânica, fisiologia vegetal e propagação vegetativa.
Laboratório de Fitopatologia. Área - 46,62 m^2 Unidade Tapajós	Prof. Dr. Robinson Severo (E-mail: brssevero@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº014, de 13 de setembro de 2013.		Patologia e controle de doenças de plantas; Controle alternativo de doenças de plantas; Promoção do crescimento vegetal por micro-organismos.
Laboratório de Solos. **Área** - 72,2 m^2 Unidade Tapajós	Prof. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (E-mail: clodoaldoandrade@hotmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 016, de 13 de setembro de 2013.	Poliana Stabenow (E-mail: polianastabenow@hotmail.com)	Análises de componentes químicos, físicos e biológicos, que compõem a fertilidade; realiza estudos de oxirredução em solos, química de superfície, poluição do solo e de caracterização estrutural da matéria orgânica de solos e de resíduos; fornece subsídios às tendências de diversificação

			agrícola na Regiões Norte.
Laboratório de Biotecnologia Vegetal. Área - 46,62 m^2 Unidade Tapajós	Profa. Dra. Elaine Cristina Pacheco de Oliveira (E-mail: ecp.oliveira@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 018, de 13 de setembro de 2013.	Taiara de Andrade Picanço (E-mail: taiara.picanço@gmail.com)	Estudos físico-químicos, biológicos e microbiológicos de óleos vegetais e extratos vegetais.
Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Naturais e Bioativos – PDBio. Área - 57,7 m² Unidade Tapajós	Profa. Dra. Kelly Christina Ferreira Castro (E-mail: kelly_quimica@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 020, de 13 de setembro de 2013.	Bruna Cristine Martins de Sousa (E-mail: bruna0909martins@hotmail.com)	Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Naturais Bioativos; Química de Produtos Naturais.
Laboratório de Morfofisiologia Animal – LabMorfo. Área - 81,7 m^2 Unidade Tapajós	Profa. Dra. Adriana Caroprezo Morini (E-mail: drimorini@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 011, de 13 de setembro de 2013	Ângelo Abaal Lisboa Batista (E-mail: angeloabaal@hotmail.com)	Ministração de aulas a partir de peças anatômicas e espécimes animais preparados pelas mais variadas técnicas anatômicas.
Laboratório de Biotecnologia da Reprodução Animal. Área - 28,99 m^2 Núcleo de Bioativo Animal (NBA), na Unidade Tapajós, ao lado do Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB).	Prof. Kedson Alessandri Lobo Neves (E-mail: kedson_neves@hotmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 001, de 03 de janeiro de 2018		Biotecnologia da reprodução.
Laboratório de Sanidade Animal – LaRSana. Área - 66,3 m^2	Prof. Antonio Humberto Hamad Minervino (E-mail:	Gilson Andrey Siqueira Pinto (E-mail: gilsonandrey@gmail.com)	Sanidade Animal, Toxicologia Ambiental, Biotecnologia animal.

Núcleo de Bioativo Animal (NBA), na Unidade Tapajós, ao lado do Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB).	ah.minervino@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 013, de 13 de setembro de 2013.		
Laboratório de Bromatologia. **Área** -: 74,85 m^2 Núcleo de Bioativo Animal (NBA), na Unidade Tapajós, ao lado do Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB).	Prof. Dr. Ronaldo Francisco de Lima (E-mail: ronaldofranciscolima@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 025, de 08 de abril de 2019.		Análise bromatológica de forrageiras; Análise morfológica e bromatológica de ovos; Análise sensorial de produtos de origem animal; Análise bromatológica de frutas; Análise sensorial de produtos de mel.
Laboratório de Tecnologia de Produtos de Origem Animal (TPOA). **Área** - 29,17 m^2 Núcleo de Bioativo Animal (NBA), na Unidade Tapajós, ao lado do Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB).	Profa. Dra. Fabrizia Sayuri Otani (E-mail: fabrizia_otani@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 020, de 03 de agosto de 2015.		Carnes: Análises físico-químicas, qualidade de carne, rendimento de carcaça e de cortes, e de produtos derivados; Ovos: análises físico-químicas, qualidade de ovos e de produtos derivados.
Laboratório de Controle de Qualidade e Desenvolvimento de Produtos Meliponícolas Núcleo Tecnológico de	Profa. Dra. Graciene Conceição dos Santos (E-mail: gracienecsantos@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 023, de 02 de abril de 2019.		Análises de composição físico-química de mel, própolis, geoprópolis e pólen. desenvolvimento de produtos derivados

Bioativos (NTB), situado na Unidade Tapajós, Campus de Santarém			das abelhas sem ferrão.
Laboratório de Manejo de Ecossistemas Florestais – LAMEF. Área - 46,43 m^2 Unidade Tapajós	Prof. Dr. João Ricardo Vasconcellos Gama (E-mail: jrvgama@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 015, de 04 de julho de 2014.	Jurandy Batista Dantas (E-mail: jurandyibef@gmail.com)	Desenvolve pesquisas na área de inventário, manejo florestal e economia florestal. Dá suporte às aulas práticas de dendrometria, inventário florestal, regeneração natural, economia florestal e manejo de floresta nativa.
Base Cartográfica – LabCart. Área - 58,43 m^2 **O laboratório funciona nas dependências do LAMEF**	Prof. Me. Oberdan Müller Moraes das Flores (E-mail: muller30@gmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 017, de 19 de maio de 2017.		
Laboratório de Tecnologia da Madeira – LTM. Área - 240 m^2 Unidade Tapajós	Prof. Dr. Victor Hugo Pereira Moutinho (E-mail: victor.moutinho@ufopa.edu.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 797, de 04 de abril de 2014.	Raimundo Solano Alves Dourado (E-mail: rsadourado@gmail.com) Anselmo Junior Correa Araújo (E-mail: anselmojunior.stm@gmail.com)	Anatomia da madeira e dendrocronologia Propriedades físico mecânicas da madeira Recursos energéticos florestais Química da madeira e fitoenergia Secagem e industrialização da madeira Avaliação de biomateriais para a construção civil.
Laboratório de Micropropagação de Plantas *in Vitro* Instalado nas dependências do	Profa. Dra. Eliandra de Freitas Sia (E-mail: eliandra.sia@hotmail.com)		Técnica da micropropagação *in vitro* de plantas.

Ifpa, Campus Santarém	Portaria Ibef/Ufopa nº 002, de janeiro de 2018.		
Laboratório de Genética da Interação Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB), situado na Unidade Tapajós, Campus de Santarém	Prof. Dr. Carlos Ivan Aguilar Vildoso (E-mail: vildoso@hotmail.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 015, de 21 de fevereiro de 2019		Estudos genéticos de espécies de plantas, animais e micro-organismos de importância econômica para a Amazônia.
Laboratório de Qualidade do Solo Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB), situado na Unidade Tapajós, Campus de Santarém	Profa. Dra. Iolanda Maria Soares Reis (E-mail: iolandareis@outlook.com) Portaria Ibef/Ufopa nº 022, de 02 de abril de 2019.		Trabalha com análises químicas, físicas e biológicas de solo, com o intento de dar diagnóstico de solos da região, bem como estudar os melhores métodos de manejo e conservação do solo, dando suporte técnico ao setor agropecuário da região, assim como servir de alicerce aos acadêmicos que desenvolvem pesquisas na área de ciência do solo.
Laboratório de Botânica e Palinologia – LabBoP Núcleo Tecnológico de Bioativos (NTB), situado na Unidade Tapajós, Campus de Santarém	Vanessa Holanda Righetti de Abreu (E-mail: vanessahra@yahoo.com.br) Portaria Ibef/Ufopa nº 024, de 02 de abril de 2019.		Botânica e Palinologia

Sala de Desenho Técnico Unidade Tapajós			Espaço utilizado nas disciplinas, como, por exemplo, construções rurais e construções florestais, relacionadas aos cursos do Ibef e de outas Unidades Acadêmicas.

- Viveiro

Coordenador:

Antonio de Sousa Pereira

Portaria nº 569, de 24 de agosto de 2018 – Reitoria

Técnicos:

Aluísio Vieira Gomes;

Antonio Marques dos Santos;

Edinaldo Caetano Farias;

Renato dos Santos Mota;

Rosa Maria Neves Lima Oliveira;

Zezinho Afonso de Oliveira.

Principais atividades: Auxilia nas atividades de ensino e pesquisa dos cursos do Ibef e de outras Unidades Acadêmicas.

Localização: Unidade Tapajós

A Ufopa conta também com sua própria Unidade Experimental de Campo (UEC), que é uma Unidade Acadêmica Especial (UAE), de acordo com os artigos 59 e 60 do Estatuto da Ufopa, que se destina a desenvolver atividades de experimentação, estágio e complemento da formação profissional interdisciplinar, em nível de graduação e pós-graduação em interação com as unidades acadêmicas. Fazem parte da UEC todas as propriedades rurais pertencentes à Ufopa passíveis de desenvolvimento de atividades acadêmicas. Com aproximadamente 660 hectares, a Fazenda Experimental está localizada às margens da Rodovia Santarém-Curuá Una (PA-370), km 37, no município de Santarém. Em fase de implantação e/ou já instalados estão os Setores de Bovino de corte e Leite, bubalinos, ovinocaprinos, suinocultura, meliponicultura, avicultura postura e corte, galinha caipira, criação de animais silvestres (capivara, paca, quelônios e jacarés), forragicultura e psicultura.

Além da Unidade Experimental de Campo da Ufopa, o curso terá o apoio também de Empresas municipais, estaduais e privadas que sempre se dispõem a fazer parcerias, como: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PA); Federação da Agricultura e Pecuária do

Pará (FAEPA); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca (SEMAP-PA); Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (CEPLAC-PA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA-PA); Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona); Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN); três abatedouros-frigoríficos de bovinos e bubalinos sob inspeções municipais e um sob inspeção federal; um abatedouro-frigorífico de aves sob inspeção federal; um laboratório privado de fertilização *in vitro* de ruminantes; e várias propriedades parceiras.

8.1 Política de Atualização dos Laboratórios

Está previsto a entrega de mais alguns laboratórios importantes que atenderão as aulas práticas do curso, bem como, pesquisas integradas dentro do curso. Alguns laboratórios estão previstos na segunda etapa do Bloco Modular da Unidade Tapajós, e a previsão de entrega é até o final de 2021, são eles: Laboratório de Genética e Biologia Molecular, Laboratório de Química Analítica, Laboratório de Química Orgânica e Laboratório de Cultura de Tecidos Vegetais. Outros seis laboratórios: Zoologia, Tecnologia dos Alimentos, Experimentação Agrícola, Enzimologia, Fisiologia Vegetal e Produção Animal, estão em construção no Núcleo Tecnológico de Laboratórios. Todos os laboratórios em fase de construção deverão possui normas de funcionamento, utilização e segurança, e ainda equipamentos de segurança (extintor, chuveiro lava-olhos, entre outros). Para acesso tanto dos acadêmicos do curso quanto dos alunos de pós-graduação e iniciação científica, serão necessários os cuidados no tal ambiente e uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI. Todos também terão seu uso restrito ao agendamento para evitar acumulação de turmas em seu interior. No projeto de construção dos laboratórios foi levada em consideração a acessibilidade. Além disso, está previsto um bloco de salas de aula para atender os cursos de gradução da Ufopa, com previsão de pelo menos mais uma sala de aula específica para o BCA.

9. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

A Comissão de Ética da Ufopa é um órgão subordinado à Comissão de Ética Pública (CEP) da Presidência da República o qual é encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Para isso, implementa ações como a realização de seminários e campanhas educativas, bem como aplica as sanções cabíveis, buscando precipuamente a prevenção de conflitos, a preservação dos valores éticos e a disseminação da cultura ética na Ufopa.

Competência e atribuições básicas

I – Zelar pelo cumprimento dos valores éticos do serviço público federal, regulamentados no âmbito da Universidade Federal do Oeste do Pará;

II – Fornecer à Unidade de Gestão de Pessoal da Ufopa os registros sobre a conduta ética dos servidores da Ufopa, para efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor;

III – atuar como instância consultiva do reitor e dos respectivos servidores da Ufopa;

Demandante

Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito público ou privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CE, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

Funções Técnicas da CE

- Educativa – fornecer subsídios morais para a formação e consolidação da cultura ética na Ufopa;
- Consultiva – referenciar, sob o prisma da ética, consultas internas na instituição;
- Preventiva – prevenir a ocorrência de conflitos intersubjetivos;
- Conciliadora – criar mecanismos amigáveis para a solução de conflitos internos;
- Repressiva – em último caso, exercer correções de problemas éticos em conformidade com a Lei.

Mecanismos para Solução de Conflitos

- ACPP;
- Recomendação;
- Censura.

Regulamento Ético

- Decreto nº 1.171/1994;
- Decreto nº 6.029/2007;
- Resolução CEP nº 10/2008;
- Ato de criação da CE – Portaria nº 491, de 28 de maio de 2012;
- Portaria de composição da Comissão: nº 114, de 20 de fevereiro de 2017;
- Regimento Interno da Comissão, aprovado pela Resolução nº 10, de 30 de novembro de 2015;
- Código de Ética dos Servidores de Ufopa, aprovado pela Resolução n°179, de 2 de fevereiro de 2017.

Formas de Acesso

- Presencial; Telefone; E-mail.

Equipe

Shirlei Guimarães Florenzano Figueira – Presidente (Titular);
Juliana Matos Martins (Titular);
William Bismark Ribeiro Gomes (Titular);
Ana Karine de Albuquerque Alves Brito (Suplente);

Alan Chaves Batista (Suplente);

Secretária Executiva

Francineide Lima Abreu

Estagiária

Márcia Godinho Guimarães

Unidade Administrativa

Secretaria Executiva da Comissão de Ética (SECE)

E-mail: comissaodeetica@ufopa.edu.br

Telefone: (93) 2101-6518

10. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) da Universidade Federal do Oeste do Pará é um órgão independente de assessoria institucional, autônomo, colegiado, multidisciplinar e deliberativo, do ponto de vista ético, em questões relativas ao uso de animais, no ensino e na experimentação. É constituída por representantes da Ufopa e por representante da sociedade civil, membro de organização protetora dos animais.

A Comissão tem por finalidade analisar, emitir parecer e expedir certificados – à luz dos princípios éticos – na experimentação animal, elaborados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre os protocolos de experimentação que envolvam o uso de animais.

Membros da Ceua/Ufopa, designados pela Portaria nº 480, de 05 de julho de 2018 (Anexo 12)**:**

Titulares:

1 - Maxwell Barbosa de Santana (Presidência)
2 - Adriana Caroprezo Morini
3 - Ricardo Alexandre Kawashita Ribeiro
4 - Ricardo Bezerra de Oliveira
5 - Rosa Helena Veras Mourão
6 - Sâmia Rubielle Silva de Castro

Suplentes:

7 - André Luiz Colares Canto
8 - Alfredo Pedroso dos Santos Júnior
9 - Fabrizia Sayuri Otani
10 - Heloisa do Nascimento de Moura Meneses
11 - Ruy Bessa Lopes
12 - Tânia Mara Pires Moraes
13 - da Organização Protetora dos Animais: Alessandra Ferreira Dales Nava.

O mandato dos membros da CEUA /Ufopa é de dois anos, permitida a recondução.

Dos Procedimentos da Comissão:

1. Preenchimento do formulário através do sistema online da CEUA disponível em: www.ufopa.edu.br/ceua;
2. A CEUA escolhe um dos membros para avaliação e elaboração de parecer do projeto, em função das preocupações com o bem-estar animal;
3. O membro da CEUA emite parecer favorável ou desfavorável;
4. A CEUA realiza votação para aprovar ou rejeitar projeto/aula/treinamento;
5. Divulgação de resultado. Em caso de aprovação, a CEUA emite certificado.

11. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

As Bibliotecas das unidades disponibilizam equipamentos de informática para acesso dos alunos ao acervo e sites de pesquisa. Desta forma, a Ufopa garante aos alunos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias o acesso a equipamentos de informática. O acesso à rede Wi-Fi é permitido por meio de login e identificação individual do discente (através do número de matrícula) pela rede WUfopa acadêmico, em todos os campi (Amazônia, Tapajós e Rondon). O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – permite ao estudante acompanhar seu percurso acadêmico, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento, entre outros.

Além disso, A Ufopa possui laboratórios de informática distribuídos nas unidades Tapajós, Amazônia e Rondon, todos podendo ser utilizados a partir de agendamento prévio. O LABIN02 (laboratório de informática 02, pertencente ao Iced, localizado na Unidade Rondon) frequentemente é o laboratório mais utilizado para aulas práticas e teóricas voltadas para as disciplinas dos componentes curriculares Bioinformática, Estudos Moleculares em Grande Escala, Biologia Estrutural e Desenho de Drogas e Transformação Genética. Entre estas: pesquisa em banco de dados, alinhamento de sequencias, construção de filogenias, docagem molecular, simulação de dinâmica molecular, modelagem de estruturas de RNAs e proteínas, montagem e análise de genomas.

12. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias da Universidade Federal do Oeste do Pará funciona em um prédio situado na Rua Vera Paz, s/n.

O prédio atende as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A estrutura atual possui dois elevadores os quais permitem o acesso a todos os setores da instituição, dentre eles salas de aula, biblioteca, auditórios e sanitários. O acesso a laboratórios e áreas de lazer é feito por

meio de rampas. Ambos elevadores são submetidos à manutenção alternada garantindo o funcionamento permanente.

Os banheiros são adaptados e seguem o padrão legal exigido. Destacamos ainda que após participação de representantes da Ufopa no Seminário Incluir em Brasília (ano de 2013), foi feito socialização das informações no Seminário de Acessibilidade no âmbito da Ufopa, em seguida foi instituído o Grupo de Trabalho GT-Pró-acessibilidade, Portaria nº 1.293, de 12/08/2013. O grupo foi composto por treze membros, entre eles docentes e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT- Pró-acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa. Atendendo as orientações do Programa Incluir – acessibilidade no ensino superior criado em 2005, em 18 de Junho de 2014, criou-se o Núcleo de Acessibilidade por meio da portaria nº 1.376. O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa fomenta o debate sobre a inclusão e acessibilidade, assim como realiza ações para a inserção dos alunos com deficiência no ensino superior. Realiza ações e atividades de pesquisa e extensão, os quais colaboram com dados informativos, pesquisas e formação continuada a comunidade acadêmica e geral.

Este Núcleo tem como atividades articular ações com os setores dentro da Ufopa para adotar as normas legais de acessibilidade a fim de dar condições de ingresso e permanência aos estudantes com deficiência.

Atualmente, no que diz respeito à aplicação das normas legais de acessibilidade, as atividades e as práticas são:

- Disponibilização de Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para estudantes e docentes surdos;
- Acessibilização e produção de materiais;
- Acompanhamento em sala de aula quando necessário, ao aluno com deficiência;
- Reuniões com coordenações de curso e docentes, para apresentação de estratégias e sugestões para o trabalho com os alunos com deficiência;
- Promoção de cursos e eventos para comunidade interna e externa. (Ex: Cursos básico, intermediário e avançado de Libras e Braille, curso de orientação e mobilidade).

13 INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

1- A segurança da Ufopa é de responsabilidade da Coordenação de Segurança Patrimonial - CSP, subordinada diretamente à Pró-Reitoria de Administração - PROAD. Esta coordenação planeja, coordena e avalia ações relativas à segurança patrimonial e comunitária da Ufopa. A segurança é executada por empresa terceirizada, com presença ostensiva de pessoal qualificado em vigília em áreas específicas das unidades, visando garantir a integridade do

patrimônio físico da universidade e proporcionar segurança aos usuários do serviço público, servidores e demais usuários.

2- A segurança das instalações físicas e dos usuários do Ibef/Ufopa é parte integrante dos serviços que atendem a Unidade Tapajós, que conta com 04 postos de vigilância compostos por 16 vigilantes trabalhando em jornada de 12x36h, 02 postos de vigilância compostos por 02 vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 07:00h às 15:00h diariamente, 02 postos de serviço de vigilância compostos por 02 vigilantes trabalhando em jornada de 44h semanais de 15:00h às 23:00h diariamente, além do serviço de vídeo monitoramento CF/TV 24h, com a utilização de 63 câmeras de alta resolução naquela Unidade.

Vale ressaltar que a ronda eletrônica se trata de um dispositivo que monitora as atividades dos vigilantes, mantendo-os atentos durante toda a jornada de trabalho e que são realizadas rondas motorizadas pelo interior das unidades, com a utilização de viaturas personalizadas e equipadas com rádios comunicadores.

PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

1. Diretrizes curriculares Nacionais do curso.

2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012.

5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

6. Titulação do corpo docente (art. 66 da Lei N°9.394, de 20 de dezembro de 1996).

7. Núcleo Docente Estruturante (NDE) (Resolução CONAES N° 1, de 17/06/2010).

8. Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria Normativa N° 12/2006).

9. Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia (Portaria N°10, 28/07/2006, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia); Resolução CNE/CP N°3,18/12/2002).

10. Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). (Licenciaturas). Resolução CNE/CP Nº 1 /2006 (Pedagogia). Resolução CNE/CP Nº 1 /2011 (Letras). Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

11. Tempo de integralização - Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

12. Condições de acessibilidade plena para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, na Lei N° 13.146/2015, nos Decretos N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.

13. Disciplina de Libras (Dec. N°5.626/2005).

14. Prevalência de avaliação presencial para EaD (Dec. N°5.622/2005, art.4°, inciso II, § 2°).

15. Informações acadêmicas (Art. 32 da Portaria Normativa N° 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).

16. Políticas de educação ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).

17. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Conforme Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

18. Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino e Saúde (COAPES), Lei N°12.871/2013 e Portaria Interministerial Nº 1.124, de 4 de agosto de 2015.

REFERÊNCIAS

ANEXOS

1. Ementário e Bibliografias (básica e complementar)
2. Portaria de Criação do Curso
3. Portaria de Criação do NDE
4. Atividades Complementares (normativa)

5. Trabalho de Conclusão de Curso (normativa)
6. Normativas do Instituto e/ou curso para Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório
7. Ata de aprovação do PPC pelo NDE/Colegiado
8. Ata de aprovação do PPC pelo Conselho

LEGENDAS:
NSA – Não se Aplica
FE – Formulário Eletrônico
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
PPC – Projeto Pedagógico do Curso
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CST – Curso Superior de Tecnologia

ANEXO 1: PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

PORTARIA Nº 1.284, DE 30 DE JULHO DE 2013.

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Biodiversidade e Florestas na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O **PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**, no exercício da Reitoria conforme o estabelecido na Portaria nº 681, de 9 de julho de 2012, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 01, de 18 de novembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação e a oferta do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Biodiversidade e Florestas, com autorização de 240 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ALDO GOMES QUEIROZ

ANEXO 2: RESOLUÇÃO DE ALTERAÇÃO DO NOME DO CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 105 DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Aprova a alteração do nome do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Biodiversidade e Floresta para Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias do Instituto de Biodiversidade e Floresta da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso da de suas atribuições conferidas pelo decreto presidencial de 28 de março de 2014, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 31 de março de 2014, seção 2, pág. 1, das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa e em conformidade com os autos do Processo nº 23204-001522/2015-22 proveniente do Instituto de Biodiversidade e Floresta, e em cumprimento a decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão na 2° Sessão Ordinária realizada no dia 27.03.15 promulga a seguinte:

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º. Fica aprovado a alteração do nome do Curso de de Bacharelado Interdisciplinar em Biodiversidade e Floresta para Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias do Instituto de Biodiversidade e Floresta da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Santarém, em 31 de Março de 2015.

RAIMUNDA NONATA MONTEIRO
Presidente
Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão

ANEXO 3: RESOLUÇÃO Nº 177, DE 20/01/2017 DA Ufopa

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO Nº 177, DE 20 DE JANEIRO DE 2017.

Institui o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo decreto Presidencial de 28 de março de 2014 publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2014, seção 2, pag. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Ufopa e, em conformidade com os autos do Processo nº. 23204.002596/2016-67 proveniente da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e em cumprimento a decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão (Consepe) na 5ª Reunião Ordinária realizada no dia 17 de Novembro de 2016 promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Aprova o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará conforme documento em anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

RAIMUNDA NONATA MONTEIRO
Presidente do Consepe

ANEXO 4 - DISCIPLINAS OPTATIVAS PARA O BCA

Código: IBEF010013	GÊNESE E MORFOLOGIA DO SOLO	CH: 60 horas
Código: IBEF010015	AGROMETEOROLOGIA	CH: 60 horas
Código: IBEF010017	DESENHO TÉCNICO	CH: 45 horas
Código: IBEF010019	SISTEMÁTICA VEGETAL IBEF020039	CH: 60 horas
Código: IBEF020101	GENÉTICA	CH: 60 horas
Código: IBEF020103	MICROBIOLOGIA DO SOLO	CH: 60 horas
Código: IBEF020105	AGRICULTURA GERAL	CH: 60 horas
Código: IBEF020107	ZOOTECNIA GERAL	CH: 60 horas
Código: IBEF020107	ENTOMOLOGIA GERAL	CH: 60 horas
Código: IBEF020033	AGROSSILVICULTURA	CH: 45 horas
Código: IBEF020108	HIDRÁULICA, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CH: 75 horas
Código: IBEF020110	FITOPATOLOGIA GERAL	CH: 60 horas
Código: IBEF020112	NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS	CH: 45 horas
Código: IBEF020013	TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA	CH: 60 horas
Código: IBEF020120	FERTILIDADE DO SOLO	CH: 60 horas
Código: IBEF020082	GEOPROCESSAMENTO	CH: 60 horas
Código: IBEF02	MECÂNICA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	CH: 60 horas
Código: IBEF040008	ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA RURAL	CH: 45 horas
Código: IBEF060119	CONSTRUÇÕES RURAIS	CH: 60 horas
Código: IBEF020054	COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	CH: 60 horas
Código: IBEF020030	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO AGRÁRIA	CH: 45 horas
Código: IBEF020132	ÉTICA E BIOÉTICA	CH: 45 horas
Código: IBEF020133	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CH: 75 horas

Código: IBEF050003	INTRODUÇÃO À BIOTECNOLOGIA	CH: 45 horas
Código: IBEF050037	BIOTECNOLOGIA AMBIENTAL	CH: 45 horas
Código: IBEF050055	BIOTECNOLOGIA ANIMAL	CH: 45 horas
Código: IBEF050039	BIOTECNOLOGIA VEGETAL	CH: 60 horas
Código: IBEF050027	BIOÉTICA E BIOSSEGURANÇA	CH: 45 horas
Código: IBEF050066	BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS	CH: 45 horas
Código: IBEF050056	BIOTECNOLOGIA DE RESÍDUOS	CH: 60 horas
Código: IBEF050005	QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS	CH: 60 horas
Código: IBEF050067	EMPREENDEDORISMO E PATENTES	CH: 45 horas
Código: IBEF020038	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FLORESTAIS	CH: 30 horas
Código: IBEF020040	MENSURAÇÃO FLORESTAL	CH: 60 horas
Código: IBEF040002	ECOLOGIA FLORESTAL	CH: 60 horas
Código: IBEF040007	SEMENTES E VIVEIROS FLORESTAIS	CH: 45 horas
Código: IBEF040010	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CH: 45 horas
Código: IBEF040018	INVENTÁRIO FLORESTAL	CH: 60 horas
Código: IBEF040019	MECANIZAÇÃO E COLHEITA FLORESTAL	CH: 60 horas
Código: IBEF040029	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO FLORESTAL	CH: 45 horas
Código: IBEF010015	AGROMETEOROLOGIA	CH: 60 horas
Código: IBEF060040	INTRODUÇÃO À ZOOTECNIA	CH: 45 horas
Código: IBEF060132	NUTRIÇÃO ANIMAL BÁSICA	CH: 45 horas
Código: IBEF060008	ALIMENTOS E ADITIVOS	CH: 45 horas
Código: IBEF0014	TECNOLOGIA E FORMULAÇÃO DE RAÇÕES	CH: 60 horas
Código: IBEF060034	REPRODUÇÃO ANIMAL	CH: 60 horas
Código: IBEF06134	ETOLOGIA E BEM-ESTAR ANIMAL	CH: 60 horas
Código: IBEF060127	BIOCLIMATOLOGIA ANIMAL	CH: 60 horas

Código: IBEF060149	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CH: 60 horas
Código: IBEF040039	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	CH: 60 horas
Código: IBEF040048	MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	CH: 45 horas
Código: IBEF060107	MECÂNICA, MECANIZAÇÃO E MÁQUINAS ZOOTÉCNICAS	CH: 60 horas
Código: IBEF020056	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	CH: 60 horas
Código: IBEF040045	ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL	CH: 60 horas
Código: IBEF030033	TECNOLOGIA DAS FERMENTAÇÕES	CH: 60 horas

Anexo 4.1 - Disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Agronomia e optativas para o BCA

3º semestre		**4° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Gênese e Morfologia do Solo	60	Microbiologia do Solo	60
Agrometeorologia	60	Agricultura Geral	60
Desenho Técnico	45	Zootecnia Geral	60
Sistemática Vegetal	60	Entomologia Geral	60
Genética	60		
5° semestre		**6° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Agrossilvicultura	45	Topografia e Cartografia	60
Hidráulica, Irrigação e Drenagem	75	Fertilidade de solo	60
Fitopatologia Geral	60		
Nutrição Mineral de Plantas	45		
7° semestre		**8º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Geoprocessamento	60	Construções Rurais	60
Mecânica e Mecanização Agrícola	60		
Antropologia e Sociologia Rural	45		
9º semestre		**10º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Comercialização Agrícola	60	Ética e Bioética	45
Políticas Públicas e Legislação Agrária	45	Tecnologia dos alimentos	75
		Recuperação de Áreas Degradadas	60

Obs. A disciplina de Libras é Componente Curricular Optativo do BCA.

Anexo 4.2 - Disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Biotecnologia e optativas para o BCA

3° semestre		**4° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Introdução à Biotecnologia	45	Biotecnologia Ambiental	45
Sistemática Vegetal	60		
5° semestre		**6° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Biotecnologia Animal	45		
Biotecnologia Vegetal	60		
7º semestre		**8º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Bioética e Biossegurança	45	Bioenergia e Biocombustíveis	45
		Biotecnologia de Resíduos	60
		Química de Produtos Naturais	60
9º semestre		**10º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Tecnologia das Fermentações	60	Empreendedorismo e Patentes	45

Obs. A disciplina de Libras é Componente Curricular Optativo do BCA.

Anexo 4.3 - Disciplinas obrigatórias do Bacharelado em Engenharia Florestal e optativas para o BCA

3° semestre		**4° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Desenho Técnico	45	Ecologia Florestal	60
Introdução às Ciências Florestais	30	Gênese e Morfologia do Solo	60
Sistemática Vegetal	60	Sementes e Viveiros Florestais	45
Mensuração Florestal	60		
5° semestre		**6° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Antropologia e Sociologia Rural	45	Inventário Florestal	60
Educação Ambiental	45	Mecanização e Colheita Florestal	60
Nutrição Mineral de Plantas	45	Topografia e Cartografia	60
		Estrutura e Valoração de Florestas	60
7º semestre		**8º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**

Agrossilvicultura	45	Agrometeorologia	60
Genética	60	Políticas Públicas e Legislação Florestal	45
9º semestre		**10º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Fertilidade do Solo	60	Recuperação de Áreas Degradadas	45
Economia e Mercado Florestal	60		

Obs. A disciplina de Libras é Componente Curricular Optativo do BCA.

Anexo 4.4 - Disciplinas obrigatórias do Bacharelado Zootecnia e optativas para o BCA

1º e 2º Semestres		**3° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Introdução à Zootecnia*	45	Gênese e Morfologia do Solo	60
Desenho Técnico**	45	Nutrição Animal básica	45
*Disciplina do 1º semestre			
**Disciplina do 2º semestre			
4° semestre		**5° semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Alimentos e aditivos	45	Genética	60
Fertilidade do Solo	60	Políticas públicas e legislação agrária	45
6° semestre		**7º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
Agrometeorologia	45	Etologia e bem-estar animal	60
Tecnologia e Formulação de Rações	60	Bioclimatologia Animal	60
Reprodução Animal	60	Ética e Bioética	30
Topografia e Cartografia	60		
Construções Rurais	60		
8º semestre		**9º semestre**	
Componente Curricular	**CH**	**Componente Curricular**	**CH**
		Tecnologia de Produtos de Origem Animal	60

Obs. A disciplina de Libras é Componente Curricular Optativo do BCA.

ANEXO 5 - EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS (BÁSICA E COMPLEMENTAR)

1° E 2º SEMESTRES DO ANO DE PERCURSO ACADÊMICO COMUM DO IBEF

Código: IBEF060050	CÁLCULO I	CH: 60 horas
EMENTA: Funções. Limites e continuidade. Derivadas. Aplicações da derivada. Integrais. Aplicações da integral.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FLEMMING, D. M. GONÇALVES, M. B. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. São Paulo. Pearson. 6 ed. 2012. STEWART, J. Cálculo. Editora Pioneira Thomson Learning, 2011. STEWART, J. Cálculo. Vol. II Editora Pioneira Thomson Learning, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SHENK, A. Cálculo e Geometria Analítica. Vol. 1, Editora Campus, 1985. SIMMONS, G.F. Cálculo com Geometria Analítica. Vol. 1 e 2, RJ, MacGraw-Hill, 1987. ANTON, H. BIVENS, I. DAVIS, S. Cálculo: volume I. Porto Alegre. Bookman 2007. ANTON, H. BIVENS, I. DAVIS, S. Cálculo: volume II. Porto Alegre. Bookman. 2007. MALTA, I. P. Cálculo a uma variável: volume 1: uma introdução ao cálculo. 5. ed. 2010.		

Código: IBEF010050	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (SND)	CH: 45 horas
EMENTA: I- Diversidade Biocultural: Contribuições da Antropologia e Arqueologia; Trajetória histórica da dominação humana sobre a natureza. II- Desenvolvimento e Meio Ambiente: As questões envolvidas na temática de sociedade, natureza e desenvolvimento e seus principais fundamentos; Noções de Economia para o Desenvolvimento; Movimentos Sociais; Política de Ocupação na Amazônia. III- Influência sobre o espaço físico da ação humana na esfera da cultura, da geografia, política e da economia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002. SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002. VARGAS, J. T.; FARIA, D. S. (Orgs.) Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impressos. 1ª ed. Santarém, PA: UFOPA, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Rio de Janeiro. Garamond. 4. ed. 2008. COY, M. KOHLHEPP, G. Amazônia sustentável: desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro. Garamond, 2005. DIEGUES, A. C. Etnoconservação: novos rumos para a conservação da Natureza. São Paulo, Editora Hucitec, 2000.		

GUZMÁN, E. S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. Agroecologia e Desenvimento Rural Sustentável. v.2, n.1, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://pvnocampo.com/agroecologia/uma_estrategia_de_sustentabili dade_a_partir_da_agroecologia.pdf>.
LEFF, E. Complexidade, Interdisciplinaridade e Saber Ambiental. In: PHILIPPI Jr., A , TUCCI, C. E. M., HOGAN, D. J.; NA VEGANTES, R.Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. São Paulo: Signus, p. 19-51. 2000. Disponível em: <http://www.ambiente.gov.ar/infotecaea/descargas/philippi01.pdf#p age=32>.

Código: IBEF060051	QUÍMICA GERAL	CH: 45 horas

EMENTA:
Teoria atômica. Tabela periódica e ligações químicas. Propriedades coligativas. Funções inorgânicas. Soluções aquosas e unidades de concentração. Reações químicas de ácidos e bases em soluções aquosas. Estequiometria. Reações de oxirredução. Espontaneidade das reações. Introdução à catálise e equilíbrio químico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS P., JONES, L Princípios de química: questionando a vida moderna e meio ambiente. 4ª Ed. BOOKMAN, 2006.
BROWN, T. L; BURDGE, J. R; BURSTEN, B. E. Química: A Ciência Central. 9ª. Ed. Pearson, 2005.
KOTZ J.C.; TREICHEL, P. M. Química geral e reações químicas. Ed Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, J. E. Química geral : vol.1. 2. ed. 1986.
CHANG, Raymond. Química Geral: Conceitos Essenciais. 4ª Ed. AMGH, 2010.
MAIA, D. J.; BIANCHI, J. C. A. Química Geral: Fundamentos. 1ª Ed. Pearson Prentice Hall, 2007.
RUSSELL, J. B. Química geral. 2. ed. 1994.
SILVA, I. A. Química Geral: Roteiros De Trabalhos Práticos. 1ª Ed. UFPA.

Código: IBEF060052	MICROBIOLOGIA GERAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Histórico, abrangência e desenvolvimento da microbiologia. Noções básicas de biossegurança em laboratório. Caracterização e classificação de fungos, bactérias e vírus. Nutrição, crescimento e metabolismo microbiano. Controle microbiano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BROCK, T. D. MADIGAN, M. T.MARTINKO, J. M.PARKER, J. Microbiologia de Brock. 12.ed. Porto Alegre: Pearson. 2004.
PELCZAR, M.J.; CHAN, E.C.S.; KRIEG, N.R. Microbiologia: conceitos e aplicações. v. 1 e 2. 2.ed. Pearson Education do Brasil. São Paulo: 2011.

TORTORA, G. J. FUNKE, B. R. CASE, C. L.; Microbiologia. Porto Alegre: Artmed, 2012. 920p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BROOKS, G.F.; CARROLL, K.C.; BUTEL, J.S.; MORSE,S.A.; MIETZNER, T.A. Microbiologia médica. 25ª Edição. Artmed Editora. Porto Alegre/RS. 2012. ESPOSITO, E.; AZEVEDO, J. L. Fungos: uma introdução à biologia, bioquímica e biotecnologia. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. (editores técnicos). Microbiologia. 5.ed. São Paulo: Atheneu Rio, 2008. 780p. VERMELHO, A.B.; PEREIRA, A.F.; COELHO, R.R.R.; SOUTO-PADRÓN, T. Práticas de Microbiologia. Editora Guanabara Koogan Ltda. Rio de Janeiro/RJ. 2006. ZERBINI, F. M.; CARVALHO, M. G.; ZAMBOLIM, E. M. Introdução à virologia vegetal. Viçosa: UFV, 2006. 145p.

Código: IBEF060053	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	CH: 45 horas
EMENTA: Leitura analítica, crítica e interpretativa de textos técnicos e científicos. Coesão e coerência textual. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Identificação dos diversos gêneros textuais (ensaio, resenha, projeto, artigo, resumo, resumo expandido, fichamento, relatório, revisão bibliográfica, memorial descritivo). Técnicas de apresentação oral (recursos audiovisuais: como produzir, regras básicas para a produção, recursos visuais mais importantes) referentes às Ciências Agrárias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA JAKOBSON, R. Linguística e comunicação. 22.ed. 2010 KÖCH, I.G.V. Texto e coerência. 13 ed. Cortez, 2011. LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FARIA, A.C. Manual prático para elaboração de monografias: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 3.ed. 2008 BOAVENTURA, E. M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.1.ed.2004. FERRAREZI JR., C. Guia do trabalho científico do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. 2011 SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. 2007. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação - trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002. 6p. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: apresentação de artigos em publicações periódicas. Rio de Janeiro, 2002. 5p.		

Código: IBEF060054	BOTÂNICA	CH: 60 horas

EMENTA: Morfologia externa da raiz, caule e folha. Organografia da flor, inflorescência, fruto e semente. Organização interna do corpo da planta. Desenvolvimento da planta. Sistemas de tecidos. Anatomia da raiz, caule e folha.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERRI, M.G. Botânica. Morfologia externa das plantas [Organografia]. Reimpressão.Nobel. São Paulo/SP. 2011. FERRI, M.G. Botânica. Morfologia interna das plantas [Anatomia]. Reimpressão.Nobel. São Paulo/SP. 2003. SOUZA, V.C. & H. LORENZI. Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de fanerógamas nativas e exóticas do Brasil. 3a ed. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, Nova Odessa. 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. Parte I. Células e Tecidos. 2ª Edição. Roca. São Paulo/SP. 2013. CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. Parte II. Órgãos Experimentos e interpretação. 2ª Edição. Roca. São Paulo/SP. 2002. FERRI, M.G.; MENEZES, N. L.; MONTEIRO, W. R. Glossário ilustrado de botânica. 1ª ed. Editora Nobel, 196p. 1981. GONÇALVES, E.G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal. Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. 2ª Edição. Instituto Plantarum de estudos da Flora. São Paulo/SP. 2011. NULTSCH, W. Botânica Geral. 10a Ed. Artmed Editora. Porto Alegre/RS. 2007. RAVEN, P.H., Evert, R. F., Eichhorn, S. E. Biologia Vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Código: IBEF020036	ECOLOGIA	CH: 60 horas
EMENTA: A Ecologia como uma ciência e seus conceitos básicos. Ecologia evolutiva: fatores históricos que determinam a distribuição e abundância das espécies. Ecossistemas e Biomas. Condições e recursos. Ecologia de populações: estrutura e dinâmica populacional. Interações ecológicas. Ecologia de comunidades: Estrutura de comunidades. Ciclos biogeoquímicos e fluxo de energia. Estrutura trófica. Temas aplicados em ecologia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Ed. Artmed, 752 p. 2007. ODUM, E. P. Ecologia. Ed. Guanabara Koogan, 434 p. 2012 RICKLEFS, R. E. A economia da natureza. 6 Ed. Guanabara Koogan, 498 p. 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DAJOZ,R. Ecologia geral. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. GOTELLI, N.J. Ecologia. 4.ed. Londrina. Planta. 2009.		

KREBS, J. R.; DAVIES, N. B. Introdução à Ecologia Comportamental. Ed. Atheneu, 420 p. 1996.
ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. ed. Guanabara Koogan, 2007
TOWNSEND, R. C. BEGON, M. HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Código: IBEF060056	Estudos Integrativos da Amazônia (EIA)	CH: 45 horas

EMENTA:
Amazônia: conceitos, dimensões e processos que caracterizam a região. Bioma amazônico. Ecossistemas Amazônicos. Interação homem-ambiente. Processos de ocupação territorial e conflitos socioambientais. Políticas de Desenvolvimento para a Amazônia. História Afro-brasileira, Africana e Indígena na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMA, J.R.V. Ecossistemas amazônicos. In: PELEJA, J.R.P.; MOURA, J.M.S. (orgs.) Estudos Integrativos da Amazônia – EIA. São Paulo: Acquarello, 2012. Pp. 155-181.
GOCH, Y.G.F. O bioma Amazônico. In: PELEJA, J.R.P.; MOURA, J.M.S. (orgs.) Estudos Integrativos da Amazônia – EIA. São Paulo: Acquarello, 2012. pp. 129-153.
LUI, G.H. A história da interação homem-ambiente na Amazônia. In: PELEJA, J.R.P.; MOURA, J.M.S. (orgs.) Estudos Integrativos da Amazônia – EIA. São Paulo: Acquarello, 2012. Pp. 223-251.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BATISTA, D. O complexo da Amazônia: análise do processo de desenvolvimento. 2ª Ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.
BECKER, B. Amazônia geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, 172p
BECKER, K. B; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: oficina de Textos, 2008.
DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em <http://www.usp.br/nupaub/saberes/saberes.htm >, 2001.
FEARNSIDE. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. Acta Amazônica, 36(3): 395 – 400, 2006

Código: IBEF060059	FÍSICA	CH: 60 horas

EMENTA:
Fundamentos de Física: ordem de grandeza, notação científica, sistemas de unidades, grandezas escalares e grandezas vetoriais. Mecânica: deslocamento, trajetória, velocidade e aceleração; movimentos uniformes e variados. Leis de Newton. A energia e o meio ambiente: teorema do trabalho e energia, lei da conservação da energia mecânica. Termodinâmica: termometria, dilatação térmica, calorimetria, estudo dos gases, leis da termodinâmica, rendimento de

máquinas térmicas. Fluídos: densidade, massa especifica, pressão, hidrostática, hidrodinâmica. Conceitos gerais de ondas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HALLIDAY; RESNICK. Fundamentos de física. Volume 1. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2013. HALLIDAY; RESNICK. Fundamentos de física. Volume 2. Gravitação, ondas e termodinâmica. 9ª Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012. TIPLER,P. Física moderna. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, LTC., 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR TIPLER, P.; MOSCA. G. Física. Para cientistas e engenheiros. Volume 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., 2012. TIPLER, P.; MOSCA. G. Física. Para cientistas e engenheiros. Volume 3. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A., 2013. HALLIDAY; RESNICK. Física 4. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2004. HALLIDAY; RESNICK. Fundamentos de física. Edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2012. NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica, 2 : fluidos, oscilações e ondas, calor .4. ed., São Paulo: Blucherrev. 2002.

Código: IBEF060129	METODOLOGIA DA PESQUISA	CH: 45 horas
EMENTA: Conceitos de pesquisa: metodologia, conhecimento, senso comum, conhecimento científico. Construção do conhecimento empírico e científico. A pesquisa científica. Tipos de pesquisa quanto à abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Processo de elaboração da pesquisa científica (etapas). Construção e validação de hipóteses (diferenças entre indução e dedução). Ferramentas de busca bibliográfica em bases de dados. Ferramentas de referenciação bibliográfica. Ética e plágio.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 2010. LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 2011. 7.ed.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências - elaboração. Rio de Janeiro, 2002. TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2013.		

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. Petrópolis, Vozes. 32 ed. 2013.
KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. Petrópolis, Vozes. 31 ed. 2012.
BOAVENTURA, E. M. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo. Atlas, 1.ed. 2004.

Código: IBEF060057	QUÍMICA ORGÂNICA	CH: 45 horas

EMENTA:
Aspectos estruturais das substâncias orgânicas acidez e basicidade. Funções Orgânicas, nomenclatura e propriedades. Estereoquímica. Estrutura e propriedades físicas de compostos orgânicos. Ponto de Fusão. Ponto de Ebulição. Solubilidade. Ácidos e bases. Isomeria. Alcanos e Cicloalcanos. Conformações. Série homóloga - família. Nomenclatura. Propriedades físicas. Estereoquímica. Alquenos e Cicloalquenos - nomenclatura. Isomeria geométrica. Alquinos e Cicloalquinos. Arenos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETTELHEIM F A.; CAMPBELL M. K.; FARRELL S. O.; BROWN W. H. Introdução à Química Orgânica. 1ª Ed. Editora Cengage Learning. 2012.
MORRISON e BOYD. Química Orgânica. Rio de Janeiro: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
SOLOMONS, T. W.G. Química Orgânica - Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLINGER, N.L.; CAVA, M.P.; JONGH, D.C.; JOHNSON, C.R.; LEBEL, N.A.; STEVENS, C.L. Química Orgânica. 8.ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2005.
BARBOSA, L. C. A. Química Orgânica. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
McMURRY, J. Química Orgânica. Rio de Janeiro: Thomson, 2005.
SOARES, B.G. Química Orgânica: teoria e técnicas de preparação, purificação e identificação de compostos orgânicos. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1998.
VOGEL, A.I. Química Orgânica. Análise Orgânica Qualitativa. Vol 1, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Livros Técnicos e Científicos, 1988.

Código: IBEF010005	BIOLOGIA CELULAR	CH: 60 horas

EMENTA:
Introdução a biologia celular. Noções de microscopia e técnicas citológicas. Estrutura organizacional da célula procarionte e eucarionte. Composição química, ultraestrutura, propriedades físicas e fisiologia das biomembranas. Especializações da membrana plasmática. Princípios da comunicação e sinalização celular. Parede celular. Citoesqueleto. Organelas Citoplasmáticas. Organização estrutural do núcleo celular. Nucleossomos. A natureza do material genético. Estrutura e Replicação do DNA. Síntese de Proteínas: tradução e código genético. Divisão celular. Aplicações da biologia celular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DE ROBERTIS, E.; HIB, J. Bases da biologia celular e molecular. Ed. Guanabara Koogan S.A. 4ª ed. Rio de Janeiro/RJ, 389p. 2006. DE ROBERTIS JR., E. M. F.; HIB, J. & PONZIO, R. Biologia celular e molecular. Ed. Guanabara - Koogan S.A. 4ª ed. Rio de Janeiro/RJ, 432p. 2003. JUNQUEIRA, L. C. & CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. Ed. Guanabara Koogan S.A. 9ª ed. Rio de Janeiro/RJ, 2012.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. Ed. Artmed. 5ª ed. 2010. HOLTZMAN, E. & NOVIKOFF, A. B. Células e estruturas celulares. Ed. Interamericana, 1985. ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da biologia celular. 2a. edição, Porto Alegre: Ed. Artmed, 2006. WALTER, P. Fundamentos de biologia celular. Ed. Artes Médicas, São Paulo. 1999. ZAHA, A. et al. Biologia Molecular Básica. 3ª ed. Porto Alegre, Editora Mercado Aberto, 2003.

Código: IBEF060061	ESTATÍSTICA BÁSICA	CH: 60 horas
EMENTA: Introdução (Histórico, Estudo da Medição), Níveis ou Classes de Mensuração. Tipos de Variáveis, Amostragem (Unidade de Amostra e Amostra, Características da Amostra, Intensidade de Amostragem ou Fração Amostral, População ou Universo). Principais Técnicas de Amostragem (Amostragem Aleatória Simples, Amostragem Estratificada, Amostragem Sistemática). Estatística Descritiva (medidas de tendência central, Medidas de Dispersão). Distribuição de Frequência de uma Variável. Estatística Gráfica (Tabela: Componentes da Tabela, Normas para a apresentação de Tabelas, Gráficos: Tipos de Gráficos, Normas para a apresentação de Gráficos). Introdução ao uso do Excel para cálculos simples e gráficos. Estatística Indutiva ou Inferencial. Estudo da probabilidade. Distribuição Teórica de Frequências (Binomial e Poisson, distribuição Normal, distribuição “t” de Student).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1997. 255 p.. SPIEGEL, Murray Ralph. Estatística. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1994. xv, 643 p. TOLEDO, Geraldo Luciano; OVALLE, Ivo Izidoro. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, c1985. 459 p		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR SPIEGEL, Murray Ralph. Probabilidade e estatística. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2013. 427 p. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística aplicada 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 267 p. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 1999. 455 p. MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. São Paulo: LTC, 2011. xxv, 555p. MALTEZ, Herberto Tocantins. Aplicação de métodos estatísticos em microbiologia ambiental. Belém: EDUFPA, 1995. 74 p.		

VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de estatística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990. 159 p.

Código: IBEF010012	ZOOLOGIA	CH: 60 horas
EMENTA: Sistemática: classificação e nomenclatura. Morfologia, fisiologia, ecologia e taxonomia dos seguintes grupos zoológicos: Protista, Porifera, Cnidaria, Platyelminthes, Nematoda, Anellida, Mollusca, Arthropoda, Pisces, Amphibia, Repteis, Aves e Mammalia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HICKMAN JUNIOR, C. P.; ROBERTS, L. S.LARSON, A. Princípios integrados de Zoologia, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 846p. POUGH, F H.; JANIS, C. M. & HEISER, J. B. A Vida dos vertebrados. Atheneu São Paulo. 2008. RUPPERT, E.E. & BARNES, R.D. Zoologia dos invertebrados. 6ed. São Paulo: Roca, 1996. 1179p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMABIS, J.M. MARTHO, G.R. Biologia dos Organismos. São Paulo: Moderna, 2004. BARNES, R.S.K.; CALLOW, P. OLIVE, P.J.W. Os invertebrados: uma nova síntese. São Paulo: Atheneu, 1995. 526p. BRUSCA, C. R. BRUSCA, G. J. Invertebrados. Rio de Janeiro – RJ. 2007 – Editora Guanabara Koogan, 2a Ed.. 2007. 968p. PRIMACK, R.B. Biologia da conservação. Londrina: Planta, 2001. 327 p. RUPPERT, E. E.; FOX, R. S. BARNES, R. D. Zoologia dos invertebrados. São Paulo – SP. Roca, 1996. 1168p. STORER, T.I. et al. Zoologia geral. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 2005. 850p.		

TERCEIRO SEMESTRE: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Código: IBEF010016	BIOQUÍMICA	CH: 60 horas
EMENTA: Introdução à Bioquímica. Aminoácidos, Peptídeos e Proteínas. Enzimas. Coenzimas e Vitaminas. Carboidrato. Lipídios. Ácidos Nucleicos. Introdução ao Metabolismo Primário. Metabolismo dos Carboidratos. Metabolismo dos lipídios. Oxidações biológicas. Bioenergética e metabolismo. Catabolismo de compostos nitrogenados. Biossíntese. Biossíntese de ácidos nucleicos e proteínas		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CONN, Eric E.; STUMPF, P. K. Introdução à bioquímica. 4 ed. Blucher, 2011. MARZZOCO, Anita; TORRES, Bayardo B. Bioquímica Básica. 3 ed. Guanabara Koogan, 2013. NELSON, David L.; COX, Michael M. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5 ed.- Porto Alegre-RS: Artmed, 2013. 1274 p. Tradução de: Lehninger: principles of biochemistry.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

ALBERTS, B.; JOHNSON, A; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P.; 2011. Biologia Molecular da Célula. 5. reimpressão. Porto Alegre: Artmed.
CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. Bioquímica. Vol 1. CENGAGE LEARNING, 2011.
HARVEY, Richard A.; FERRIER, Denise. Bioquímica Ilustrada. 5ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
NARDY, M. C.; STELLA, M. B.; OLIVEIRA, C. de. Práticas de Bioquímica e Biofísica: Uma visão integrada. Editora Guanabara, 2013.
VOET, D. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2.ed.2008.

Código: IBEF03001	INTERAÇÃO NA BASE REAL I	CH: 30 horas

EMENTA:
Introdução à interação com a base real. Diferenças nas perspectivas e processos de construção entre o conhecimento científico e não científico. Diálogo de saberes na construção do conhecimento. Interdisciplinaridade na construção do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisas. Atlas: São Paulo, 1991.
MATTA, R. da. Uma Introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, p. 17-85 e 153-160, 1981.
MATURANA, H. R; VARELA, VARELA, F. J. A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas/Athena, 2001. 288 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALVES, Z. M. M. B; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 2, p.61-69, 1992.
BOAVENTURA, E. M. Como ordenar as ideias. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997. 59 p.
FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
MIGUEL, L. de A. et al. Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de estudo de caso. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Pesquisa em Desenvolvimento Rural. v. I. Porto Alegre: UFRGS, p. 35-56, 2014.
TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2007.
TOLEDO, V. M.; BARREIRA-BASSOLS, N. A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular. 2015. 272p.

Código: IBEF020068	AGROECOLOGIA	CH: 45 horas

EMENTA:
Trajetória histórica da agricultura. Princípios e conceitos da agroecologia. A relação entre a agroecologia e as escolas alternativas de agricultura. Contexto dos problemas ecológicos da agricultura. Agroecologia e sustentabilidade. Técnicas agroecológicas para produção agrícola.

Análise de agroecossistemas. Perspectivas do mercado de produtos agroecológicos. Agroecologia e Segurança Alimentar.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. Decreto Nº 7.794, de 20 de agosto de 2012 que institui a política nacional de agroecologia e agricultura orgânica. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). 2012. COSTA, G. da S. Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia. UFPA/NAEA, 2006. PRIMAVESI, A. O manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. 8.ed. São Paulo: Nobel, 1990. 542p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALTIERI, M. Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 110p. EHLERS, E. Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 175 p. GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universitária, 2001. 653 p. KHATOUNIAN, C. A. A reconstrução ecológica da Agricultura. Botucatu: Agroecológica, 2001. 348p. MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: UNESP, 2010, 567p. PENTEADO, S. R. Manual Prático de Agricultura Orgânica. Campinas: Via Orgânica, 2010, 232 p.

QUARTO SEMESTRE: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Código: IBEF050020	ESTATÍSTICA EXPERIMENTAL	CH: 60 horas
EMENTA: Planejamento de experimentos. Definições e princípios básicos da experimentação. Fontes de variações e controle de variações externas aos experimentos (Fatores Controláveis e Incontroláveis). Análise de variância e suas condicionantes. Transformação de dados. Delineamentos experimentais: Delineamento inteiramente casualizado, Delineamento em blocos ao acaso, Delineamento em blocos ao acaso com sub-amostras, Delineamento em quadrado latino. Experimentos fatoriais. Testes de comparações de duas médias (teste T pareado e não pareado). Teste de comparação múltiplas de médias (Tukey, Duncan, SNK, Dunnet). Contrastes ortogonais. Noções de estatística não paramétrica (testes: Quiquadrado, Wilcoxon, Mann-Whitney, Kruskal-Wallis). Aplicação de softwares de estatística.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BANZATTO, D. A; KRONKA, S. do N. Experimentação agrícola. Funep, 2013. CALLEGARI-JACQUES, S. M. Bioestatística: princípios e aplicações. 2003. FONSECA, J. S. Estatística aplicada. 2. ed. 2013.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ARANGO, H. G. Bioestatística teórica e computacional. 3.ed. 2011.		

AYRES, M. Bioestat 2.0 aplicações estatísticas nas áreas das ciências biológicas e médicas. 2000.
BEIGUELMAN, B. Curso prático de bioestatística. 3.ed. rev. 1994.
LARSON, R. Estatística aplicada. 4. ed. 2012
VIEIRA, S. Bioestatística tópicos avançados. 3.ed. 2010.

Código: IBEF04001	INTERAÇÃO NA BASE REAL II	CH: 30 horas

EMENTA:
Pesquisa-ação: abordagem teórico-metodológica. Planejamento, processos e práticas da pesquisa-ação. Ferramentas da Pesquisa-ação. Realização de Pesquisa em interação na base real.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. (Org.); THIOLLENT, M. J. M. (Org.). João Bosco Guedes Pinto. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação. Textos Selecionados e apresentados. 1. ed. Belém: UFPA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014. v. 1. 347p.
HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. (org.) CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT 2000. 299p.
MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. VASCONCELOS, H. E. M. Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica. Aracaju, SE: 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPRA, F. As Conexões Ocultas: Ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Editora Cultrix Amana Key. 2002. 296p.
MIGUEL, L. de A. et al. Metodologia de pesquisa em estudos rurais: investigando a partir de estudo de caso. In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Pesquisa em Desenvolvimento Rural. Volume I. Editora UFRGS. Porto Alegre: 2014, p. 35-56.
LEIS, H. R. de. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas. n. 73. 2005. 23 p.
MORIN, E. Da necessidade de um pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina/Edipucrs, 2003. 27p.
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. Ed. 7 São Paulo: Cortez, 1996. 71p.

Código: IBEF020052	GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	CH: 45 horas

EMENTA:
Introdução à gestão ambiental dos recursos naturais. A Floresta e suas funções. O Ecossistema Urbano e rural. Conceituação e classificação de espaços silvestres. Os instrumentos legais de gestão. Planejamento do uso sustentável. Sistemas de manejo da fauna silvestres. Sistemas de manejo de florestas. Turismo natural, trilhas e manejo da paisagem. Manejo e administração comunitária dos recursos naturais. Programas de uso público. Plano de ação e de utilização. Alternativas sustentáveis. Envolvimento e participação das populações locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBIERI, C. J. Desenvolvimento e Meio Ambiente: As Estratégias de Mudanças da Agenda 21. 5ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2002. 159 p.
PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Vida, 2001. 328 p.
WILSON, O.W. (org.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de manejo: Floresta Nacional do Tapajós. Brasília: MMA, 2006.
CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1994.
MILLER, K. Planificacion de Parques Nacionales para el Ecodesarrollo em Latinoamerica. Fundacion para la Ecologia y la Protecion del Medio Ambiente. Madrid: FEPMA, 1980.
PORT, C.; LOURENÇO, M. Planejamento Estratégico de Unidades de Conservação. Recomendações. IBAMA/PNMA. Brasília, 1998.
SETTI, A. A. A necessidade do uso sustentável dos recursos hídricos. Brasília. 1996. 344 p.

QUINTO SEMESTRE: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Código: IBEF020001	FISIOLOGIA VEGETAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Célula vegetal; água na planta; transporte de solutos; fotossíntese ressaltar metabolismo C4 e MAC; respiração; crescimento e desenvolvimento de plantas; hormônios vegetais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERBAUY, G. B. Fisiologia Vegetal, 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
LARCHER, W. Ecofisiologia vegetal. Ed. Pedagógica e Universitária. 2000.
MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. Fisiologia Vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 2.ed. Viçosa: Ed. UFV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, P. R. C. Manual de fisiologia vegetal: teoria e prática. 2005.
CASTRO, PAULO R. C. Manual de fisiologia vegetal: fisiologia de cultivos. 2008.
PRADO, C. E. R. Fisiologia vegetal: práticas em relações hídricas, fotossíntese e nutrição mineral. 2006.
RAVEN, P.H. Biologia Vegetal. 6.ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro.2007.
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Código: IBEF020010	PROJETO DE TCC	CH: 45 horas

EMENTA:
Construção de problema de pesquisa, normas, estrutura, planejamento, organização, projeto e orientação de apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. Pesquisa em Desenvolvimento Rural. Volume I. Editora UFRGS. Porto Alegre: 2014, p. 35-56.
DUQUE-ARRAZOLA, L. S. (Org.); THIOLLENT, M. J. M. (Org.). João Bosco Guedes Pinto. Metodologia, teoria do conhecimento e pesquisa-ação. Textos Selecionados e apresentados. 1. ed. Belém: UFPA- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, 2014. v. 1. 347p.
MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H. VASCONCELOS, H. E. M. Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica. Aracaju, SE: 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HÉBETTE, J.; NAVEGANTES, R. (org.) CAT – Ano décimo: etnografia de uma utopia. Belém: UFPA, CAT 2000. 299p.
LENTIN, J. P. Penso, logo me engano: breve história do besteirol científico. São Paulo: Ática, 1997.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1990. 2.ed.
PRESTES, M.L.M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. São Paulo: Rêspel, 2003. 2.ed.
THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. Ed. 7 São Paulo: Cortez, 1996. 71p.

Código: IBEF060133	ADMINISTRAÇÃO AGROPECUÁRIA	CH: 45 horas

EMENTA:
Noções gerais da Teoria Geralda Administração; Conceitos, características, importância e objetivos do planejamento estratégico; Níveis, aplicações e contribuições do planejamento estratégico; Métodos e instrumentos auxiliares do planejamento da empresa rural; Administração Rural e o Agronegócio; Gestão agroindustrial; Capital e Custo da Empresa Agropecuária; Contabilidade da Empresa Agropecuária; Matemática Financeira e Análise de Investimento de Capital; Projetos Agropecuários: elaboração e avaliação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial. São Paulo: Atlas. 2012.
CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração: abordagens prescritivas e normativas: v.1. 7. ed. São Paulo: MANOLE, 2014.
MARION, J.C. Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda-pessoa jurídica. 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2012. 274p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, M. Fundamentos de agronegócios. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2013. 175p.
KWASNICKA, E. L.Teoria geral da administração: uma síntese 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 189 p.
MAXIMIANO, A.C.A. Introdução à administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 419 p
PAIVA, M.P. Administração pesqueira no Brasil. São Paulo: Interciência, 2004. 123 p
ZUIN, L.F.S. QUEIROZ, T.R. Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 436 p.

SEXTO SEMESTRE: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Código: IBEF020032	EXTENSÃO RURAL	CH: 60 horas

EMENTA:
História da Extensão Rural. Fundamentos da Extensão Rural. Atual situação da extensão rural no Brasil, abordando as instituições, os atores e as políticas do setor. Perfil e prática extensionistas. Comunicação rural e metodologias utilizadas na difusão de tecnologias. Planejamento, metodologia e prática do desenvolvimento comunitário. Elaboração de projetos de extensão rural. As perspectivas da Extensão Rural frente às mudanças ocorridas no rural brasileiro e do desenvolvimento sustentável. Extensão Rural e Agroecologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALMEIDA, J. A. Pesquisa em extensão rural. Brasília: ABEAS, 1989. Disponível em: < http://www.livrosgratis.com.br/download_livro_61374/pesquisa_em_extensao_rural-_um_manual_de_metodologia >
BRASIL. Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm >
FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 8ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985. Disponível em: < http://www.bonato.kit.net/Extensao_ou_Comunicacao.pdf >

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: < http://www.agroeco.org/socla/archivospdf/Agroecologia_-short-port.pdf >
CALLOU, A. B. F.; PIRES, M. L. L. S.; LEITÃO, M. R. F. A.; SANTOS, M. S. T. O estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. Revista Extensão Rural, v.15, n.16, p.84-115, 2008. Disponível em: < http://w3.ufsm.br/extensaorural/art4ed16.pdf >
CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectiva para uma nova extensão rural. Disponível em: < http://www.emater.pa.gov.br/Emater Portal/downloads/redestematicas/agricDRS.pdf;jsessionid=6EA8CC05E232A5E4B1385C9A13A
A9A17>
MUSSOI, E.A. Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar. Revista do Centro de Ciências Rurais, 15(1): 37-50. 1985. Disponível em: < http://coralx.ufsm.br/revista/include/getdoc.php?id=1314&article=523&mode=pdf >
OLIVEIRA, M.M. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. Cadernos de Ciência & Tecnologia. 16(2): 97-134. 1999. Disponível em: < http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8898/5020 >

Código: IBEF060123	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	CH: 45 horas

EMENTA:

Associativismo. Elementos históricos e conceituais do cooperativismo. Classificação e organização das cooperativas. Cooperativismo, associativismo e agronegócio. Fundação e funcionamento de cooperativas. Administração de cooperativas agrícolas Organizações não-governamentais. Institutos. Fundações. Políticas Públicas e implementação de programas de incentivo ao associativismo e cooperativismo. Outras formas de cooperação. Organizações cooperativas e associativas. Introdução à Economia Solidária.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CRUZIO, H. O. Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa para o desemprego. 4.ed. - Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2010. OLIVEIRA, D. P. R. Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Lei cooperativista – Nº 5.640 de 16/12/71. Brasília: 1971.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR OLIVEIRA, N. P. Comunidades rurais, conflitos agrários e pobreza. EDUFPA.1992 PINHO, D. B. Gênero e desenvolvimento em cooperativas. SESCOOP/OCB, Santo André: ESETEC Editores associados, 2000. RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. SCHARDONG, A. Cooperativa de Crédito - Instrumento de Organização Econômica da Sociedade. Editora Rígel, 2002. TESCH, W. Dicionário Básico do Cooperativismo. Brasília: SESCOOP, 2000. WIGGERS, R. RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M. C. Comunidades rurais: organização, associações e lideranças . EDUA / UFAM, 2012.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO PRIMEIRO SEMESTRE

Código: IBEF060040	INTRODUÇÃO À ZOOTECNIA	CH: 45 horas
EMENTA: Histórico da Zootecnia e seus objetivos. Introdução à profissão do Zootecnista. Qual o perfil do curso e do profissional Zootecnista. Competências e habilidades. Estrutura curricular do curso de Zootecnia. Origem e domesticação das espécies, raças e demais grupos genéticos. Introdução aos principais sistemas de produção animal. Importância social e econômica da produção animal. Evolução da produção animal no Brasil.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA TORRES, Alcides Di Paravicini; JARDIM, Walter Ramos. Manual de zootecnia: raças que interessam ao Brasil, bovinas, zebuínas, bubalinas, cavalares, asininas, suínas, ovinas, caprinas, cunícolas, avícolas. 2.ed. ampl. e rev. São Paulo: Agronômica Ceres, 1982. 303p. MOYES, Christopher D; SCHULTE, Patricia M. Princípios de fisiologia animal. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 756 p. ISBN: 9788536322230. FERREIRA, W.M. Zootecnia Brasileira: quarenta anos de história e reflexões. Associação Brasileira de Zootecnistas. Recife: UFRPE, Imprensa Universitária, 2006. 82p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Zootecnia. Parecer CNE/CES no 337/2004. 2004, 13p.
DOMINGUES, O. Introdução à Zootecnia. Série didática edições S.A.1968
FERREIRA, RONY ANTONIO. Maior Produção com Melhor Ambiente: Para Aves, Suínos e Bovinos, 2ª ed., editora Aprenda Fácil, 2011.
LOPES, J. C. O. Avicultura. Floriano, PI: EDUFPI; UFRN, 2011. 96p. Disponível em: http://200.17.98.44/pronatec/wp-content/uploads/2013/06/Avicultura.pdf
RIBEIRO, S. D. A. Caprinocultura: criação racional de caprinos. São Paulo - SP: Nobel, 2012. 318 p.
SILVER, C. Tudo sobre cavalos: um guia mundial de 200 raças. 3ed. São Paulo – SP: Martins Fontes, 2000. 152p.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO SEGUNDO SEMESTRE

Código: IBEF010017	DESENHO TÉCNICO	CH: 45 horas

EMENTA:
Regulamentação do desenho técnico: normas gerais da ABNT, DIN e ASA. Desenho técnico básico: letreiro, legenda, formato e dobragem de papel. Tipos de linhas. Escalas: numérica e gráfica. Confecção de escalas gráficas. Projeção ortogonal e perspectiva. Desenho arquitetônico e construções rurais: projeto de instalações básicas e complementares para a engenharia florestal (planta baixa, fachada e cobertura).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MONTENEGRO, G.A. Desenho arquitetônico: para cursos técnicos de 2ºgrau e faculdades de arquitetura.4 ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2012. 167p.
SILVA, E.O.; ALBIERO, E. Desenho Técnico Fundamental. EPU, 2012.
FARRELLY, Lorraine. Técnicas de representação. Porto Alegre, RS: Bookman, 2011. 176 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JANUARIO. A.J. Desenho geométrico. Florianópolis: Ed. UFSC, 2000.
MONTENEGRO, G.A. Geometria Descritiva. Edgard Blucher, 2004.
MONTENEGRO, G.A. Desenho Arquitetônico. Edgard Blucher, 2003.
MORAIS, S. Desenho técnico básico. Vol. III, Porto Editora. F. E. Giesecke et al., Technical Drawing, 11ª. ed. Ed. Prentice Hall, 2000.
OBERG, L. Desenho arquitetônico. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1990.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO TERCEIRO SEMESTRE

Código: IBEF010013	GÊNESE E MORFOLOGIA DO SOLO	CH: 60 horas

EMENTA:
Visão geral sobre formação da terra. Rochas e minerais. Fatores e processos de formação do solo. Características morfológicas do solo. Perfil do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico em Pedologia. Rio de Janeiro. 3º ed. 2015. 425p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais /sistematizacao/manual_pedologia.shtm>
LEPSCH, I. F. formação e conservação dos solos. Oficina de textos, 2010, 216p.
BRADY, N. C. Elementos da natureza e propriedades dos solos. 3. ed. 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, A. J. T. SILVA, A. S; BOTELHO, R. G. M. Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações. 8 ed. Bertrand Brasil. 2012
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico em Pedologia. 3o edição. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295017
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual técnico de pedologia : guia prático de campo. 3o edição. 2015. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295015
LEMOS, R. C. SANTOS, R. D. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 5ª ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência de Solo, 2005, 102 p.
SANTOS, R.D.; SANTOS, H. G. dos; KER, J. C.; ANJOS, L. H. C. dos; SHIMIZU, S. H. Manual de descrição e coleta de solo no campo. 7ª ed. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência de Solo, 2015, 102 p.

Código: IBEF010015	AGROMETEOROLOGIA	CH: 60 horas

EMENTA:
Introdução. Astrometria. Radiação Solar. Temperatura do ar e do solo. Umidade do ar. Pressão atmosférica. Vento. Condensação na atmosfera. Precipitação. Circulação Geral na atmosfera. Evaporação e evapotranspiração. Balanço Hídrico. Zoneamento Agroclimático e Planejamento Agrícola. Classificação Circulação Geral na atmosfera. Estrutura Meteorológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MENDONÇA, F. Climatologia : noções básicas e climas do Brasil. 2007.
VIANELLO, R. L. Meteorologia básica e aplicações. Viçosa: UFV, 2012. 449 p.
FERREIRA, A. G. Meteorologia prática. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. São Paulo: Bertrand Brasil, 1998. 332 p.
BISCARO, G. A. Meteorologia agrícola básica. Cassilândia : UNIGRAF, 2007 86 p. Disponívelem:http://www.do.ufgd.edu.br/guilhermebiscaro/arquivos/meteorologia.pdf
PEREIRA, AR; ANGELOCCI, LR; SENTELHAS, PC. Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba, RS: Agropecuária, 2002. 478p.
TUBELIS, A. & NASCIMENTO, F. J. L. Meteorologia Descritiva – Fundamentos e Aplicações Brasileiras. São Paulo, Livraria Nobel S.A., 1980.
VIANELLO, RL; ALVES, AR. Meteorologia básica e aplicações. Viçosa, MG: Impr Universitária, UFV, 2012. 449p.

Código: IBEF010019	SISTEMÁTICA VEGETAL	CH: 60 horas
EMENTA: Conceitos e métodos taxonômicos. Código Internacional de Nomenclatura Botânica Categorias Taxonômicas. Relações filogenéticas de ordens e famílias de plantas vasculares. Sistemas de classificação. Diferenças entre Gimnospermas e Angiospermas. Diferenças entre Monocotiledôneas e Dicotiledôneas Principais táxons de interesse agronômico. Coleta e identificação.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DEY, P.M.; HARBORNE, J.B. Plant Biochemistry. Academic Press. California, USA, 1997. EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição Mineral de Plantas Princípios e Perspectivas. 2ª edição. Trad. Maria Edna Tenório Nunes. Ed.Planta: Londrina, 2006. GONÇALVES, E. G.; LORENZI, H. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda, Nova Odessa. 2007.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMORIM, D.S. Amorim, D. S. Fundamentos de sistemática filogenética. Holos Editora e Sociedade Brasileira de Entomologia, Ribeirão Preto. 2003. KERBAUY, G.B. Fisiologia Vegetal. – 2ª edição - Editora Guanabara Koogan. S.A , 2008. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F. & EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal. Sexta Edição. Editora Guanabara-Koogan S/A Rio de Janeiro-RJ, 2008. TAIZ, L. & ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal - 4ª Edição. Artmed-Editor: Porto Alegre, 2009. CARVALHO, DOUGLAS ANTÔNIO DE; VAN DEN BERG, EDUARDO. Sistemática vegetal. Lavras: UFLA, 2007. 160p		

Código: IBEF020101	GENÉTICA	CH: 60 horas
EMENTA: Importância e histórico da Genética. Genética da Transmissão: herança monogênica e princípios da distribuição independente; interações alélicas e não alélicas; alelos de auto incompatibilidade; coeficiente de endogamia. Ligação gênica: recombinação; mapeamento cromossômico; teste de 3 pontos; permuta dupla; interferência. Herança extracromossômica. Mutação: mutação de ponto e cromossomais. Mutação espontânea e induzida. Genética de Populações: frequências alélicas e genotípicas; equilíbrio de Hardy-Weinberg; índice de fixação; fatores que alteram frequências alélicas. Herança Poligênica e Genética Quantitativa: base genética de caracteres controlados por poligenes; princípios de Genética Quantitativa. Evolução: seleção natural; teoria sintética da evolução. Variação geográfica e sua aplicação ao melhoramento florestal. Manipulação da variabilidade genética das populações arbóreas – implicações para a conservação e o melhoramento.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

GRIFFITHS, A.J.F. (2009). Introdução à Genética. Editora Guanabara Koogan, 9ª edição. 740 p.
PIERCE, B.A.; MOTTA, P.A. Genética. Um enfoque conceitual. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2004. 758p.
RAMALHO, M.A.P.; Santos, J.B.; Pinto, C.A.B.P.; Souza, E.A.; Gonçalves, F.M.A.; Souza, J.C. Genética na agropecuária. UFLA, 5ª Edição. 565p. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURNS. G. W. Genética: Uma introdução à hereditariedade. Editora Interamericana. 5ª Edição 1984. 588p.
CLARK, A.G.; Hartl, D.L. Princípios de Genética de Populações. Editora Artmed. 4ª Ed. 2010. 660p.
FUTUYMA, D.J. Evolução, ciência e sociedade. Ribeirão Preto: SBG, 2002. 73p. (disponível de graça no site da sociedade de genética brasileira –SBG).
MIR, L. Genômica. São Paulo: Editora Atheneu. 2004. 1190p.
ZAHA, A. Biologia Molecular Básica. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto, 336p. 1996.

Código: IBEF050003	INTRODUÇÃO À BIOTECNOLOGIA	CH: 45 horas

EMENTA:
Histórico da Biotecnologia. Conceito amplo e restrito da Biotecnologia. Biodiversidade e Biotecnologia. Bioprospecção. Biotecnologia e a multidisciplinaridade. Biotecnologia clássica e moderna. As fases do processo biotecnológico. A Biotecnologia no Brasil e no mundo. Situação atual e perspectivas. Aspectos sociais, morais e éticos da biotecnologia. Agentes biológicos de interesse em Biotecnologia (bactérias, fungos, parasitas, algas, células vegetais e animais). Áreas da biotecnologia: Saúde humana; processos industriais, agropecuária, nanotecnologia e meio ambiente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORÉM, A.; SANTOS, F. R. Entendendo a Biotecnologia. Viçosa: UFV, 2008.
BORÉM, A. & GIÚDICE, M. DEL. Biotecnologia e Meio Ambiente. Viçosa: UFV. 510p. 2008.
ESPOSITO, E. (org); AZEVEDO, J. L. de (org). Fungos: Uma Introdução À Biologia, Bioquímica E Biotecnologia. 2ª Ed. EDUCS, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BINSFELD, P.G. Biossegurança em biotecnologia. Ed. Interciência, Rio de Janeiro. 367p. 2004.
BORÉM, A. VIEIRA. M. Glossário de Biotecnologia. Viçosa: Editora. UFV, 2005.
FALEIRO, F. G.; ANDRADE, S. R. M. de. Biotecnologia: Estado da Arte e Aplicações na Agropecuária. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, 2011.730p.
MALAJOVICH, M. A. Biotecnologia. Rio de Janeiro: Editora Axcel Books, 2004.
SILVEIRA, J. M. F. J. et al (Org.) Biotecnologia e recursos genéticos: desafios e oportunidades para o Brasil. Campinas: Instituto de economia/FINEP, 2004

Código: IBEF 020038	INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS FLORESTAIS	CH: 30 horas
EMENTA: Integração do aluno ao Curso; Evolução Histórica da Engenharia Florestal; Áreas de atuação do Engenheiro Florestal; Perspectivas atuais; Produtos Florestais; Princípios dos recursos florestais e suas transformações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BECKER, B.K.; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008, 150 p. MACEDO, J.H.P.; MACHADO, S.A. A engenharia florestal da UFPR: história e evolução da primeira do Brasil. Curitiba: UFPR, 2003. 513p. NOVO, E.; et al. Amazônia: a utilização de seus recursos naturais e sustentabilidade. Belém: Editora Amazônia, 2010. 136p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BATISTELLA, M.; MORAN, E.F.; ALVES, D. Amazônia: natureza e sociedade em transformação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 304 pp. Coleção Ciências Ambientais. LEAO, R. M. A floresta e o homem. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2000. 434p. MACHADO, F. S., 2008. Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, 105p. il NITSCH, M. O futuro da Amazônia: questões críticas, cenários críticos. Estudos Avançados, v.16, n.46, p.141-156, 2002. SHANLEY, P.; MEDINA, G. Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica. Belém: CIFOR/IMAZON, 2005.		

Código: IBEF 020040	MENSURAÇÃO FLORESTAL	CH: 60 horas
EMENTA: Importância e relação com outras disciplinas; Uso de medida e símbolos dendrométricos; Precisão, exatidão e estimadores; Diâmetro, circunferência e área basal; Princípio de Bitterlich; Altura e relação hipsométrica; Instrumentos de medição; Volumetria: formas dos fustes, determinação e estimativa do volume do fuste; Análise de regressão: importância, ajuste de modelos (volumétricos, hipsométricos, taper e de biomassa) e seleção de equações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CAMPOS, J.C.C.; LEITE, H.G. Mensuração florestal: perguntas e respostas. Viçosa:UFV, 2006.407p. SOARES, Carlos Pedro Boechat Dendrometria e inventário florestal 2ª UFV 2011 MACHADO,S.A.; FIGUEIREDO FILHO, A. Dendrometria. Curitiba: FUPEF, 2003. 309 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

AVERY, E. T.; BURKHART, H. E. Forest measurements. 5ª ed. New York: McGraw-Hill, 2001. 480p.
PRODAN, M.; PETERS, R.; COX, F.; REAL, P. Mensura Forestal. San José: IICA, BMZ/GTZ, 1997. 561 pp.
SCOLFORO, R. S.; THIERSH, C. R. Biometria florestal, medição, volumetria e gravimetria. Lavras: UFLA/FAEPE. Editora UFLA - Univ. Federal de Lavras. 2004, 285p. (Textos Acadêmicos)
SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F.; SOUZA, A. L. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: UFV, 2007. 276p.
WEST, P. W. Tree and Forest Measurement. 2nd. New Zealand: Ed. Springer. 2009, 190p.

Código: IBEF060132	NUTRIÇÃO ANIMAL BÁSICA	CH: 45 horas

EMENTA:
Introdução à nutrição animal básica. Definição de nutrição. Principais nutrientes e funções. Carboidratos com função energética e estrutural (fibras). Proteínas. Lipídeos. Minerais. Vitaminas. Introdução ao estudo de exigências nutricionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOZLOSKI, G. V. Bioquímica dos ruminantes. Santa Maria, RS: UFSM. 3. ed., 2011. 216p.
LANA, R.P. Nutrição e Alimentação Animal (mitos e realidades), Viçosa: UFV, 2005, 344p.
NELSON, D. L.; COC, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. Porto Alegre: Artmed, 5ª edição, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. Jaboticabal: FUNEP. 2011, 616p.
RANDALL, D et. al. Fisiologia Animal: Mecanismos e Adaptações, 4ª ed.; São Paulo: GUANABARA KOOGAN, 2011.
ROSTAGNO, H.S.; SANTIAGO. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011. 186p
Site para consulta: Embrapa Suínos e Aves, CNPSA. Acesso em: www.cnpsa.embrapa.br
VALADARES FILHO, S.C.; PAULINO, P.V.; MAGALHÃES, K.A. Exigências Nutricionais de Zebuínos e Tabelas de Composição de Alimentos – BR Corte,Viçosa: UFV, 2006, 142p.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO QUARTO SEMESTRE

Código: IBEF020103	MICROBIOLOGIA DO SOLO	CH: 60 horas

EMENTA:
A microbiota do solo. Ecologia do solo. Metabolismo e processos microbianos. Matéria orgânica do solo. Xenobióticos do solo. Transformações bioquímicas e ciclo dos elementos no solo. Rizosfera. Fixação biológica de nitrogênio atmosférico. Micorrizas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELO, I. S.; AZEVEDO, J. L. 2a. ed. Microbiologia ambiental. Jaguariuna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2008. 647p.
MOREIRA, F. M. S.; HUISING, E. J.; BIGNELL, B. D. Manual de biologia dos solos tropicais: amostragem e caracterização da biodiversidade. Lavras: UFLA, 2010. 367p.
MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. 2.ed. Microbiologia e bioquímica do solo. Lavras: UFLA, 2006. 729p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALFENAS, A. C; MAFIA, R. G. (Ed.). Métodos em fitopatologia. Viçosa: UFV, 2007. 382p.
ARAÚJO, R. S.; HUNGRIA, M. (editores técnicos). Microrganismos de importância agrícola. Brasília: EMBRAPA-SPI, Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, Centro Nacional de Pesquisa de Soja, 1994. 236p.
MICHEREFF, S. J.; ANDRADE, D. E. G. T.; MENEZES, M. Ecologia e manejo de patógenos radiculares em solos tropicais. Recife: UFRPE – Imprensa Universitária, 2005. 398p.
SIQUEIRA, J. O.; SOUZA, F. A.; CARDOSO, E. J. B. N.; TSAI, S. M. Micorrizas: trinta anos de pesquisas no Brasil. Lavras: UFLA, 2010. 716p.
MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O.; BRUSSAARD, L. (Ed.) Biodiversidade do solo em ecossistemas brasileiros. Lavras: UFLA, 2008. 768p.

Código: IBEF020105	AGRICULTURA GERAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Conceito, importância e complexidade da agricultura. Disponibilidade, aptidão, adequação e incorporação de terras para agricultura. Desbravamento e limpeza dos campos. Preparo do solo. Plantio, semeadura e tratos culturais. Adubação verde, orgânica e mineral. Consorciação de culturas. Rotação de culturas. Plantio direto. Erosão. Práticas edáficas, vegetativas e mecânicas de controle à erosão. Manejo agronômico-ecológico de microbacias hidrográficas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELLO, F. A. F.; SOBRINHO, M. O. C. B.; ARZOLLA, S.; SILVEIRA, R. I. NETTO, A. C.; KIEHL, J. C. Fertilidade do solo. São Paulo: Nobel, 1983. 400 p.
SOUZA, C. M.; PIRES, F. R. Adubação Verde e Rotação de Culturas. Ed. UFV. Ciências Agrárias - 96. Caderno Didático. 72p. 2002.
SIQUEIRA, D. L.; PEREIRA, W. E. Planejamento e implantação de pomar. Editora Aprenda Fácil, Viçosa, 2000, 171p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. LIVROCERES. 368 p. 1985. Revista Brasileira de Ciência do Solo.
DEMATTÊ, J.L.I. Manejo de Solos Tropicais Úmidos. Região amazônica. 1988. fundação Cargill. Campinas, SP.
MORAN, M.S.; IONOUE, Y.; BARNES, E.M. Opportunities and limitations for image-based remote sensing in precision crop management. Remote Sensing Environment, v.61, p.319-346, 1997.`
RAIJ, B. VAN. Fertilidade do solo e adubação. Piracicaba: Ceres, Potafós, 1991. 343 p.

SÁ, J. C. de M. Manejo da fertilidade do solo no plantio direto. Castro: Fundação ABC, 1993. 96 p.

Código: IBEF020107	ZOOTECNIA GERAL	CH: 60 horas
EMENTA: Ação do ambiente natural sobre os animais domésticos. Noções de melhoramento animal. Noções de nutrição animal. Noções de forragicultura. Sistemas de criação e exploração de animais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOMINGUES,O. (1968). Introdução à zootecnia. Serviço de informação agrícola, ma: rio de janeiro, 392pp. LUCHIARI FILHO, A. 2000. Pecuária da carne bovina. São Paulo: A. Luchiari Filho, 134p. MAFESSONI, E. L. Manual prático de suinocultura. Passo Fundo: Editora Universitário de Passo Fundo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALCANTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: Gramíneas e leguminosas. Nobel; São Paulo, 1999. CLUTTON-BROCK, j. (1999). A natural history of domesticated mammals. Cambridge University Press: Cambridge-uk, 238pp. JADHAV, N. Manual prático para cultura das aves. 2. ed. Andrei, 2006. MAYR, E. Populações, espécies e evolução. Companhia editora nacional: são Paulo, 485pp. 1970. SHORROCKS, B. A origem da diversidade. Edusp: São Paulo, 1980. 181 p.		

Código: IBEF020107	ENTOMOLOGIA GERAL	CH: 60 horas
EMENTA: Importância, diversidade e conservação dos insetos. Amostragem e curadoria de insetos. Morfologia externa dos insetos. Anatomia interna e fisiologia dos insetos. Crescimento, metamorfose e reprodução dos insetos. Ordens e identificação dos insetos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORROR, D.J; DELONG, D.M. Introdução ao Estudo dos Insetos. São Paulo - SP. 1988 - Editora Edgard Blu Ltda. 635 p. BRUSCA, C. R.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. Rio de Janeiro – RJ. 2007 – Editora Guanabara Koogan, 2ª Ed.. 2007. 968p. BUZZI, Z. J. Entomologia Didática. Curitiba – PR, 2002 – Editora UFPR, 4ª ed.. 347p. GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. Os insetos: um resumo de entomologia. Davis: 3 ed. Roca, 440p. 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR COSTA, C.; IDE, S. & SIMONKA, C. E. Insetos imaturos: Metamorfose e identificação. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 249p.		

PANIZZI, A. R.; PARRA, R. P. (editores). Ecologia nutricional de insetos e suas implicações no manejo de pragas. São Paulo - SP, 1991. Editora Manole Ltda. 359 p.
PANIZZI, A. R.; PARRA, R. P. (editores). Bioecologia e Nutrição de Insetos: Base para o manejo integrado. Embrapa. 2011. 1164p.
RUPPERT, E. E.; FOX, R. S. & BARNES, R. D. Zoologia dos invertebrados: uma abordagem funcional-evolutiva. São Paulo – SP. . Roca, 2005. 1168p.
SILVEIRA NETO, S.; NAKANO, O.; BARBIN, D. et al. Manual de Ecologia dos Insetos. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1976.

Código: IBEF050037	BIOTECNOLOGIA AMBIENTAL	CH: 45 horas

EMENTA:
Biodiversidade e Biotecnologia. Bioprospecção. Biorremediação. Fitorremediação. Segurança Ambiental. O princípio da precaução. Agrossistemas transgênicos. O papel ecológico dos micro-organismos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BORÉM, A.; GIÚDICE, M.D. Biotecnologia e Meio Ambiente. Ed. Viçosa. 2008.
BORZANI, W.; SCHMIDELL, W.; ALMEIDA LIMA, U.; AQUARONE, E. Biotecnologia Industrial. V. 1 a 4. Edgard Blücher Ltda, São Paulo, 2001.
CRUEGER, W.; CRUEGER, A. Biotecnologia: manual de microbiologia industrial. Zaragoza: Editorial Acribia, S.A., 1993

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
ACEVEDO, F.; GENTINA, J.C.; ILLANES, A. Fundamentos de Engenharia Bioquímica. Valparaíso: Ediciones Universitarias de Valparaíso, 347 p., 2002.
BALASUBRAMANIAN, D; DHARMALINGAM, C.F.A.; GREEN, J.; JAYARAMAN, K. Concepts in Biotechnology. India: University Press, 1996.
BROCK, T.D.; MADIGAN, M.T.; MARTINKO, J.M.; PARKER, J. Biology of Microorganisms. 7 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1994.
CARNEIRO, F.; EMERICK, M.C. Limite: a ética e o debate jurídico sobre acesso e uso do genoma humano. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 240 p. 2000.
RATLEDGE, C.; KRISTIANSEN, B. Basic Biotechnology. 2nd ed. New York: Cambridge University Press, 2006.

Código: IBEF040002	ECOLOGIA FLORESTAL	CH: 60 horas

EMENTA:
O que diferencia a floresta de outros ambientes não florestais? Biomas florestais no mundo. Ecossistemas florestais na Amazônia. Padrões espaciais e temporais de alguns grupos de plantas nos trópicos. Fatores bióticos a abióticos que regulam as populações de plantas florestais: solo, temperatura, umidade, polinização, dispersão, predação de sementes, herbivoria. Fragmentação florestal e metapopulações. Teorias sobre a diversidade de árvores nos trópicos. Como medir a

diversidade alfa e beta. Sucessão florestal. O efeito do fogo nas florestas tropicais. Conservação das florestas tropicais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GUREVITCH, J., SCHEINER, S. M., FOX, G. A. 2009. Ecologia Vegetal. Editora Artmed. 592 p. MARTINS, S. V. 2009. Ecologia de florestas tropicais do Brasil. Editora UFV. 261 p. O'BRIEN, M. J.; O'BRIEN, C. M. 1995. Ecologia e modelamento de florestas tropicais. MEC, 400 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. L. 2007. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Ed. Artmed, 752 p. CAVALCANTI, R.B. Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil. Belém: Sociedade Civil Mamiraua, 2005. 256p. JANZEN, D. H. 1980. Ecologia vegetal nos trópicos. Ed. EPU. 91 p. LEAO, R. M. A floresta e o homem. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo: Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais, 2000. 434p. ODUM, E.P.; BARRETT, G.W. Fundamentos de ecologia. Cengage Learning, 2008. 612p

Código: IBEF040007	SEMENTES E VIVEIROS FLORESTAIS	CH: 45 horas
EMENTA: Sementes. Formação de sementes. Germinação. Dormência. Vigor e senescência. Seleção de matrizes. Coleta de sementes florestais. Beneficiamento, secagem e armazenamento de sementes florestais. Análise de sementes florestais. Viveiros florestais (definição, classificação e estrutura). Técnicas de produção de mudas florestais (Embalagens, substratos, adubação, irrigação e tratos culturais). Propagação sexuada e assexuada de mudas florestais. Projeto de Viveiro Florestal (dimensionamento, instalação, custos e legalização de viveiros florestais).		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARROSO, G.M., Morim, M. P., Peixoto, A. L., Ichaso, C. L. F. Frutos e sementes: morfologia aplicada à sistemática de dicotiledôneas. UFV, Viçosa. 1999. 443p. MAPA. Regras para análise de sementes. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília : Mapa/ACS, 2009. 399 p. VIDAL, W. N.; VIDAL, M. R. R. Botânica – organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos – 4ª Ed. Viçosa: Editora UFV, 2007.124p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AGUIAR, I. N.; PINA-RODRIGUES, F. C. M.; FIGLIOLIA, M. B. Sementes Florestais Tropicais. Brasília, DF. 1993. 350p. CARVALHO, M.S. Manual de reflorestamento: com base em trabalhos realizados no Pará. - Belém: Sagrada Família. 2006. 119p. MACEDO, A.C. Produção de mudas em viveiros florestais: espécies nativas. São Paulo: Fundação florestal, 1993.		

PAIVA, H.N.; GOMES, J.M. Viveiros florestais. Viçosa: UFV, 2000. 69 p. (Cadernos didáticos, 72).
WENDLING, I.; GATTO, A.; PAIVA, H. N.; GONÇALVES, W. Planejamento e instalação de viveiros. Editora UFV, VIÇOSA-MG. 122p. 2000.

Código: IBEF060008	ALIMENTOS E ADITIVOS	CH: 45 horas

EMENTA:
Nomenclatura internacional e classificação dos alimentos. Características dos alimentos volumosos e dos alimentos concentrados proteicos e energéticos utilizados em rações animais. Necessidades de suplementação vitamínico-minerais e uso de aditivos em rações. Aditivos na alimentação de ruminantes e não ruminantes. Alimentos alternativos e princípios tóxicos dos alimentos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BERCHIELLI, T. T.; PIRES, A. V.; OLIVEIRA, S. G. Nutrição de ruminantes. 2ª Ed. Jaboticabal: FUNEP. 2011, 616p.
LANA, R.P. Nutrição Alimentação Animal: (mitos e realidades). 2 ed. Viçosa: UFV, 2007, 344p.
LANA, ROGÉRIO DE PAULA. Sistema Viçosa de Formulação de Rações, 4ª ed., editora UFV, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
FRAPE, D. Nutrição & alimentação de eqüinos. São Paulo: Roca. 3. ed, 2008.
GOMES, J.C. OLIVEIRA, G. F. Análises Físico-Químicas de Alimentos. Viçosa. UFV. 2011.
ROSTAGNO, H.S.; SANTIAGO. Tabelas brasileiras para aves e suínos: composição de alimentos e exigências nutricionais. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2011. 186p
SALINAS, R.D. Alimentos e nutrição: introdução à bromatologia. Porto Alegre: Artmed, 3.ed. 2008.
VALADARES FILHO, S.C.; SEBASTIÃO, C.. et al. Tabelas brasileiras de composição de alimentos para bovinos. 10.ed. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; Suprema Gráfica Ltda. 2010. 329p.

Código: IBEF020120	FERTILIDADE DO SOLO	CH: 60 horas

EMENTA:
Visão geral sobre a fertilidade do solo. Elementos essenciais às plantas. Transporte de nutrientes no solo. Reação do solo. Correção da acidez. Matéria orgânica. Nitrogênio. Fósforo. Potássio. Enxofre. Micronutrientes. Avaliação da fertilidade do solo e recomendação de adubação. Aspectos econômicos e implicações ecológicas do uso de corretivos e fertilizantes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALVAREZ V., VÍCTOR HUGO; ALVAREZ V., GUSTAVO. A. M. Grandezas, dimensões, unidades (SI) e constantes utilizadas em química e fertilidade do solo. Viçosa, MG: O autor, 2008. 89 p.: il.

NOVAIS, R. F. (et al.). Fertilidade do Solo.Viçosa, MG: SBCS, 2007. 1017 p.
SIQUEIRA , JOSÉ OSWALDO (et al.). Inter-relação fertilidade, biologia do solo e nutrição de plantas. Soil Fertility, soil biology, and plant nutrition interrelationships. Viçosa: SBCS, Lavras:UFLA/DCS, 1999. 818 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CESINSKI, E. et al. Tecnologia de produção de fertilizantes. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. (Publicação IPT nº 1816). 1990. 237p.
COMISSÃO DE FERTILIDADE DO SOLO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. 5ª aproximação, 1999. 359p.
RAIJ, B. van et al. Fertilidade do solo e adubação. Associação Brasileira para pesquisa da potassa e do fosfato - POTAFOS. Editora Agronômica CERES, 1991. 343p.
RAIJ, B. van. Acidez e Calagem. IN: SEMINÁRIO SOBRE CORRETIVOS DA ACIDEZ DO SOLO (2.: 1989: Santa Maria, RS). Anais do II Seminário sobre corretivos da acidez do solo. Santa Maria: Edições UFSM, 1989. p. 74-100
SIQUEIRA, J.O. & FRANCO, A.A. Biotecnologia do solo - fundamentos e perspectiva. MEC/FAEPE/ABEAS. Série Agronômica, 1998. 235p.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO QUINTO SEMESTRE

Código: IBEF020033	AGROSSILVICULTURA	CH: 45 horas

EMENTA:
Definição e caracterização geral dos sistemas agroflorestais. Classificação dos sistemas agroflorestais. Vantagens e Desvantagens dos sistemas agroflorestais. Sistemas agroflorestais e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Aspectos ecológicos e sócio-econômicos dos Sistemas Agroflorestais. Implantação e Manejo de Sistemas agroflorestais. Sistemas e práticas agroflorestais de maior importância na Amazônia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAMA-RODRIGUES, A.C. et al. Sistemas agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006.
GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005 653 p.
PORRO, R. (Ed.). Alternativa agroflorestal na Amazônia em transformação. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2009. 825 p. il.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, MARGARIDA M; ALVIM, MAURÍLIO JOSÉ; CARNEIRO, J. C. Sistemas Agroflorestais Pecuários: opção de sustentabilidade para áreas tropicais. Brasília: Embrapa, 2001.
DUBOIS, J. C. L; VIANA, V. M. & ANDERSON, A. B. 1996. Manual Agroflorestal para a Amazônia, vol.1. Rio de Janeiro, RJ: REBRAF/Fundação Ford, 1996, 228 p.

KRISHNAMURTHY, L.; ÁVILA, M. 1999. Agroforesteria Básica. Serie Textos Básicos para la Formación Ambiental n.3. Mexico, Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente. 340p.
SMITH, N.; DUBOIS, J.; CURRENT, D.; LUTZ, E. & CLEMENT, C. Experiências Agroflorestais na Amazônia Brasileira: Restrições e Oportunidades. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Floresta Tropicais do Brasil, 1998. 146p.
VIVAN, J. L. Agricultura e florestas. Guaíba, RS: Ed. Guaíba, 1998.

Código: IBEF020108	HIDRÁULICA, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	CH: 75 horas

EMENTA:
Hidrostática e hidrodinâmica. Escoamento em condutos forçados. Pequenas barragens de terra. Instalações de recalque. Escoamento em condutos livres. A água no solo. Relações solo-água-planta e atmosfera. Irrigação por aspersão. Irrigação localizada. Irrigação por superfície. Drenagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERNARDO, S. Manual de irrigação. Viçosa, Editora da UFV, 1989. 596p.
CRUCIANI, D.E. A drenagem na agricultura. São Paulo: Nobel, 1983. 337p.
CRUCIANI, D.E. Hidrologia. Piracicaba: Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz”, 1997. 143p.
BERGAMASCHI, H., BERLATO, M.A., MATZENAUER, R., et al. Agrometeorologia aplicada à irrigação. Porto Alegre, UFRGS, 1992. 125p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSIS, F.N.; ARRUDA, H.V. DE; PEREIRA, A.R. Aplicação de estatística à climatologia. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1996. 161p.
BRASIL – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA/SECRETARIA NACIONAL DE IRRIGAÇÃO/DEPARTAMENTO NACIONAL DE METEOROLOGIA Normais Climatológicas. Brasília:DNMET, 1992. 84p.
CARLESSO, R., ZIMMERMANN, F. L. Água no solo: Parâmetros paradimensionamento de sistemas de irrigação. Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2000, 88p. (Caderno Didático, n. 3).
PEREIRA, A.R.; VILLA NOVA, N.A. & SEDIYAMA, G.S. Evapo(transpi)ração. Piracicaba, FEALQ, 1997. 183 p.
REICHARDT, K. A água em sistemas agrícolas. São Paulo, Manole, 1987. 188p.

Código: IBEF020110	FITOPATOLOGIA GERAL	CH: 60 horas

EMENTA:
História da fitopatologia. Importância das doenças de plantas. Agentes causais de doença. Sintomatologia e diagnose de doenças de plantas. Ciclo da relação patógeno-hospedeiro. Mecanismos de ataque dos patógenos. Mecanismos de defesa do hospedeiro. Epidemiologia. Princípios gerais e práticas de controle. Grupo de doenças de plantas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGRIOS, G. N. 5th. Plant pathology. Amsterdam: Elzevier Academic Press, 2005. 948p.
AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; BERGAMIN FILHO, A. (editores técnicos). Manual de fitopatologia: volume 1: princípios e conceitos. 4. ed. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2011. 704p.
ZAMBOLIM, L.; JESUS JÚNIOR, W. C. J.; PEREIRA, O. L. O essencial da fitopatologia – agentes causais v.1. Viçosa: UFV, 2012. 364p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALFENAS, A. C.; MAFIA, R. G. (Ed.). Métodos em fitopatologia. Viçosa: UFV, 2007. 382p.
BERGAMIN FILHO, A.; AMORIM, L. Doenças de plantas tropicais – epidemiologia. Ceres, 1996. 289p.
BLUM, L. E. B.; CARES, J. E.; UESUGI, C. H. Fitopatologia: o estudo das doenças de plantas. Brasília: Otimismo, 2006. 265p.
MIZUBUTI, E. S. G.; MAFFIA, L. A. Introdução à fitopatologia. Viçosa: UFV, 2006. 190p. (Caderno didático; 115).
ROMEIRO, R. S. 2a. ed. Bactérias fitopatogênicas. Viçosa: UFV, 2005. 417p.

Código: IBEF020112	NUTRIÇÃO MINERAL DE PLANTAS	CH: 45 horas

EMENTA:
Nutrientes minerais essenciais. Composição mineral das plantas. Cultivo de plantas em solução nutritiva. Absorção e transporte de nutrientes. Diagnose do estado nutricional de plantas. Nutrição foliar. Nutrição e qualidade de produtos agrícolas. Relações entre nutrição mineral, doenças e pragas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FONTES, P. C. R., Diagnóstico do estado nutricional das plantas. Viçosa: UFV, 2004. 122 p.
EPSTEIN, E., BLOOM, A. Nutrição Mineral de Plantas: princípios e perspectivas. 2 ed. Londrina: Editora Planta, 2006. 403 p.
SILVESTRE, Manlio (Editor). Nutrição Mineral de Plantas. Viçosa, MG: SBCS, 2006. 432 p.
MALAVOLTA, E. Manual de Nutrição Mineral de Plantas. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 2006, 638 p.
MARENCO, R.A.; LOPES, N.F. Fisiologia Vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 2 ed. Viçosa: Ed. UFV, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASALI, C. A. Fisiologia vegetal - práticas em relações hídricas, fotossíntese e nutrição mineral. 1ª edição. Editora Manole Biomedicina, 2006. 466 p.
EPSTEIN, E. Mineral nutrition of plants: principles and perspectives. John Wiley and Sons, New York. 1972, 412p.
LONERAGAN, J. F. Plant nutrition in the 20th and perspectives for the 21st century. Plant and Soil, 196:163-174, 1997.
MALAVOLTA, E., VITTI, G. C. & OLIVEIRA, S. A. Avaliação do estado nutricional das plantas: princípios e aplicações. Piracicaba, Potafos, 1989. 201 p.

SALISBURY, F. B. & ROSS, C. W. Plant physiology. Belmont, Wadsworth Publ. Co, 1991. 682 p.

Código: IBEF050055	BIOTECNOLOGIA ANIMAL	CH: 45 horas
EMENTA: Introdução à Biotecnologia Animal. Descrição dos métodos e ferramentas utilizadas no estudo e alteração do genoma animal e suas aplicações na indústria. Inseminação Artificial. Inseminação artificial em tempo fixo. Transferência de embriões. Fertilização in vitro. Desenvolvimento de micro-organismos. Desenvolvimento vacinas e técnicas de diagnóstico. Cultura de Células. Clonagem. Animais Transgênicos. Células-tronco. Aspectos éticos na biotecnologia animal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; WALTER, P; et al. Biologia Molecular da Célula. 5ª ed. Porto Alegre/ RS: ArtMed, 2010. ALMEIDA de, M. R.; MORAES, M. P.; PATARROYO, J. H.; VIDIGAL, P. M. P. & BORÉM, A. Biotecnologia e Saúde Animal. Editora da UFV, 2007. COUTINHO, L. L.; ROSARIO, M. F. do; JORGE, E. C. Biotecnologia animal. Estudos avançados. Vol. 24, n.70, 2010. MORAES, A. M.; AUGUSTO, E. F. P.; CASTILHO, L. R. Tecnologia de Cultivo de Células Animais – de Biofármacos à Terapia Gênica. 1a ed. São Paulo/SP: Roca, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DRLICA, K. A. Compreendendo o DNA e a Clonagem Gênica. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. MASTERS, J. Animal Cell Culture: A Practical Approach. Oxford, UK: Oxford University Press, 2000. MICKLOS, D. A.; FREYER, G. A. A ciência do DNA. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MORALES, M. M. Terapias Avançadas - Células-Tronco , Terapia Gênica e Nanotecnologia Aplicada À Saúde. 1º ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2007. MENEGOTTO, M. Clones e Transgênicos. 1º ed. Porto Alegre: WS Editor, 2003. WATSON, J. D.; MYERS, R. M.; CAUDY, A. A.; WITKOWSKI, J. A. DNA Recombinante - Genes e Genomas. 1ª ed. Porto Alegre,/ RS: ARTMED, 2009.		

Código: IBEF 050039	BIOTECNOLOGIA VEGETAL	CH: 60 horas
EMENTA: O curso enfocará métodos e aplicações da biotecnologia de plantas incluindo técnicas de biologia molecular como transformação de plantas, Tecnologia do DNA recombinante, transposons, silenciamento genético e cultura de células e tecidos. Marcadores moleculares em plantas. Fusão de protoplastos. Implicações do sequenciamento dos genomas vegetais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA RAVEN, Peter H. Biologia Vegetal. 7ed. Guanabara Koogan. 2007. LEHNINGER, A. L. Princípios de bioquímica. São Paulo: Savier, p. 194, 195 e 553. 1985.		

SLATER A, Nigel W. Scott, Mark R. Fowler (2008) Plant Biotechnology: The genetic manipulation of plants. Oxford University Press. 2 edition. USA
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PULGA, N. T. Glossário de Biotecnologia Vegetal. Edit. Manole. 1991. FERREIRA, M.E., GRATTAPAGLIA, D. Introdução ao uso de marcadores moleculares em análise genética. 2 ed. Brasília: EMBRAPA – CENARGEN, 1996. 220 p. FERRI, M. G. Fisiologia Vegetal. Ed. EPU São Paulo. 2ª rev. 2007. GONÇALVES, E. G. Morfologia vegetal. Instituto Plantarum de Estudos da Flora. 5ed. 2007. AZEVEDO, M.O.; FELIPE, M.S.S.; BRÍGIDO, M.M.; MARANHÃO, A.Q.; DE-SOUZA, M.T. (Org.) Técnicas básicas em biologia molecular. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. 212 p.

Código: IBEF040008	ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA RURAL	CH: 45 horas
EMENTA: Introdução à sociologia. A formação e o desenvolvimento da sociedade rural brasileira. O estudo das sociedades camponesas. Discussão sobre o campesinato no Brasil As transformações (industrialização e urbanização) na estrutura da sociedade agrária; as trajetórias rurais no Brasil e a conformação socioeconômica e ambiental mais expressiva; conceitos e presença das populações rurais no Brasil e na Amazônia; Gênero, estratificação e movimentos sociais. A compreensão da ocupação humana na Amazônia, a trajetória de fronteira como extensão do processo de industrialização e urbanização do Brasil; os desafios atuais impostos por mudanças nos paradigmas científicos e de desenvolvimento. Direitos humanos e o respeito às diferenças sociais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. SP: Hucitec, 1992 ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. RS: Ed. Universidade / UFRGS, 1997. CHAYANOV, A.V. La organización de la unidad economica campesina. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1976		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CASTRO, E; PINTON, F. Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém Cejup: NAEA, 1997. p. 95 – 106. FLORIANI, D. Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n 1, p. 21 – 40. jan/jun. 2000. GARCIA Jr., Afrânio. O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo / Brasília: Marco Zero / CNPq-UnB, 1990. GOOLDMAN, David, SORJ, Bernardo e WILKINSON, John. Da lavoura as biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional. RJ: Ed. Campus, 1990. JOLLIVET, Marcel. “Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas". Estudos Econômicos, São Paulo: USP, v. 24, n. especial, p. 183 – 198, 1994.		

Código: IBEF040010	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CH: 45 horas
EMENTA: Fundamentos da Educação Ambiental. A crise ambiental e o nascimento da Educação Ambiental. As bases internacionais para a Educação Ambiental. Leis brasileiras para o ambiente e a educação. Desenvolvimento e educação ambiental. A Educação Ambiental como tema transversal no ensino médio. Experiências de Educação Ambiental no Brasil e, em especial, na Amazônia. Políticas de ocupação e desenvolvimento regional. Planejamento ambiental. Políticas ambientais e fontes de financiamento. Ecoturismo na região.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ITABORAHY, L. C. (Org.). Educação ambiental e conscientização comunitária. Porto Trombetas: FVT, 2002. PEDRINI, A. G (ORG.). Educação ambiental: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2002. LOUREIRO, C. F. B. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR DIAS, G.F. 2004. Ecopercepção: um resumo didático dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia. 63p. DIAS, G.F. 2004. Educação Ambiental: princípios e práticas. 9 ed. São Paulo: Gaia. 551p. SARIEGO, J.C. Educação ambiental: as ameaças ao planeta azul. São Paulo: Scipione. 208p. SATO, M. 2003. Educação Ambiental. São Carlos: Rima. 66p. SORRENTINO, M; TRAJBEr, R; MENDONÇA, R.P; FERRARO JUNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005, 285.		

Código: IBEF020030	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO AGRÁRIA	CH: 45 horas
EMENTA: Ocupação do território e a constituição da propriedade privada da terra no Brasil. Legislação agrária: Sesmarias, Lei de terras de 1850, Estatuto da terra e o Estatuto do trabalhador rural. Função social da terra. Aspectos legais de posse e uso da terra e de política agrária e creditícia. Conflitos agrários e a Política Nacional de Reforma Agrária. Ordenamento territorial e as políticas fundiárias. Política Nacional do Meio Ambiente e seus instrumentos de proteção ambiental. O CONAMA, o SNUC e o Código Florestal: histórico, legislação e impactos. Legislação sobre proteção da diversidade ambiental e cultural. Conexões entre políticas fundiárias, políticas agrícolas e políticas ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BARROS, W.P. Curso de Direito Agrário. Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2013. 378p. BRASIL. Estatuto da terra e legislação agrária: lei nº 4.504, de 30 de novembro d 1964; legislação complementar; índice remissivo. 2008		

MILARÉ, E. Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência e glossário. 7ª ed. Rev. Atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANOTILHO, J.J.G.; LEITE, J.R.M. Direito Constitucional Ambiental Brasileiro. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2012
COY, M; KOHLHEPP, G. Amazônia Sustentável. Desenvolvimento sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais. Rio de Janeiro: Garamond.2005.
FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 14. ed. 2013
TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais – ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
MARQUES, Benedito Ferreira. Direito agrário brasileiro. 8. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2009. xxiv, 256 p.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO SEXTO SEMESTRE

Código: IBEF020013	TOPOGRAFIA E CARTOGRAFIA	CH: 60 horas

EMENTA:
Noções de Cartografia e geodésia. Introdução ao georreferenciamento. Fundamentos de Geodésia geométrica. Representação plana do modelo geodésico da terra. Grandezas de medição. Introdução ao Ajustamento de Observações. Métodos de levantamento planialtimétrico. Posicionamento por satélites artificiais. Locação. Instrumentos e métodos. Desenho topográfico. Mapas temáticos. Cartografia digital. Softwares aplicados à topografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, A. C. Topografia aplicada à Engenharia Civil. V. 1. Editora Edgard Blucher, 2002, 2ª edição.
COMASTRI, J. A., TULER, J. C. Topografia – Altimetria. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1977. 36 p.
LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea – Planimetria. Editora: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ESPARTEL, Lelis. Curso de Topografia. Porto Alegre, Editora Globo, 1965. 655 p.
LOCH, R.E.N. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Editora da UFSC. 2006.
MARCHETTI, D. A. B. e GARCIA, G. J. Princípios de fotogrametria e fotointerpretação. São Paulo, Nobel. 1977.
MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 1991.
OLIVEIRA, C. Dicionário Cartográfico. IBGE, Rio de Janeiro, 1993. 645p.

Código: IBEF040018	INVENTÁRIO FLORESTAL	CH: 60 horas

EMENTA:

Introdução: definição de inventário florestal, relação com outras disciplinas. Teoria da Amostragem - conceitos básicos: amostra, unidade de amostra, população (finita e infinita), variável. A estatística na teoria da amostragem (precisão e viés), variáveis observadas no inventário (medidas de tendência central, medidas de dispersão e medidas de precisão). Amostragem Simples Aleatória (ASA). Amostragem Aleatória Estratificada (AAE). Amostragem Sistemática. Amostragem em Conglomerados. Planejamento do Inventário Florestal. Amostragem em Múltiplas Ocasiões (Inventário Contínuo).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA QUEIROZ, W. T. Técnicas de Amostragem em Inventário Florestal nos Trópicos. Belém: Serviço de Documentação e Informação da FCAP, 1998. v 1. 170 p. SOARES, C. P. B.; NETO, F. P.; SOUZA, A. L. de. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: Ed UFV, 2006, 276 p. SANQUETA, C. R.; WATZLAWICK, L. F; CÔRTE, A. P. D.; FERNANDES, L. de A. V. Inventários florestais: planejamento e execução. Curitiba: Multi-Graphic Gráfica e Editora, 2006, 271 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BATISTA, J.L.F. Mensuração de Árvores: uma introdução à Dendrometria. LCF-ESALQ/USP, Piracicaba, 1998. CAMPOS, J. C. C; LEITE, H. G. Mensuração florestal: perguntas e respostas. 2.ed. rev. ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006. 470p. QUEIROZ, W.T. Amostragem em inventário florestal. Belém: Ufra, 2012.441p. QUEIROZ, W. T. Técnicas de Amostragem em Inventário Florestal nos Trópicos. Belém: Serviço de Documentação e Informação da FCAP, 1998. v 1. 170 p. SCOLFORO, J. R. Inventário Florestal. Lavras, ESALF/FAEPE. 1993. 228p.

Código: IBEF040019	MECANIZAÇÃO E COLHEITA FLORESTAL	CH: 60 horas
EMENTA: 1 - Conceitos básicos sobre colheita/exploração florestal; 2 - Panorama da colheita em florestas plantadas no Brasil; 3 - Sistemas de Exploração Florestal: toras curtas, toras longas, árvores inteiras, árvores completas e cavaqueamento. 4 - Máquinas utilizadas nos sistemas de exploração florestal e suas principais funções. 5 - Colheita florestal em florestas nativas: considerações iniciais sobre a sua condução no passado e na atualidade; 5.1 - Fase de pré-colheita; 5.1.1- Macrozoneamento (construção de rede viária, construção de pontes/bueiros, delimitação de unidades de produção e unidades de trabalho, inventário amostral); 5.1.2 - Microzonemento (censo florestal, caracterização e descrição física da área, corte de cipós), elaboração de mapas pré-colheita, planejamento de infraestrutura (estradas secundárias e pátios de estocagem de toras); 5.2 - Fase de colheita; 5.2.1 - Técnicas de abate de árvores, utilização do mapa de corte, plotagem da direção de queda no mapa de corte, planejamento de arraste de toras, técnicas de traçamento/destopamento de toras, técnicas arraste de toras, operações de pátio de estocagem de toras (romaneio, controle da cadeia de custódia, empilhamento, carregamento e transporte primário), descarregamento; 5.2.2 - Tópicos de operação e manutenção de motosserra; 5.2.3 - Operação e mecânica básica de Skidder e Carregadeira		

frontal; 5.3 - Fase de Pós-colheita; 5.3.1- Avaliação de danos da colheita, tratamento silvicultural, manutenção de infraestrutura (pátios de estocagem de toras, estradas primárias, estradas secundárias); 5.3.2 Principais tipos de maquinários utilizados na manutenção de infraestrutura (trator de esteira, carregadeira, motoniveladora, caçamba, rolo compactador) e materiais utilizados para recapeamento; 6 - Transporte Florestal: rodoviário, ferroviário, hidroviário, aeroviário e dutoviário; 6.1 - Tipos de veículos para transporte florestal rodoviário; Classe de veículos; 6.1.1 Lei da balança; 7 - Custos operacionais; 8 – Segurança no trabalho.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOLMES, T.P.; BLATE, G.M.; ZWEEDE, J. C.; PEREIRA JÚNIOR, R.; BARRETO, P.; BOLTZ, F. Custos e benefícios financeiros da exploração florestal de impacto reduzido em comparação à exploração florestal convencional na Amazônia Oriental. Belém. Fundação Floresta Tropical. 2002. MACHADO, C. C. Colheita florestal. Viçosa. Editora UFV. 2004. NOGUEIRA, M.M.; VIEIRA, V.; SOUZA, A.; LENTINI, M.C. Manejo de florestas naturais da Amazônia: Corte, Traçamento e Segurança. Manual Técnico 2. Belém. Instituto Floresta Tropical. 2011.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AMARAL, P. VERÍSSIMO, A.; BARRETO, P.; VIDAL, E. Floresta para sempre: um manual para a produção de madeira na Amazônia. Belém. IMAZON. 1998. GADANHA JR., C.D.; MOLIN, J.P.; COELHO, J.L.D.; YAHN, C.H.; TOMIMORI, S.M.A.W. Máquinas e implementos agrícolas do Brasil. São Paulo: NSI-MA/CIENTEC, 1991. 468p. LOPES, E. S.; MINETTI, L.J.; SOUZA, A.P. & MACHADO, C.C. Operação e Manutenção de Motosserras – Manual Técnico. Editora Aprenda Fácil 2001. NOGUEIRA, M.M.; LENTINI, M.W.; PIRES, I.P.; BITTENCOURT, P.G.; ZWEED, J.C. Procedimentos simplificados em segurança e saúde do trabalho no manejo florestal. Manual Técnico 1. Belém. Instituto Floresta Tropical. 2010. SEIXAS, F. Mecanização e exploração florestal. Notas de aula. Piracicaba, LCF-ESALQ, 1998. 125 p

Código: IBEF040027	ESTRUTURA E VALORAÇÃO DE FLORESTA	CH: 60 horas
EMENTA: Regeneração Natural: conceito, importância, fatores condicionantes e inventário; Análise fitossociológica e estrutura paramétrica: composição florística, padrão de distribuição espacial, estrutura horizontal, estrutura vertical, regeneração natural, distribuições de densidade, área basal e volume e parâmetros qualitativos; Sistemas Silviculturais: classificação, etapas, fatores econômicos, ecológicos e sociais, sistemas desenvolvidos para zona tropical e exemplos de aplicação no Brasil; Métodos de valoração florestal: valoração por contingente, valor presente líquido, custo – preço e avaliação por componente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA MATTEUCCI, S.D.; COLMA, A. Metodologia para el estúdio de la vegetacion. Washington: OEA, 1982. 167 p.		

NOGUEIRA, J.M.N.; RODRIGUES, A. A. Manual de valoração econômica de florestas nacionais. Brasília: IBAMA/FUNTEC, 2007. 49p.
PIRES O'BRIEN, M. J.; O'BRIEN, C. M. Ecologia e modelamento de florestas tropicais. Belém: FCAP - Serviço de documentação e Informação. 1995. 400p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BISHOP, J. et al. The economics of tropical forest land use options: apreliminary review of the literature. London: London Environmental Centre, 1992.
BROWER, J. E.; ZAR, J. H. Field and laboratory methods for general ecology. 2. ed. Dubique: Win. C. Brown Publishers, 1977. 226 p.
HALLE, F.; OLDEMAN. R.A.A.; TOMLINSON , P.B. Tropical trees and forests: an architectural analysis. New York: Springer-Verlag, 1978. 441p.
JANKAUSKIS, J. Recuperação de florestas tropicais mecanicamente exploradas. Belém: SUDAM, 1978. 58p.
MATTHEWS, J. D. Silvicultural systems. Oxford: Oxford University Press, 1994. 284 p.

Código: IBEF0014	TECNOLOGIA E FORMULAÇÃO DE RAÇÕES	CH: 60 horas

EMENTA:
Informações necessárias para formulação de rações. Tabelas de composição nutricional dos alimentos para os animais. Exigências nutricionais de animais. Métodos de formulação de rações para animais. Necessidades de suplementação vitamínico-minerais e uso de aditivos em rações. Software de Formulação de rações. Técnica de mistura de rações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FRANCO, G. Tabela de composição química dos alimentos. São Paulo, Editora: Atheneu. 9. ed. 2008.
LANA, R.P. Sistema Viçosa de formulação de rações – 4. Ed. Editora: UFV, 2007.
ROSTAGNO, H.S. Tabelas brasileiras para aves e suínos. 3. ed. Editora: UFV, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIGUETO, J. M. Coleção: Nutrição animal. Vol. 1, 2 e 3. 2. ed. Editora: NOBEL, 2002.
COUTO, H. P. Fabricação de rações e suplementos para animais. 2. Ed. Aprenda fácil. 2012
NUNES, I. J. Cálculo e avaliação de rações e suplementos. Editora FEP/MVZ, 1998.
RIBEIRO, R.C. Compendio de rações para cães e gatos. Editora VARELA, 1998.
VALADARES FILHO, S.C.; MACHADO, P.A.S.; CHIZZOTTI, M.L. et al. Tabelas brasileiras de composição de alimentos para bovinos. 3ed. Viçosa, 2010. 502p.

Código: IBEF060034	REPRODUÇÃO ANIMAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Fisiologia da reprodução: generalidades, machos, fêmeas. Fisiologia comparada da reprodução e lactação: controle hormonal dos processos ligados à reprodução, Ciclos reprodutivos, interferência do ambiente e problemas de reprodução. Manejo reprodutivo. Tópicos avançados

em fisiologia da reprodução. Biotécnicas da reprodução: inseminação artificial, noções e coleta de embriões e fertilização in vitro.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BALL, P. J. H. Reprodução em bovinos. 3ed. São Paulo – SP: ROCA, 2006. 78p. GONÇALVES, P. B. D.; FIGUEIREDO, J. R.; FREITAS, V. J. F. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2ed. São Paulo: Roca, 2008. 395p. HAFEZ, B.; HAFEZ, E. S. E. Reprodução Animal. 7ed. São Paulo – SP, 2004. 89p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CUNNINGHAM, J. G. Tratado de fisiologia veterinária. 4ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier, 2008. 710 p. FRANDSON, R. D.; WILKE, W. L.; FAILS, A. D. Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 413 p. GRUNERT, E.; BIRGEL, E. H. VALE, W. G. Patologia e clínica da reprodução dos animais mamíferos domésticos. São Paulo- SP: Varela, 2005. 551p. REECE, W. O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3ed. São Paulo – SP: Roca, 2008. 468 p. REECE, W.O. Dukes: Fisiologia dos animais domésticos. 12ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012, 954p.

Código: IBEF060119	CONSTRUÇÕES RURAIS	CH: 60 horas
EMENTA: Tópicos sobre resistência dos materiais. Estrutura da madeira e madeira como material de construção. Ligações de peças estruturais, peças tracionadas, comprimidas, vigas e treliças. Telhados. Projeto de construções rurais: escolha de terreno, programa de necessidades, fluxograma de projeto. Projeto de pontes simples de madeira.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PFEIL, W. Estruturas de madeira. São Paulo: Editora Ltc, 2007. CALIL JUNIOR, C. Coberturas em estruturas de madeira - exemplos de cálculo. Editora Pini, 2010. DIAS, A.A.; CALIL JUNIOR, C.;LAHR, F.A.R. Dimensionamento de elementos estruturais de madeira. Malone, 2003.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR LITTLEFIELD, David. Manual do arquiteto-planejamento, dimensionamento e projeto. Bookman, 2011. MONTENEGRO, G.A. Ventilação e cobertas.Edgard Blucher. 2010. CHING, F.D.K. Técnicas de construções ilustradas. 4ed. Bookman, 2010. MONTENEGRO, G.A. Desenho Arquitetônico. Edgard Blucher, 2012. PEREIRA, MILTON. Construções rurais. Nobel, 1986.		

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO SÉTIMO SEMESTRE

Código: IBEF020082	GEOPROCESSAMENTO	CH: 60 horas

EMENTA:
Conceito e histórico do sensoriamento remoto. A energia eletromagnética e suas interações com a atmosfera e os alvos terrestres. Interpretação qualitativa de imagens orbitais. Principais plataformas e sensores remotos orbitais. Classificação automática de imagens orbitais. Aplicação de imagens orbitais aos recursos naturais. Conceitos e fundamentos de sensoriamento remoto. Pré-processamento de dados oriundos do sensoriamento remoto. Técnicas para o realce e filtragem de imagens. Classificação automáticas de imagens orbitais. Sistema de informação geográfica (SIG). Entrada e saída de dados e qualidade dos dados num SIG. Manipulação e gerenciamento de dados num SIG. Funções de análise num SIG. Fases de implementação de um SIG e cartografia para o geoprocessamento. Modelagem digital do terreno e tópicos avançados em geoprocessamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, A. S.; Bettini, C. Curso de Geoestatística Aplicada. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994. Apostila.
ASSAD, E. D.; SANO, E. E. Sistemas de Informações Geográficas - Aplicações na Agricultura. Brasília: EMBRAPA, 1993.
SAMPAIO, A. C. F; SAMPAIO, A. de. A. M. Para ensinar e aprender cartografia: contribuições teórico-metodológicas para a formação docente. Uberaba: Ed: vitória. 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CREPANI, E.; MEDEIROS, J. S.; HERNANDEZ FILHO, P.; FLORENZANO, T. G.; DUARTE, V.; AZEVEDO, L. G. “Uso de sensoriamento remoto no zoneamento ecol gico-econômico”. In: VIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. Salvador. 14-19 de abril. 1996.
DOLFUS, O. O Espaço Geográfico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.
DRUCK, S.; BRAGA, L. P. V. Análise e Classificação de Dados de Solos por Geoestatística e Lógica Difusa. Relatório Interno, Centro Nacional de Pesquisa em Solos, EMBRAPA, 1995.
LAMPARELLI, R. A. C.; ROCHA, J. V.; BORGHI, E. Geoprocessamento e agricultura de precisão: fundamentos e aplicações. Guaiba: Editora Agropecuária, 118 p., 2001.
MONICO, J. F. G. Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS: descrição, fundamentos e aplicações. São Paulo: Editora UNESP. 2000.

Código: IBEF02	MECÂNICA E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	CH: 60 horas

EMENTA:
Elementos básicos de mecânica. Mecanismos de transmissão de potência. Motores de combustão interna. Sistemas complementares em motores. Tratores agrícolas - Transmissão de potência de tratores, lubrificação e manutenção de tratores. Mecanização agropecuária - máquinas utilizadas no preparo do solo, semeadura, plantio e transplantio, aplicação de defensivos agrícolas, condução de culturas e colheita. Máquinas para fenação, ensilagem e distribuição. Capacidade operacional e planejamento da mecanização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA SILVEIRA, G. M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334p. SILVEIRA, G. M. Máquinas para colheita e transporte. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 292p. PORTELLA, J. A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 252p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ALONÇO, A. S.; MACHADO, A. L. T.; FERREIRA, M. F. P. Máquinas para fenação. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2004. 227p. MACHADO, A. L. T., REIS, A. V. DOS, MORAES, M. L. B. de, ALONÇO, A. dos S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 1996. 229p. MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda., 1974. 310p. SILVEIRA, G. M. Os cuidados com o trator. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 312p. SILVEIRA, G. M. Máquinas para a pecuária. Editora Aprenda Fácil. 2001, 231p.

Código:IBEF 050027	BIOÉTICA E BIOSSEGURANÇA	CH: 45 horas
EMENTA: Bases conceituais da biossegurança; Bioética e biossegurança; Noções de segurança química e biológica em laboratório; Conduta em laboratório; Proteção (individual e coletiva) e prevenção de acidentes. O conceito de risco; Classes de risco; Avaliação de riscos; Manuseio, armazenamento e descarte de agentes químicos e biológicos potencialmente patogênicos; lmpacto ambiental; Normas de segurança em áreas de manipulação de materiais contagiosos, químicos e radiotivos; Desinfecção e esterilização; Biossegurança no trabalho com animais de laboratório; Biossegurança de plantas transgênicas. Comissões e qualidade em biossegurança. Prevenção e combate a incêndios em laboratórios.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BINSFELD, P.C. Biossegurança em Biotecnologia. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2004. CARVALHO, P.R. Boas Práticas em Biossegurança. Rio de Janeiro: Editora Interciência. 1999. CRUEGER, W.; CRUEGER, A. Biotecnologia: manual de microbiologia industrial, 3º ed. Zaragoza: Acribia, 1993		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BPL – Boas Práticas de Laboratórios, NIT DICLA 028, Inmetro, 2001. COUTO, Renato Camargos; PEDROSA, Tânia Moreira Grillo; NOGUEIRA, José Mauro. Infecções hospitalares e outras complicações não infecciosas da doença: epidemiologia controle e tratamento. 3ª ed. Rio de Janeiro: Médici, 2003. PENN, C. – Handling Laboratory Microorganisms. Buckingham: Open University Press, 1991, 160p. SILVA GUERRA, A. M.; FÉO, C. O.; ROCHA, C. L. V. F. Biodireito e Bioética: Uma Introdução Crítica. Rio de Janeiro: Editora América Jurídica, 2005.		

Ministério da Saúde - Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Biossegurança em Laboratórios Biomédicos e de Microbiologia. Brasília, DF, 2001, 273 pp.
Teixeira, P, & Valle, S. Biossegurança. Uma abordagem multidisciplinar. Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ, 2010, 442 pp.

Código: IBEF06134	ETOLOGIA E BEM-ESTAR ANIMAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Fundamentos do comportamento animal. Seleção natural e evolução do comportamento. Comportamento inato e aprendido. Características comportamentais das diferentes espécies de interesse zootécnico. Observação e medida do comportamento animal. Comportamento e bem estar animal. Ciência do bem-estar e sua aplicabilidade para o diagnóstico e solução dos problemas visando a sustentabilidade dos sistemas de produção. Ferramentas usadas na avaliação do bem-estar animal (indicadores de bem-estar animal). Enriquecimento ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
ALCOCK, J. Comportamento Animal. 9ed., Porto Alegre: Artmed, 2011. 624p.
CARLSON, N. R. Fisiologia do comportamento.7. ed.2002.
SILVA, J. C. P. M. Bem-estar do gado leiteiro: a importância do conforto térmico para o alto desempenho do gado. 1. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012. 125 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR
APPLEBY, M.C.; HUGHES, B.O. Animal Welfare. Cab International: Wallingford, 316pp.1997
BAÊTA, F.C. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2.ed. Viçosa: UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2010. 269 p.
BROOM, D.M., FRASER, A.F. O comportamento e o bem estar de animais domésticos. Ed. Manole, 4ª ed., 2010, 438p.
CRMV. Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia. Bem-estar animal. 67 ed. Disponível em: www.crmvmg.org.br/cadernotecnico/67.pdf
DEL-CLARO, K. Introdução à Ecologia Comportamental : um manual para o estudo do comportamento animal 1. ed. Rio de Janeiro : Tech- nical Books, 2010. 128 p. Disponível em: http://www.leci.ib.ufu.br/pdf/Introdu%E7%E3o%20%E0%20Ecologia%20Comportamental.pdf

Código: IBEF060127	BIOCLIMATOLOGIA ANIMAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Conceito de Bioclimatologia Animal. Fatores e elementos climáticos. Homeotermia, efeito do clima sobre os animais. Mecanismos de transferência de energia térmica; ambiente e conforto térmico; termorregulação; adaptação e características cutâneas; índices de adaptação e conforto térmico; avaliação comparativa de animais e ambientes, efeito do ambiente na produção animal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BAÊTA, Fernando da Costa. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2.ed. Viçosa: UFV - Universidade Federal de Viçosa, 2010. 269 p.

FERREIRA, Rony Antonio. Maior produção com melhor ambiente: para aves, suínos e bovinos. 2. ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 371p. (250 rações balanceadas)
SILVA, José Carlos Peixoto Modesto da. Bem-estar do gado leiteiro: a importância do conforto térmico para o alto desempenho do gado. 1.ed.Viçosa, MGAprenda Fácil, 2012. 125 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALCOCK, John. Comportamento animal: uma abordagem evolutiva. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xvii, 606 p.
AZEVÊDO, D.M.M.R. ALVES, A.A. Bioclimatologia aplicada à produção de bovinos leiteiros nos trópicos Teresina : Embrapa Meio-Norte, 2009. 83 p. Disponível em:http://www.cpamn.embrapa.br/publicacoes/new/documentos/bpd_pdf/documento_188.pdf
CARLSON, N. R.Fisiologia do comportamento.7. ed.2002
FERREIRA, Artur Gonçalves. Meteorologia prática. São PauloOficina de Textos, 2006. 188 p.
TAKAHASHI,L.S. BILLER, J.D. TAKAHASHI, K.M. Bioclimatologia zootécnica. Jaboticabal : 2009. 91 p. Disponível em: https://bioclimatologia.files.wordpress.com/2012/08/livro-bioclimatologia-zootc3a9cnica.pdf

Código: IBEF060135	ÉTICA E BIOÉTICA	CH: 30 horas

EMENTA:
Fundamentos e conceituação filosófica de moral, ética, valores e direitos humanos. Ética profissional. Legislação e regulamentação do exercício profissional. Atuação do profissional Introdução a bioética. Bioética aplicada. Ética em pesquisa. Propriedade Intelectual e Direitos Autorais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMARGO, M. Fundamentos de ética geral e profissional. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 108p.
GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. Campinas, SP: Papirus, 2007.
VAZQUEZ, A.S. Ética. 35. ed. - Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 302 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, A., PINTO, SC., and OLIVEIRA, RS., orgs. Animais de Laboratório: criação e experimentação [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 388 p. Disponível em: http://books.scielo.org/id/sfwtj/pdf/andrade-9788575413869-05.pdf
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.
BRAUNER, M.C.C. Ética ambiental e bioética [recurso eletrônico] : proteção jurídica da biodiversidade. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. Disponível em: http://www1.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/ tcers/institucional/esgc/biblioteca_eletronica/livros/ etica_ambiental_EDUCS_ebook.pdf
CFMV. Resoluções CFMV.
NALINI, J. R. Ética geral e profissional. 2.ed. São Paulo : R. dos Tribunais, 1999.
SANCHEZ, V. A. Ética. 35. ed. - Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 302 p

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO OITAVO SEMESTRE

Código: IBEF050066	BIOENERGIA E BIOCOMBUSTÍVEIS	CH: 45 horas
EMENTA: Conceitos e generalidades de bioenergias. Tecnologias de produção de etanol. Caracterização das matérias-primas. Biomassa como resíduos agrícolas e agro-industriais: produção e tecnologia de conversão. Oleaginosas para a produção de biocombustíveis. Técnicas e rotas para a produção de biodiesel. Biogás: produção de gás combustível. Biodigestores. Fatores que influenciam na biodigestão. Implicações socioambientais na produção e uso de bioenergias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAMOVAY, R. Biocombustíveis - A Energia da Controvérsia. Senac Editora, 2009. FARIAS, R. Introdução aos biocombustíveis. Editora ciência moderna, 2010. KNOTHE, G.; GERPEN, J.V.; KRAHL, J.; RAMOS, L.P., Manual de Biodiesel. Editora Edgard Blücher, São Paulo, 2006.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOLDENBERG, J. Energia, Meio Ambiente e desenvolvimento. Editora da Universidade de São Paulo, 2001. HINRICHS, R.; KLEINBACH, M., Energia e Meio Ambiente. Editora Thompson, São Paulo, 2003. HINRICHS, R.; KLEINBACH, M., Energia e Meio Ambiente. Editora Thompson, São Paulo, 2011. 708 p SANTOS, F.; BORÉM, A.; CALDAS,C. Cana-de-açúcar, bioenergia, açúcar e etanol: tecnologias e perspectivas. 2.ed. Editora:UFV, 2012. SPIRO, G. T.; STIGLINI, M. W. Química Ambiental. Editora Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2008.		

Código: IBEF050056	BIOTECNOLOGIA DE RESÍDUOS	CH: 60 horas
EMENTA: Noções de legislação aplicada a tratamento de resíduos (sólidos e líquidos) provenientes de Bioindústrias. Biocompostagem. Disposição de Resíduos sólidos, tratamento de chorume e de emissões aéreas. Tratamento de efluentes industriais e da agroindústria, processos aeróbios e anaeróbios. Avaliação de impactos ambientais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA GONÇALVES, R. F.; JORDÃO, E. P.; ALÉM S. P., Esgoto: desinfecção de efluentes sanitários, remoção e patógenos e substâncias nocivas, aplicação para fins produtivos como agricultura, aquicultura e hidrocultura. [S.l.]: [s.n.], p. irreg. PÓS-TRATAMENTO de efluentes de reatores anaeróbios. Belo Horizonte: Segrac, 2001. 544 p. Alternativa para o esgotamento sanitário em áreas periféricas no município de Curitiba, Uma / 1999 - TCCP - Pós-Graduação – 4). STANDARD methods for the examination of water and wastewater. Baltimore: American Public Health Association, American Water environment Federation, 1998.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

ANDREOLI, C. V. (Coord.). Alternativas de uso de resíduos do saneamento. Curitiba: ABES, 2006.
ANDREOLI, C. V.; BONNET, B. R. P., Manual de métodos para análises microbiológicas e parasitológicas em reciclagem agrícola de lodo de esgoto. Curitiba: Sanepar, 1998.
BONATTO, A. Uma alternativa para o esgotamento sanitário em áreas periféricas no município de Curitiba. Curitiba: Revista Espaço para a Saúde, 1999.
FLORENCIO, L.; BASTOS, R. K. X.; AISSE, M. M. (Coord.). Tratamento e utilização de esgotos sanitários. Recife: ABES, 2006.
LIMA, U. A.; AQUARONE, E.; BORZANI, W.; SCHMIDELL, W. Biotecnologia Industrial. São Paulo, Edgard Blücher Ltda, vol. 3, 2001.

Código: IBEF050005	QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS	CH: 60 horas

EMENTA:
Definições de produtos naturais e a visão de micro e macromoléculas produzidas por animal, vegetal ou microrganismos de interesse tecnológico; Formações de metabólitos secundários (Via do acetato-malonato - policetídios. Via do acetato-mevalonato – terpenóides. Via do ácido chiquímico); Aspectos ecológicos de interação planta-planta, inseto-planta, mamíferos herbívoros-planta.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEWICK, P.M. Medicinal Natural Products: A Biosynthetic Approach. Wiley. 2002
LOBO, A. M.; LOURENÇO, A. M. Biossíntese de produtos naturais. Editora IST Press. Lisboa Portugal, 2007.
MANN, J. Chemical aspects of biosynthesis. 1ª Edição. Oxford Chemistry Primers. Vol. 20. Oxford University Press, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARREIRO, E.; FRAGA, C.A.M. Química Medicinal: as bases moleculares da ação dos fármacos. 2ª Ed., Porto Alegre: Artmed Editora. 2008.
FERREIRA, J. B. T.; CORREA, A. G.; VIEIRA, P. C. Produtos naturais no controle de insetos. Editora: EDUFSCAR, 2007.
SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL, E. P.; GOSMANN G.; MELLO, J. C. P.; MENTZ, L. A.; PERTOVICK, P. R. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 4ª Ed. Porto Alegre, Florianópolis: Editora da Universidade / UFRGS, Editora da UFSC. 2002.
MATOS, F. J. A. Introdução à Fitoquímica Experimental. 4ª ed. Edições UFC, 2009.
Journal of Natural Products (http://pubs.acs.org/journals/jnprdf/index.html)

Código: IBEF040029	POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO FLORESTAL	CH: 45 horas

EMENTA:
Introdução à política e legislação florestal e ambiental. Políticas de desenvolvimento da Amazônia e seus impactos socioambientais. O Estado e o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente. Meio ambiente na constituição Federal de 1988. Política Nacional do Meio

Ambiente. Política Nacional dos Recursos Hídricos. Política estadual de meio ambiente e de recursos hídricos. Lei de crimes ambientais (lei 9.605/98). Códigos: Florestas; Fauna; Pesca e Água. Lei de Gestão de Florestas Públicas. Leis, Decretos e Portarias que envolvem direta ou indiretamente o uso de recursos naturais. Responsabilidade social e ambiental. O município e o meio ambiente.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL, 2012. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. "Novo Código Florestal". CANOTILHO, J.G.; LEITE, J.R.M. Direito constitucional ambiental brasileiro. São Paulo : Saraiva, 2010. 3ed. SIMONIAN, L.T.L. Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. Belém: Editora do NAEA; Macapá: MPEAP, 2010. 516 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BRASIL, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. BURSZTYN. Marcel. Políticas Públicas e o desafio das desigualdades regionais. IN: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Ciclo de palestras sobre o desenvolvimento. Brasília, 2000. CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. CARADORI, R.C. O Código florestal e a legislação extravagante: a teoria e a prática da proteção florestal. São Paulo: Atlas, 2009. METZGER, J.P. O Código Florestal tem base científica? Natureza & Conservação, v.8, n.1, p.1-5, 2010. Disponível em: < http://ecologia.ib.usp.br/lepac/codigo_florestal/Metzger_N&C_2010.pdf > MORAES, L. C. S. Código Florestal comentado. São Paulo: Atlas, 2009. 4ed.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO NONO SEMESTRE

Código: IBEF020054	COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA	CH: 60 horas
EMENTA: O agronegócio; o papel da comercialização no agronegócio; peculiaridades do produto e da produção agrícola e suas inter-relações com a comercialização; oferta e procura de produtos agropecuários; marketing estratégico aplicado a firmas agroindustriais; organização da comercialização. desempenho da comercialização. análise das funções de comercialização; mercado de insumos agropecuários; mercado de produtos agropecuários; pesquisa em		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CONAB. Abastecimento e segurança alimentar: crescimento da agricultura. Brasília: Conab, 2008. CONAB. Agricultura e Abastecimento limentar: Políticas Públicas e Mercado Agrícola. Brasília: CONAB, 2009. KUSTER, A.; MARTÍ, J. F.; FICKERT, U. Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED 2004.		

CALDAS, R. A. Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade. Brasília: CNPq, p. 73-86. 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, G. S. C. Economia da comercialização agrícola. Piracicaba: FEALQ, 1987. 306 p.
MOTTA, R. S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Brasília: MMA, 1998.
MCFETRIDGE, D. G. et. al. Economia e meio ambiente: a reconciliação. Porto Alegre: Ortiz, 1992.
OLIVEIRA, P. R. O. Administração De Processos: Conceitos, Metodologia, Práticas. São Paulo: Atlas, 2006.
RECH, D. T. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP & A, 2000. 190 p

Código: IBEF020083	CULTURAS INDUSTRIAIS I	CH: 60 horas

EMENTA:
Importância econômica e social; Origem; Sinonímia; Histórico; Situação atual da produção; Valor nutritivo, comercial e industrial; Caracterização botânica; Cultivares; Exigências edafo-climáticas; Propagação e produção de mudas; Solo e seu preparo; Nutrição; Adubação; Práticas culturais; Melhoramento; Noções de pragas, doenças e seu manejo; Colheita, armazenamento, beneficiamento e comercialização das culturas do Guaraná, Seringueira, Castanha-do-Brasil, Cacau, Dendê e Urucum.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, R. C. et al. Manual de heveicultura para a região sudeste do Estado do Acre. Rio Branco, AC: Documentos / Embrapa Acre, 2013.
RAMALHO FILHO, A. Zoneamento agroecológico, produção e manejo da cultura de palma de óleo na Amazônia. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2010. 216 p.
SILVA NETO, P. J. da et al. Manual técnico do cacaueiro para a Amazônia brasileira. Belém, PA, CEPLAC/SUEPA, 2013. 180p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, R. N. V. da; LOPES, R. BRS Manicoré: Híbrido Interespecífico entre o Caiaué e o Dendezeiro Africano Recomendado para Áreas de Incidência de Amarelecimento-Fatal. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental. 2010 (Documento 85).
CASTRO, C. B. de et al. A cultura do urucum. 2ª ed. Rev. e Ampl. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica; Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2009. 61 p. (Coleção plantar, 64).
EMBRAPA. Aspectos gerais da cultura do guaraná. Manaus: EMBRAPA,1989.
MÜLLER. C. H. et al. A cultura da castanha-do-brasil. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1995. 65 p. (Coleção Plantar, 23).
OLIVEIRA, M. L.; LUZ, E. D. M. N. Identificação e manejo das principais doenças do cacaueiro no Brasil. Ilhéus: CEPLAC/CEPEC/SEFIT. 2005.132p.

Código: IBEF030033	TECNOLOGIA DAS FERMENTAÇÕES	CH: 60 horas
EMENTA: Estudo da fermentação industrial como processo unitário. Microrganismos e meios de fermentação. Esterilização e desinfecção industrial. Aerobiose e anaerobiose industrial. Sistemas de fermentação. Produção e controle de inóculos. Indicadores de condições sanitárias; fatores que afetam do desenvolvimento de micro-organismos; micro-organismos deteriorantes e patogênicos; padrões microbiológicos. Análise microbiológica. Fundamentos de Microbiologia Industrial. Microrganismos de interesse industrial. Processos industriais e microrganismos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA AQUARONE, E.; BORZANI, W.; SCHMIDELL, W.; LIMA, U.A. Biotecnologia Industrial: Biotecnologia na Produção de Alimentos. Volume 4. São Paulo: Ed Edgard Blücher, 2001. AQUARONE, E.; BORZANI, W.; SCHMIDELL, W.; LIMA, U.A. Biotecnologia Industrial: Engenharia Bioquímica. Volume 2. São Paulo: Ed Edgard Blücher, 2001. AQUARONE, E.; BORZANI, W.; SCHMIDELL, W.; LIMA, U.A. Biotecnologia Industrial: Processos fermentativos e enzimáticos. Volume 3. São Paulo: Ed Edgard Blücher, 2001.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BASTOS, R. G. Tecnologia das Fermentações: Fundamentos de Bioprocessos. EdUfscar. 2010. LIMA, U. de A. Matérias primas dos alimentos. Editora Blucher, 2010. ORDÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de Alimentos: Alimentos de origem animal. Vol. 2 Ed. Artmed, 2005. ORDÓÑEZ, J. A. et al. Tecnologia de Alimentos: Componentes de alimentos e processos. Vol. 1 Ed. Artmed, 2005. VENTURINI FILHO, W. G. Bebidas Alcóolicas. Bebidas Vol. 1e 2. Editora Blucher, 2010.		

Código: IBEF040045	ECONOMIA E MERCADO FLORESTAL	CH: 60 horas
EMENTA: o setor florestal; cadeia produtiva da madeira; indústria de base florestal; planejamento e administração florestal; estudo dos custos na empresa florestal; avaliação de projetos florestais; controle de qualidade na atividade florestal; maximização de receita e minimização de custos na atividade florestal; valoração de recursos naturais; tendências no mercado de produtos florestais; relação risco e retorno no mercado de produtos florestais; concentração e desigualdade no mercado de produtos florestais.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA HOLMES, T. et. al. Custos e benefícios financeiros da exploração florestal de impacto reduzido em comparação à exploração florestal convencional na Amazônia oriental. Belém. IFT. 2006. MCFETRIDGE, D.G. et. al. Economia e meio ambiente: a reconciliação. Porto Alegre: Ortiz, 1992. SILVA, M.L.; JACOVINE, L.A.G.; VALVERDE, S.R. Economia florestal. Viçosa: Editora UFV, 2008. 2 ed.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR		

HOSOKAWA, T.R.; MOURA, J.B.; CUNHA, U.S. Introdução ao manejo e economia de florestas. Curitiba: Editora UFPR, 2008.
MOTTA, R.S. Manual para valoração econômica de recursos ambientais. Brasília: MMA, 1998.
REZENDE, J.L.P.; OLIVEIRA, A.D. Análise econômica e social de projetos florestais. Viçosa: Editora UFV, 2001.
RODRIGUEZ, L.C.E. Gerenciamento da Produção Florestal. Documentos Florestais (13)1-41, 1991 SANTANA, A. C.; SANTOS, M. A. S.; SANTANA, Ádamo Lima de ; YARED, Jorge Alberto Gazel . O valor econômico da extração manejada de madeira no Baixo Amazonas, Estado do Pará. Revista Árvore, v. 36, p. 527-536, 2012.

Código: IBEF060149	TECNOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	CH: 60 horas

EMENTA:
Introdução à Tecnologia de Produtos de Origem Animal (TPOA). Princípios e métodos de conservação de alimentos. Composição físico-química do leite. Tecnologia de fabricação de derivados do leite. Composição físico-química de carne. Tecnologia de produção e conservação de carne. Tecnologia de produção e conservação de ovos e seus produtos derivados. Legislação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, J.M.A. Química de Alimentos: teoria e prática. Viçosa: Ed. UFV, 5ª edição ampl, 2011. 601 p.
FENNEMA, O. R.; PARKIN, K. L. Química de alimentos de Fennema. Porto Alegre: Artmed. 4ª edição. 2010. 900 p.
GOMES, J. C. Análises físico-químicas de alimentos. Ed UFV: Viçosa. 2011. 303 p.
NELSON, D. L.; COC, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. Porto Alegre: Artmed, 5ª edição, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de origem Animal - RIISPOA. Brasília, MA. 1992. 116p.
GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. São Paulo: Manole, 4ª edição. 2013.
GONÇALVES, A. A. Tecnologia do pescado: ciência, tecnologia, inovação e legislação. São Paulo: Atheneu. 2011, 608 p.
WOLKE, R.L. O que Einstein disse a seu cozinheiro: a ciência na cozinha. Volume 1. Jorge Zahar Ed., 2003, 299 p.
WOLKE, R.L. O que Einstein disse a seu cozinheiro: a ciência na cozinha (inclui receitas). Volume 2. Jorge Zahar Ed., 2005, 349 p.

Código: IBEF060107	MECÂNICA, MECANIZAÇÃO E MÁQUINAS ZOOTÉCNICAS	CH: 60 horas

EMENTA:

Elementos básicos de mecânica. Mecanismos de transmissão de potência. Lubrificação e lubrificantes. Motores de combustão interna. Determinação da potência dos tratores. Capacidade operacional. Máquinas utilizadas no preparo do solo, plantio, semeadura, aplicação de defensivos agrícolas e colheita. Máquinas utilizadas na exploração zootécnica.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA PORTELLA, J. A. Semeadoras para plantio direto. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 252p. SILVEIRA, G. M. Máquinas para colheita e transporte. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 292p. SILVEIRA, G. M. Máquinas para plantio e condução das culturas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 334p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR MARZAGÃO, A. A semeadura e a colheita. Ao livro técnico.2003 PORTELLA, J. A. Colheita de grãos mecanizadas: implementos, manutenção e regulagem. Ed. Aprenda Fácil. 2000. SILVEIRA, G. M. Máquinas para a pecuária. Editora Aprenda Fácil. 231p. 2001 SILVEIRA, G. M. Os cuidados com o trator. Viçosa: Aprenda Fácil, 312p. 2001. MOLIN, J.P. Máquinas e Implementos Agrícolas. Disponivel em: http://www.leb.esalq.usp.br/aulas/leb432/

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO DÉCIMO SEMESTRE

Código: IBEF020132	ÉTICA E BIOÉTICA	CH: 45 horas
EMENTA: Fundamentos e conceituação filosófica de moral, ética e valores. Ética, moral e valores sociais, ambientais e econômicos. Propriedade Intelectual. Direitos Humanos. Direitos humanos: deveres individuais e coletivos. Direitos Autorais. Transferência de tecnologiaconcorrência desleal - abuso de poder econômico. Acervo técnico. Atribuições profissionais. Ética e pesquisa. Introdução a Bioética. Ética ambiental. Ética e Agronomia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BORGES, M., DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. Ética. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, 141 p. (Coleção: O que você precisa saber sobre...) GOYANES, M. Tópicos em propriedade intelectual: marcas e direitos autorais, designs e pirataria. 1ª ed., 2007. GUTIÉRREZ, L. A. L. Princípios para fundar uma ética ambiental. Ethic@, Florianópolis, v.7, n.3, p. 9-17. 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FELIPE, S. T. Ética biocêntrica: tentativa de superação do antropocentrismo e do sencietismo ético. Ethic@, Florianópolis, v.7, n.3, p. 1-7. 2008. KUHNEN, T. A. Em busca de uma ética ambiental: as perspectivas de Baird Callicott e Paul Taylor. Ethic@, Florianópolis, v.7, n.3, p. 19-34. 2008. MENDONÇA, R. A recepção teórica nas éticas ambientalistas. Ethica, Florianópolis, v.7, n.3, p. 35-45. 2008.		

MENDONÇA, R. Individualismo na ética ambiental biocentrica. Ethica, Florianópolis, v.7, n.3, p.59-69. 2008.
PIAZZA, G. Fundamentos de ética e exercício profissional em engenharia, arquitetura e agronomia. Brasília: Ed. CONFEA, 2000.

Código: IBEF020133	TECNOLOGIA DE ALIMENTOS	CH: 75 horas

EMENTA:
Introdução à Tecnologia de Produtos de Origem Animal e Vegetal (TPOAV). Princípios e métodos de conservação de alimentos: conservação pelo uso de calor, conservação pelo uso de frio, conservação pela alteração de atividade de água. Tecnologia de fabricação de derivados do leite. Tecnologia de produção e conservação de carne. Tecnologia de produção de produtos de origem vegetal. Embalagens. Armazenamento

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, J. M. A. Química de Alimentos: teoria e prática. Viçosa: Ed. UFV, 5ª ed. Ampl, 2011. 601 p.
BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de origem Animal RIISPOA. Brasília, 1992. 116p.
CECCHI, H. M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. 2ª ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. Disponível em: <http://www.ufpa.br/quimicaanalitica/filtra.jpg>.
SILVA JUNIOR, E. A. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. Varela, 6ª ed., p. 140-142. São Paulo, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL-PLATT, G. Food science and technology. Manole, 2015. 536 p.
GOMIDE, L. A. M.; RAMOS. E. M.; FONTES, P. R. Ciência e qualidade da carne: fundamentos. Viçosa: Ed. UFV, 2013, 197 p.
NELSON, D. L.; COC, M. M. Princípios de bioquímica de Lehninger. Porto Alegre: Artmed, 5ª ed., 2011.
TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 954 p.
WOLKE, R. L. O que Einstein disse a seu cozinheiro: a ciência na cozinha. Jorge Zahar Ed., 2003, 299 p.

Código: IBEF050067	EMPREENDEDORISMO E PATENTES	CH: 45 horas

EMENTA:
Parte 1: Empreendedorismo: Empreendedorismo; Características; Oportunidades; Desenvolvimento de Atitudes Empreendedoras. Novos Paradigmas. Administração do Crescimento da Empresa. Prospecção Empresarial. Plano de Negócio. Inovação e Criatividade. Modelagem Organizacional. Pesquisa de Mercado. Técnicas de Venda. Técnicas de Negociação. Qualidade. Formação de Preços. Ferramentas Gerenciais
Parte 2: Patentes: Conceitos fundamentais. Evolução histórica e legislativa. Patentes e biotecnologia. Organismos internacionais na esfera da propriedade intelectual. O sistema de

proteção das marcas de indústria e comércio no âmbito nacional e internacional. O processo administrativo para obtenção da patente. Extensão dos direitos de patente. Mecanismos de busca de patentes.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2008. DORNELAS, J. Empreendedorismo: Transformando idéias em negócios. LTC, 2013. SILVEIRA, N. Propriedade Intelectual: Propriedade Industrial, Direito de Autor, Software, Cultivares, Nome Empresarial, Abuso de Patentes. Editora Manole, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ANTHONY, S. D.; SINFIELD, J. V.; JOHNSON, M. W.; ALTMAN, E. J. Inovação para crescimento: Guia Prático e Funcional – Ferramentas para Incentivar e Administrar a Inovação. Harvard Business Review Press. Editora M. Books, 2011. BERNARDI, L. A. Manual do Empreendedorismo e Gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2003. DI BLASI., G. A Propriedade Industrial: Os Sistemas de Marcas, Patentes e Desenhos Industriais Analisados a partir da LEI N.° 9.279, de 14 de Maio de 1996. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2005. POLLEGATTI, M. Empreendedorismo consciente na Amazônia. 1.ed. São Paulo: BASA, 2007. 307 p. STAUT JÚNIOR, S. S. Direitos autorais: entre as relações sociais e as relações jurídicas. Curitiba: Moinho do verbo, 2006.

Código: IBEF040039	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	CH: 60 horas
EMENTA: Documentos para licenciamento ambiental. Evolução das metodologias de avaliação de impactos ambientais metodologias para identificação. Descrição, qualificação e quantificação de impactos ambientais. Aplicação das técnicas de avaliação de impactos ambientais em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Poluição de recursos naturais renováveis. Os instrumentos de Política Ambiental e a interface com AIA.Etapas da Avaliação de Impacto Ambiental e os critérios para o estabelecimento da Metodologia de avaliação de impacto ambiental. As metodologias de avaliação de impacto ambiental. Termos de referência para realização do EIA.. Responsabilidade civil na degradação, poluição e dano ambiental. Responsabilidade civil e criminal por danos ambientais. Métodos de perícia ambiental. Infrações passíveis de perícia ecológica. Estudos de caso com ênfase em estudos de impacto ambiental na Amazônia.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. 2005. Avaliação e perícia ambiental. Bertrand Brasil. 294 p. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. 2005. Impactos ambientais urbanos no Brasil. 3ª. Edição. Bertrand Brasil. 416 p. SÁNCHEZ, L.E. 2006. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. Editora Oficina de textos.		

VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. 2006. RIMA: Relatório de impacto ambiental. 5ª Edição. UFRGS Editora. 252 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14.653-6: Avaliação de bens – Parte 6: recursos naturais e ambientais. Rio de Janeiro, 2008. 16p. CANTER, L. W. (1996). Environmental impact assessment. McGraw Hill. 2ª ed. PETERS, E. L.; PIRES, P. T. L. Manual de direito ambiental. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002. 289 p. PLANTEMBERG, C.M. Previsão de Impactos Ambientais. EDUSP, São Paulo, 570 p., 1994. TOMMASI, L. R. Estudo de impacto ambiental. São Paulo: CETESB, 1999.

Código: IBEF040048	MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	CH: 45 horas
EMENTA: Conceitos Fundamentais. Caracterização das Unidades de Conservação de Áreas Silvestres. Plano de Manejo. Construções em Áreas Silvestres. Unidades de Conservação no contexto do desenvolvimento sustentável. Programas de uso público. Alternativas sustentáveis. Envolvimento e participação das populações locais. O Saber tradicional; Etno-conservação; boas práticas no Brasil; A busca da sustentabilidade nas UC's.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano de manejo: Floresta Nacional do Tapajós. Brasília: MMA, 2006. PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Vida, 2001. 328 p. WILSON, O.W. (org.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BORRINI, F. G. Manejo participativo de áreas protegidas: adaptando o método ao contexto.Switzerland: IUCN, 1997. IBAMA. Roteiro metodológico para gestão de área de proteção ambiental - APA. Brasília: IBAMA, 1996. (Documento interno IBAMA/GTZ). IBAMA. Roteiro metodológico para o planejamento de unidades de conservação de uso indireto. Brasília: IBAMA/GTZ, 1996. (Documento interno IBAMA/GTZ). MILLER, K.. Planificacion de Parques Nacionales para el Ecodesarrollo em Latinoamerica. Fundacion para la Ecologia y la Protecion del Medio Ambiente. Madrid: FEPMA, 1980. PORT, C.; LOURENÇO, M. Planejamento estratégico de unidades de conservação. recomendações. IBAMA/PNMA. Brasília, 1998.		

Código: IBEF020056	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	CH: 60 horas
EMENTA: Conceituação e caracterização de área degradada. Fontes e efeitos da degradação de ambientes. Objetivos da recuperação de áreas degradadas (RAD). Atividade mineraria e seus impactos ambientais. A pedogênese no contexto de recuperação ambiental. Geomorfologia no contexto de		

RAD. O papel de espécies arbóreas na RAD. Princípios de ecologia aplicados aos processos de RAD. Principais estratégias de RAD. Recomposição de matas ciliares e corredores ecológicos. Sistemas agroflorestais no contexto de RAD. Avaliação e monitoramento de processos de RAD. Uso de sistemas de informações geográficas no planejamento e monitoramento de processos de RAD. Aplicação do pensamento sistêmico à resolução dos problemas da revegetação de áreas degradadas. Técnicas de recuperação empregadas por diversas áreas de especialização – ciências agrárias, biológicas, humanas e geociências. Linhas de pesquisa. Organização gerencial do trabalho em equipe. Estudos de caso.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ARAÚJO, G. H. S.; ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. BUGIN, A.; REIS, J. L. B. C. Manual de Recuperação de Áreas Degradadas pela Mineração: técnicas de revegetação. Brasília: IBAMA.1990. 96p. Galvão, A.P.M.; Porfírio-da-Silva, V. Restauração florestal : Fundamentos e estudos de caso. Colombo: Embrapa Florestas, 2005. 139p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ENGEL, V.L.; PARROTTA, J. A. Definindo a restauração ecológica: tendências e perspectivas mundiais. In: Restauração Ecológica de Ecossistemas Naturais. Páginas: 01-26 em KAGEYAMA, P. Y.; OLIVEIRA, R. E.; MORAES, L. F. D., ENGEL, V. L.; GANDARA, F. B., (editores). Restauração Ecológica de Ecossistemas Naturais. Botucatu, SP. 2003. REIS, A., F. C. BECHARA, M. B. ESPINDOLA, N. K. VIEIRA E L.L. SOUZA. Restauração de áreas degradadas: a nucleação como base para incrementar os processos sucessionais. Natureza & Conservação. v. 1, p. 28-36, 2003. RODRIGUES, R. R., MARTINS, S. V., BARROS, E L. C. Tropical Rain Forest regeneration in an area degraded by mining in Mato Grosso State, Brazil. Forest Ecology and Management v. 190, p. 323-333, 2004. SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. Editora Oficina de textos, 2006. RODRIGUES, R. R.; MARTINS, S.V.; BARROS, L. C. Tropical Rain Forest regeneration in na area degraded by mining in Mato Grosso State, Brazil. Forest Ecology and Management. v. 190, p. 323-333, 2004.

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO BCA E NOS BACHARELADOS PROFISSIONAIS DO IBEF

Código: IBEF030066	LIBRAS	CH: 45 horas
EMENTA: A disciplina de LIBRAS busca oportunizar aos estudantes acadêmicos a formação diferenciada na área da Educação especial através das fundamentações teóricas: Legislação, Evolução Histórica. Os contextos da educação inclusiva. A cultura Surda: Surdo e Surdez, cultura e comunidade surda, noções da linguística aplicada à LIBRAS.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA		

CAPOVILLA, FERNANDO C. & RAPHAEL, WALKIRIA D. Dicionário: Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS. Vol. I e II. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
STAINBACK, S. E STAINBACK, W. Inclusão – um guia para educadores, Porto Alegre: Artmed, 1999.
THOMA, ADRIANA S. & LOPES, MAURA C. (org.). A invenção da Surdez – cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. 2ª Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
SÁ, NÍDIA R. LIMEIRA. Cultura, Poder e Educaçãode Surdos. São Paulo: Paulinas, 2006 LIBRAS.
Brasil. MEC. Saberes e Práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. SEEP/Brasília/DF, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MANTOAN, M. T. ÉGLER. A integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora SENAC, 1997.
FELTRIN, ANTÔNIO E. Inclusão Social na Escola – Quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2004.
SKLIAR, CARLOS (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. 3ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
Revista: Ciranda da Inclusão – A revista do Educador.
Brasil. MEC. Saberes e Práticas da inclusão – Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. SEEP/Brasília/DF, 2005.

ANEXO 6: ATIVIDADES COMPLEMENTARES (NORMATIVA)

Normatização das Atividades Complementares.

Regulamenta as Atividades Complementares integrantes dos Currículos do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias do Ibef - Ufopa.

Art. 1º – As Atividades Complementares são atividades educacionais e culturais realizadas pelos estudantes durante o curso, que não se encontram incluídas entre os componentes curriculares obrigatórios e optativos.

Art. 2º - As Atividades Complementares compreendem experiências de participação em: seminários, congressos, cursos, encontros culturais e atividades artísticas; organização de eventos; pesquisas, com ou sem bolsa de iniciação científica; projetos de ação comunitária; experimentos científicos; representação institucional; estágios e outras atividades, a critério do respectivo Colegiado do Curso.

Art. 3º - As Atividades Complementares poder ser promovidas pela Ufopa e por outras instituições qualificadas.

Art. 4º - As Atividades Complementares assumem como seu fundamento que a formação do estudante não se limita apenas à sala de aula, mas incorpora um conjunto amplo de experiências significativas, que permitem ao estudante vivenciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constitutiva da formação e da instituição universitárias.

Art. 5º - As Atividades Complementares têm como objetivos desenvolver a capacidade de: criticar e fazer autocrítica; exercer autonomia no estudo e no trabalho; assumir uma postura ética e cidadã na sociedade; trabalhar em grupo; organizar e planejar o uso do tempo; aplicar os conhecimentos em alguma prática; identificar e resolver problemas relativos às suas áreas de atuação; conciliar sensibilidade e razão na atuação sobre questões de interesse social abrangente, dentre outras.

Art. 6º - As Atividades Complementares serão analisadas pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso com base nos seguintes critérios: qualidade da atividade; adequação da atividade à formação pretendida pelo curso e pelo estudante e atualidade da atividade.

Art. 7º - As Atividades Complementares serão validadas pelo Colegiado como carga horária cumprida mediante a apresentação pelo estudante de documentos comprobatórios, contendo: nome da atividade; período de realização; local; carga horária desenvolvida pelo aluno e assinatura do responsável pela atividade, além de seu nome completo e sua função na instituição.

§ 1º – Os documentos comprobatórios cursados pelo aluno devem ser apresentados à Secretaria Acadêmica do Ibef, com base em regras a serem definidas por este órgão.

§ 2º – A entrega dos documentos comprobatórios de Atividades Complementares, para fins de integralização do curso e consequente diplomação, deve ocorrer até o último semestre previsto para a conclusão do mesmo, para que se proceda à avaliação curricular.

§ 3º – O estágio poderá ser validado em até um terço da carga horária total exigida para as Atividades Complementares, com base em atestado e em relatório apresentados pelo estudante.

§ 4º – Excepcionalmente, disciplinas e atividades cursadas além da carga horária mínima exigida no currículo poderão ser consideradas Atividades Complementares para fins de integralização do curso até, no máximo, um terço da carga horária total exigida para as Atividades Complementares.

Art. 8º - Os casos omissos serão resolvidos pelo respectivo Colegiado do curso e, quando estritamente necessário, pelo Conselho do Ibef.

ANEXO 7 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (NORMATIVA)

REGIMENTO DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO
DOS BACHARELADOS DO IBEF

Sumário

1. DISPOSIÇÕES GERAIS149
2. OBJETIVO GERAL150
3. DAS COMPETÊNCIAS150
3.1. A Comissão de TCC150
3.2. Professor da disciplina do “Projeto de TCC”150
3.3. Orientadores150
3.4. Secretaria Acadêmica151
3.5. Os Discentes Orientados151
3.7. Coordenador de Curso152
4. SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO ORAL E ARGUIÇÃO152
5. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE TCC DOS BACHARELADOS DO IBEF153
6. REPROVAÇÃO153
7. PUBLICAÇÃO DA VERSÃO FINAL DOS TCCs153
9.2 FORMATO do TCC155
9.3 ESTRUTURA BÁSICA155
9.4 NORMATIZAÇÃO BÁSICA DAS ESTRUTURAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**Erro! Indicador não definido.**
9.5 TCC EM FORMATO DE MONOGRAFIA157
9.6 TCC EM FORMATO DE ARTIGO CIENTÍFICO157
10. CASOS OMISSOS OU CONFLITUOSOS158
CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO159
ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO168

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este documento tem por objetivo normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso dos cursos de graduação do Ibef.

Em atendimento às Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação os cursos de graduação do Ibef deverão, obrigatoriamente, apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção do título de Bacharel no seu respectivo curso.

Para obtenção do título de Bacharel, o discente deverá confeccionar o “Projeto de TCC”, quesito obrigatório presente nos componentes curriculares de todos os PPCs dos cursos do Ibef, a ser desenvolvido ao longo de um semestre. Aprovado neste componente curricular, o discente, juntamente com seu orientador, deverá executar o proposto no projeto e defender o mesmo sendo obrigatório a aprovação para obtenção de seu título.

O TCC é de caráter individual, a ser finalizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional. O TCC deverá ser realizado dentro

da área de conhecimento do curso ao qual o aluno está matriculado, a partir da proposta do discente com a concordância do seu orientador.

2. OBJETIVO GERAL

O desenvolvimento dos TCCs do Ibef tem como objetivo proporcionar ao discente a integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

3. DAS COMPETÊNCIAS

3.1. A Comissão de TCC

A comissão de TCC só será constituída em casos excepcionais que envolvam o julgamento ou alterações das normas pré-estabelecidas, e em caráter temporário, sendo composta por representantes dos cursos regulares do Ibef e da secretaria acadêmica, indicados pela Direção do Ibef.

Compete à comissão julgar, alterar e modificar as normas de acordo com solicitações diversas e encaminhar as instâncias cabíveis para homologação.

3.2. Professor da disciplina do Projeto de TCC ou Seminário de TCC

Compete ao professor da disciplina:

a) Informar aos discentes a relação de professores-orientadores e suas respectivas linhas de pesquisa;
b) Indicar professores orientadores para os discentes que não os tiverem;
c) Indicar professor orientador substituto, caso haja necessidade;
d) Comunicar e esclarecer aos alunos e orientadores as normas de estruturação, formatação e elaboração do TCC do Ibef;
e)Acompanhar o desenvolvimento da proposta de trabalho de TCC (ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO DO TCC)
f) Exigir do aluno a versão escrita do Projeto de TCC (Introdução- Referenciais Teóricos, Justificativa, Objetivo(s), Metodologia, Cronograma, Resultados Esperados, Referências).
g) Entregar ao final da disciplina para a coordenação do curso, um banco de dados onde conste o nome e dados de identificação do discente, título do TCC e nome do professor orientador (DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO), Projeto de TCC e o TERMO DE COMPROMISSO DO ALUNO

3.3. Orientadores

Podem ser orientadores de TCC dos cursos regulares do Ibef todo professor ativo do instituto. Outro professor da Ufopa poderá orientar o TCC, desde que a coordenação do curso aprove. Poderá ser co-orientador qualquer profissional graduado, com conhecimento reconhecido dentro da linha de pesquisa proposta pelo aluno, desde que aprovado pela coordenação do curso.

São competências dos orientadores:

Formalizar a aceitação de orientação do aluno ao professor da disciplina do projeto de TCC ou seminário de TCC;
Indicar, caso considere necessário, o co-orientador de TCC;

c) Orientar no desenvolvimento da proposta de projeto de TCC (ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO DO TCC)
d) Exigir do aluno a versão escrita do Projeto de TCC (Introdução- Referenciais Teóricos, Justificativa, Objetivo(s), Metodologia, Cronograma, Resultados Esperados, Referências).
e) Encaminhar ao professor da disciplina de projeto de TCC ou seminário de TCC a DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO, ficha de ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO DO TCC e PROJETO DE TCC
f) Garantir a aptidão de defesa do aluno em tempo hábil;
g) Garantir que a data de defesa d aluno seja até a data limite indicada pela secretaria acadêmica do Ibef;
h) Caso o projeto de TCC seja alterado, o professor orientador terá até 30 dias, a partir do início do semestre da defesa, para solicitar análise e aprovação da coordenação do curso ao seu pedido;
i) Comunicar e justificar a coordenação do curso sua indisponibilidade em prosseguir com a orientação, caso necessário, em até 30 dias após o início do semestre letivo da defesa;
j) Encaminhar a sugestão de composição das bancas examinadoras, local e data de realização das sessões públicas de apresentação oral do TCC, 30 dias antes da defesa, a ser homologada pela coordenação;
k) Agendar e divulgar o espaço para a realização das sessões públicas de apresentação oral do TCC;
l) Encaminhar as cópias da versão do TCC aos membros das bancas examinadoras em até 7 dias antes da data marcada de defesa;
m) Preencher e entregar na secretaria acadêmica toda a documentação das sessões públicas de apresentação oral;
n) Garantir que o aluno entregue nos prazos pré-estabelecidos pela secretaria acadêmica a versão final do TCC dentro das normas de formatação.

3.4. Secretaria Acadêmica

Competem à Secretaria Acadêmica as seguintes atribuições:

Auxiliar no agendamento do espaço para a realização das sessões públicas de apresentação oral do TCC;
Receber os documentos relacionados à defesa de TCC;
b) Receber a versão final do TCC em formato digital;
c) Encaminhar à Coordenação de curso todos os documentos relacionados ao TCC para lançamento no sistema;
e) Divulgar as datas e prazos de defesa de TCC semestralmente;
f) Encaminhar a versão final do TCC à biblioteca.

3.5. Os Discentes Orientados

Todo estudante que foi aprovado na disciplina do projeto de TCC ou seminário de TCC está habilitado para realizar a defesa do TCC.
Compete ao discente:
Conhecer e cumprir o regulamento do TCC;

Entregar a ficha das informações com o nome do professor orientador, o título do projeto de TCC, ao docente responsável pela disciplina de projeto de TCC ou Seminário de TCC;
Elaborar as cópias da versão preliminar do produto do TCC aos membros das bancas examinadoras, de acordo com as normas estabelecidas neste documento;
Comparecer à sessão de apresentação oral do TCC em data e local estipulados pelo orientador. O não comparecimento deverá ser justificado, com documentação comprobatória, à coordenação do curso, no prazo de 48 horas após a ausência. Caberá a coordenação avaliar o mérito da justificativa;
Entregar a versão final do TCC conforme data estabelecida pela secretaria acadêmica e em concordância com as normas deste documento;
Solicitar a coordenação de curso mudança de orientação em até 30 dias após o início do semestre letivo da defesa caso ache necessário, devidamente justificado;
Em caso de o aluno optar por orientação de professores não lotados no Ibef, o mesmo deverá deixar o professor ciente das normas e prazos deste documento.

3.7. Coordenação de Curso
Compete a coordenação de curso:
Registrar o vinculo de orientação no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA);
Homologar a composição das bancas;
Homologar, caso haja, co-orientação;
Entregar os Certificados de Participação de Banca;
Consolidar atividade no SIGAA.
Cadastrar o arquivo digital do TCC (formato PDF) no portal do SIGAA>módulos>portal da coord. de graduação>aluno>trabalho final de curso

3.8 Banca examinadora
O TCC será apresentado pelo discente perante uma banca examinadora composta por dois integrantes titulares e um suplente, indicados pelo professor orientador. Pelo menos um dos membros titulares deve ser docente da Ufopa.
As bancas examinadoras poderão ter um (01) membro com titulação mínima de graduação, desde que com comprovada atuação e conhecimento reconhecido no tema defendido.
O professor orientador será presidente da banca examinadora, mas não emitirá parecer.
Em casos de co-orientação, o co-orientador não poderá participar da banca examinadora como membro.
Compete a banca examinadora:
Avaliar e atribuir nota ao TCC conforme a ficha de avaliação padrão do Ibef;
Questionar, arguir e contribuir para aprimorar o TCC.

4. SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO ORAL E ARGUIÇÃO
As sessões de apresentação oral e arguição do TCC serão públicas e conduzidas pelos presidentes das bancas examinadoras;

A banca examinadora somente poderá executar seus trabalhos com os três membros designados presentes (dois membros titulares e o presidente);
Caso o orientador esteja impossibilitado de participar da defesa, o co-orientador presidirá a banca;
O presidente da banca examinadora deverá iniciar a sessão pública no horário fixado;
Em caso de atraso de um dos integrantes da banca examinadora, haverá uma tolerância de até 30 minutos para início da sessão pública;
A ausência do discente ou dos membros da banca examinadora deverá ser relatado em ata pelo presidente da banca;
Os membros da banca examinadora, após o término da arguição, reunir-se-ão e realizarão o registro das notas dos critérios avaliados em fichas disponibilizadas pelo presidente da banca;
A nota final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada na ata da sessão pública de defesa;
A ata da sessão pública não poderá conter rasuras e, ou, emendas;
Todos os casos omissos a este regimento, ou conflituosos, serão tratados e deliberados pelo Colegiado do Curso.

5. O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE TCC DOS BACHARELADOS DO IBEF

O processo de avaliação de TCC obedecerá aos seguintes critérios gerais:
a avaliação será realizada pelos membros das bancas examinadoras em sessão pública, exceto o presidente da banca;
a avaliação será realizada em duas fases: análise do TCC escrito e da apresentação oral, com arguição dos membros da banca;
a nota final do TCC será a média aritmética atribuída pelos membros da banca examinadora, considerando a análise do TCC escrito e da apresentação oral;
a nota final para aprovação do TCC deverá ser maior ou igual a seis (NF > 6,00);
não há substituição da nota final atribuída pelos membros da banca examinadora.
A avaliação da banca deverá ser consonante com os critérios expostos na ficha da avaliação de TCC, entregue a banca.
A nota final (NF) será a média das notas dos membros avaliadores da banca examinadora (NM).
$NF = \sum NM/2$
Ata de defesa e o resultado final deverá ser entregue a secretária acadêmica logo após a realização da banca.

6. REPROVAÇÃO

O discente será reprovado nas seguintes situações:
entregar o TCC, mas não comparecer para a apresentação e arguição orais em sessão pública no prazo fixado;
identificação de qualquer tipo de plágio ou a não adoção das modalidades e do formato de TCC do Ibef resulta em reprovação do trabalho com nota 0 (zero);
não alcançar a nota final mínima para aprovação, que é seis (6,00).

7. ENTREGA DA VERSÃO FINAL DE TCC – CÓPIA ELETRÔNICA

A Secretária Acadêmica encaminhará a versão final do TCC, em formato de digital para a Biblioteca da Ufopa e para coordenações dos cursos.
A concessão do título de Bacharel é condicionada ao depósito, junto à secretária Acadêmica, de 01 (um) exemplar no formato digital (arquivo em PDF), da versão definitiva do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Juntamente com o exemplar, o(a) autor(a) deve entregar:
a) Autorização para Publicação de TCC devidamente preenchido e assinado.
b) A versão definitiva do TCC, em formato digital, deverá ser entregue à Secretaria Acadêmica em até 7 (sete) dias após a data de defesa ou até o prazo final de entrega estabelecido pela secretária acadêmica. O conteúdo da versão digital deverá estar em conformidade com o material apresentado à banca avaliadora e deve conter, se for o caso, as correções relevantes apontadas pelos avaliadores.
c) Folha de aprovação da versão final com assinaturas da banca avaliadora em formato digital e impresso.
d) Ficha catalográfica (incluída logo após a folha de rosto) que deve ser solicitada para Biblioteca da Ufopa.
e) A versão digital deverá estar em formato com a extensão PDF, em arquivo único, com tamanho máximo de 10MB.
f) Caso haja arquivos de som, imagem e/ou vídeo, é recomendável utilizar os seguintes formatos: Som - MPEG-3 (MP3), WAVE, MIDI. Imagem – JPEG. Vídeo – MPEG.
g) As mídias de suporte (CD-ROM ou DVD) dos arquivos digitais dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) devem ser identificados externamente, por etiqueta própria ou impressão, com as seguintes informações: nome do autor(a) e título do trabalho (Modelo Ver anexos). Serão aceitas identificações feitas à mão, com caneta própria para esse fim.
h) As mídias de suporte (CD-ROM ou DVD) dos arquivos digitais dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), deverão estar acondicionadas em caixas de proteção (estojos) transparentes, com dimensões: 14mmx185mmx132mm (largura x altura x comprimento).
i) O estojo contendo o CD-ROM ou DVD de suporte dos arquivos digitais dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) devem ser identificados externamente com capa padrão, conforme modelo próprio (anexo) contendo as seguintes informações:
1. Identificação da Universidade, Instituto e Curso;
2. Nome do(a) autor(a) (por extenso);
3. Título do trabalho;
4. Ano de defesa;
f) A assinatura do(a) autor(a), orientador(a) e dos membros da banca nos documentos (ATA DE DEFESA) e formulários (PROTOCOLO DE ENTREGA DE VERSÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO e TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DE TCC) deverá ser original, escrita a próprio punho com caneta esferográfica nas cores preta ou azul. Somente será aceita assinatura digital de membros da banca ou do orientador se for comunicado por e-mail (secretária acadêmica) o motivo para impedimento da assinatura dos documentos.
8. DO DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER NORMA
A desobservância de qualquer dos itens mencionados neste documento impedirá o aluno de solicitar a emissão do diploma.

9 NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE TCC

9.1 MODALIDADES

O TCC deverá ser original e versar sobre tema relacionado área de atuação do curso ao qual o aluno está vinculado, podendo ser:

I. Pesquisa – investigação científica desenvolvida pelo estudante ou desenvolvimento de produto;

II. Revisão de literatura – trata-se de uma revisão de bibliografia referente ao tema proposto, com análise crítica fundamentada no referencial teórico adotado.

III. Estudo de caso – apresentação de caso, na área de atuação do curso ao qual o aluno está vinculado.

O TCC deverá ser redigido, no formato de monografia ou artigo científico, conforme acordado entre o docente orientador e o estudante.

9.2 FORMATO do TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser redigido de uma das seguintes formas: Monografia: Produção dissertativa de um texto sobre um assunto específico relacionado ao curso ao qual o discente está matriculado. Com um tamanho mais extenso que o Artigo Científico, deve ter no mínimo 30 páginas, a Monografia discorre com maior volume e densidade sobre o assunto escolhido e tem como principal objetivo a organização do aprendizado adquirido durante o curso.

Artigo Científico: O Artigo Científico tem uma característica de síntese, mais conciso que a Monografia, número de páginas e a formatação dos elementos textuais e o número de páginas irá depender da revista escolhida pelo orientador. O TCC escrito na forma de artigo científico deverá ser apresentado nos moldes do periódico pretendido, com exceção dos itens pré-textuais. O trabalho deverá ter como anexo as normas para publicação do referido periódico, conforme as "instruções aos autores".

9.3 ESTRUTURA BÁSICA

O TCC poderá conter os seguintes elementos obrigatórios (destacados em cinza) e opcionais, de acordo com a modalidade adotada.

Estrutura		Elementos		
		Monografia	Artigos Originais	
Parte externa		Capa	Capa	
Parte interna	Pré-textuais	Folha de rosto	Folha de rosto	
		Ficha Catalográfica	Ficha Catalográfica	
		Folha de aprovação	Folha de aprovação	
		Dedicatória	Dedicatória	
		Agradecimentos	Agradecimentos	
		Epígrafe	Epígrafe	
		Resumo	Resumo	

		Abstract		Abstract	
		Lista de ilustrações		Lista de ilustrações	
		Lista de tabelas		Lista de tabelas	
		Lista de abreviaturas e siglas		Lista de abreviaturas e siglas	
		Lista de símbolos		Lista de símbolos	
		Sumário		Sumário	
	Textuais	Introdução		Introdução Geral	
		Justificativa		Revisão de literatura	
		Revisão de literatura		Artigo científico contendo os elementos recomendados pela revista científica	
		Objetivo(s) (Gerais e Específicos – dividir se necessário)			
		Metodologia			
		Resultados	Resultados e Discussão		
		Discussão	Conclusão ou Considerações finais		
		Conclusão ou Considerações finais			
		Referências	Referências		
	Pós-textuais	Glossário		Apêndice (s)	
		Apêndice (s)		Anexos (s)	
		Anexos (s)		Normas da revista científica	
		Índice(s)		Comprovante de submissão	

As monografias elaboradas na forma de Revisão Bibliográfica substituir os itens textuais por Introdução, Objetivos (Gerais e Específicos – dividir se necessário), Desenvolvimento (poderá ser subdivido em quantos subtítulos forem necessários), Conclusões ou Considerações.
Em caso de artigo de revisão este deverá ser seguir as normas da revista científica escolhida.

9.4 NORMATIZAÇÃO BÁSICA DAS ESTRUTURAS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os textos devem ser digitados ou datilografados em cor preta, podendo utilizar outras cores apenas para as ilustrações. Em caso de impressão, utilizar papel branco ou reciclado, em formato A4 (21 cm x 29,7 cm). Os elementos pré-textuais devem iniciar no anverso da folha, com exceção dos dados internacionais de catalogação na publicação que devem vir no verso da folha de rosto.

Elementos pré-textuais

Independente do formato da apresentação, os elementos pré-textuais deverão apresentar a seguinte formatação básica:

Capa;

Papel branco ou reciclado, formato A4 (21 cm x 29,7 cm);

Fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12;
Margens esquerda, direita e superior de 3 cm; inferior de 2 cm;
Espaçamento entre linhas 1,5;
Elementos sem título e sem indicativo numérico: folha de aprovação, dedicatória e epígrafe (s);
Elementos com título centralizado na folha e sem indicativo numérico: errata, agradecimentos, lista de ilustrações, lista de abreviaturas e siglas, resumos, sumário.

Elementos textuais
A formatação varia em função do modo de apresentação do TCC.

9.5 TCC EM FORMATO DE MONOGRAFIA
Fonte Arial ou Times New Roman, tamanho 12;
Mínimo de 30 páginas;
Margens esquerda, direita e superior de 3 cm; inferior de 2 cm;
Espaçamento entre linhas 1,5, com exceção das citações de mais de três linhas, notas de rodapé, ficha catalográfica, referências, legendas das ilustrações e das tabelas, natureza do trabalho, nome da instituição a que é submetida e área de concentração, que devem ser digitados em espaço simples;
Os títulos das seções primárias devem iniciar em folha distinta. Destacam-se gradativamente os títulos das seções, utilizando-se os recursos de negrito, itálico ou grifo, entre outros;
As páginas pré-textuais devem ser contadas a partir da folha de rosto, mas não numeradas. A numeração deve figurar, a partir da primeira página dos elementos textuais (folha da introdução), em algarismos arábicos, no canto inferior direito da folha.
9.6 TCC EM FORMATO DE ARTIGO CIENTÍFICO
O TCC escrito na forma de artigo científico deverá ser apresentado nos moldes do periódico pretendido, com exceção dos itens pontuados abaixo:
Papel branco ou reciclado, formato A4 (21 cm x 29,7 cm).
Elementos textuais devem ser inseridos no anverso da folha.
Elementos pré e pós-textuais: margens esquerdas, direita e superior de 3 cm; inferior de 2 cm;
O trabalho deverá ter como anexo as normas para publicação do referido periódico, conforme as "instruções aos autores" da revista escolhida.

Elementos pós-textuais
Havendo apêndice e/ou anexo, as suas folhas ou páginas devem ser numeradas de maneira contínua e sua paginação deve dar seguimento dos elementos textuais.
Elementos com título justificado na folha e sem indicativo numérico: referências, anexos, apêndices e índices.
Os detalhes de formatação do TCC deverão seguir as normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos da Ufopa podem ser observado no documento em anexo, nos elementos pré-textuais e pós-textuais e deverão seguir as normas da ABNT para formatação da bibliográfica consultada no caso das monografias e no caso de artigos científicos deverão seguir as normas da revista escolhida pelo orientador.

10. PLAGIO

Compete ao orientador proceder a verificação de plágio durante o processo de orientação, utilizando os recursos disponíveis nas tecnologias de informação para validação da autoria do texto. Compete aos membros da banca proceder a verificação de plágio durante o processo de avaliação do documento escrito. E são obrigações dos acadêmicos respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos e científicos, textos de livros, sítios da internet, sob pena de responder por plágio e de aplicação de sanção disciplinar.

11. CASOS OMISSOS OU CONFLITUOSOS

Todos os casos omissos a este regimento, ou conflituosos, serão tratados pelo Colegiado do curso de origem do aluno.

FORMULÁRIOS DE ELABORAÇÃO E ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DECLARAÇÃO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO*

Eu, Professor(a) _____, DECLARO que aceito orientar o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC do (a) aluno(a) _____,
e que estou ciente das normas e padrões para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, bem como do prazo para entrega do Pré-projeto.
Título provisório do TCC:_____
_____

Santarém – PA, __ de _____ de 20__.

Docente/carimbo
SIAPE nº

Discente
Matrícula nº

* Documento obrigatório para registro de orientação a ser entregue na coordenação do curso.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SOLICITAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE DISCENTE

Acadêmico (a):_____
Matrícula:_____Telefone e e-mail:_____
Prof. (a) Orientador (a): _____
Curso:_____
Título do TCC: _____
_____
_____
Motivo do desligamento do acadêmico (descrever detalhadamente a justificativa):
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Santarém, _____ de _____ de _____.

Professor Orientador
SIAPE nº

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SOLICITAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTADOR

Acadêmico (a):_____
Matrícula:_____Telefone e e-mail:_____
Prof. (a) Orientador (a): _____
Curso:_____
Título do TCC: _____
_____
_____
Motivo do desligamento do professor orientador (descrever detalhadamente a justificativa):
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Santarém, _____ de _____ de _____.

Aluno
Matrícula n

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE COMPROMISSO DO ALUNO

Eu, _____, estudante do Curso Graduação em _____ do Ibef declaro estar ciente das minhas atribuições durante a execução do TCC e a possibilidade de cancelamento do termo de orientação em caso de descumprimento da mesma.

Compete ao orientando:

Informar-se sobre as normas e regulamentos do TCC e cumpri-las;

Entregar o termo de compromisso do estudante, devidamente assinado ao professor da disciplina do projeto de TCC

Escolher um orientador, considerando a disponibilidade, afinidade e expertise do professor com o tema do trabalho;

Entregar ao professor da disciplina do projeto de TCC, o registro do nome do orientador e o tema do TCC, conforme modelo de carta de aceite para orientação;

Cumprir o plano e o cronograma de trabalho estabelecido em conjunto com seu orientador;

Submeter o projeto de TCC ao Comitê de Ética (quando necessário);

Entregar, em data previamente estabelecida e divulgada, uma cópia impressa do projeto de TCC e lista de frequência de encontros assinada pelo orientado/orientador ao professor da disciplina do projeto TCC ou seminário de TCC no momento da realização desta disciplina;

Entregar, num prazo máximo de 7 dias antes da defesa, as cópias impressas ou eletrônica do TCC, sendo uma para o orientador, uma para cada membro da Banca Examinadora e uma para o suplente;

Entregar uma cópia impressa do TCC corrigido ao orientador para verificação das modificações foram realizadas;

Entregar, em até 7 dias corridos após a defesa (o prazo limite não pode ultrapassar as datas estabelecidas pela secretária acadêmica), a versão final do TCC, corrigido, aprovado, assinado pelo Orientador, em formato PDF. Esta versão deverá ser encaminha à Secretaria Acadêmica do Ibef.

_____
Assinatura do estudante

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ACOMPANHAMENTO DE ATIVIDADES DO PROJETO DE TCC
DISCIPLINA PROJETO DE TCC

	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	
	1 Identificação do Aluno	
Nome Completo:		Matrícula:
Celular:	E-mail:	
	2 Título do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	
	3 Identificação do Orientador	
	Nome Completo:	
Celular:	E-mail:	

Data	Atividade (s) realizada (s)	Data próximo encontro	Atividade(s) sugerida(s) para o próximo encontro	Rubrica do Orientador

Data	Atividade (s) realizada (s)	Data próximo encontro	Atividade(s) sugerida(s) para o próximo encontro	Rubrica do Orientador

Data	Atividade (s) realizada (s)	Data próximo encontro	Atividade(s) sugerida(s) para o próximo encontro	Rubrica do Orientador

Data	Atividade (s) realizada (s)	Data próximo encontro	Atividade(s) sugerida(s) para o próximo encontro	Rubrica do Orientador

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CARTA CONVITE PARA COMISSÃO EXAMINADORA

A:

Temos o prazer de convidar V.S. para participar da Comissão Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno (a)
_____ que se intitula
_____
_____
_____
_____ elaborada sob nossa orientação.
O Trabalho será apresentado no dia _____ de _____ de 20_____, às _____ horas, local _____.
No caso de impossibilidade em participar, favor comunicar-nos no prazo máximo de quarenta e oito horas (48h) para que possamos providenciar nova composição da Comissão Examinadora.

Desde já agradecemos.

Atenciosamente,

Assinatura do Orientador (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

REQUERIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DO TCC

Eu, _____, orientador(a) do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
_____
_____tendo como orientando (a)
_____ solicito a apreciação da Coordenação do curso de _____, quanto a composição da seguinte Banca Examinadora:

	Nome	Formação/Instituição/Cargo
Membro 1		
Membro 2		
Suplente		

Atenciosamente,

_____
Assinatura do Orientador (a)

Santarém, ___ /____/____

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE ORIENTAÇÃO PARA BANCAS DE TCC

Os membros da banca examinadora deverão observar as seguintes instruções:
O aluno será avaliado em duas modalidades - avaliação da apresentação oral e análise do trabalho escrito - por uma banca examinadora composta por três membros. Somente os membros titulares atribuirão nota ao trabalho, numa escala de 0 a 10,0;
No trabalho escrito, cada membro deve avaliar: organização sequencial, argumentação, profundidade do tema, relevância e contribuição acadêmica da pesquisa, correção gramatical, clareza, apresentação estética e adequação aos aspectos formais e às normas da ABNT;
Na apresentação oral, cada membro deve avaliar: domínio do conteúdo, organização da apresentação, habilidades de comunicação e expressão, capacidade de argumentação, uso dos recursos audiovisuais, correção gramatical e apresentação estética do trabalho;
Recomenda-se que a defesa do TCC siga a seguinte distribuição de tempo:
15 (quinze) a 30 (trinta) minutos para a apresentação oral pelo candidato,
Até 15 (quinze) minutos de arguição para cada membro da banca examinadora e
Até 15 (quinze) minutos para avaliação e deliberação da banca sobre o trabalho, divulgação do conceito (aprovado ou reprovado) e encerramento.
A nota final de cada examinador será a soma do trabalho escrito (com valor de 0 a 7,0 - zero a sete) e da apresentação oral (com valor de 0 a 3,0 - zero a três), totalizando, assim, nota 10,0 (dez). A média final será calculada pela soma das duas notas finais e divisão por dois. É considerado aprovado no Trabalho de Conclusão do Curso o aluno com média final igual ou superior a 6,0 (seis).
A avaliação será documentada em ficha de avaliação final e fichas individuais, onde devem constar as notas que cada examinador atribuiu ao aluno.
Ao término da defesa, o orientador deverá entregar as fichas de avaliação e a ata de defesa assinadas à Secretaria Acadêmica.
A nota final do aluno somente deve ser atribuída ao aluno, via SIGAA mediante a entrega da versão final ao Orientador, com as correções sugeridas pela banca, no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos após a defesa, desde que não ultrapasse a data estabelecida pela secretária acadêmica.
A identificação de qualquer tipo de plágio ou a não adoção das modalidades e do formato de TCC do Ibef resulta em reprovação do trabalho com nota 0 (zero).

FICHA DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA BANCA EXAMINADORA DE TCC

Avaliação do TCC Escrito	
Apresentação do tema Titulo do trabalho adequado ao objetivo proposto	(até 0,5 ponto)
Introdução Referencial teórico (em caso de monografia) Apresenta e contextualiza o tema, apresenta os objetivos que foram traçados para desenvolver o TCC; apresentado os elementos teóricos de base da área do conhecimento investigada, bem como a definição	(até 1,5 pontos)

dos termos, conceitos e estado da arte pertinentes ao referido campo do TCC.	
Metodologia Descreve os procedimentos metodológicos; descreve com detalhes suficientes a proposta desenvolvida. Realiza avaliação condizente com os objetivos traçados para o trabalho.	(até 1,5 pontos)
Apresentação e discussão dos resultados Descreve com detalhes suficientes os resultados alcançados, discutindo com outros autores.	(até 2,5 pontos)
Conclusões ou Considerações finais Referências bibliográficas Apresenta sua síntese do trabalho, de modo a expressar a compreensão sobre o assunto que foi objeto desse TCC e a sua contribuição para o tema. O texto apresenta a totalidade das fontes de informação citadas. Literatura apresentada dentro das normas ABNT.	(até 1 ponto)
Nota final da avaliação do trabalho escrito (soma das notas, máximo 7 pontos)	
Avaliação da apresentação oral e arguição	
Estruturação e ordenação do conteúdo da apresentação	(até 0,5 pontos)
Clareza e fluência na exposição das ideias	(até 0,5 pontos)
Domínio acerca do tema desenvolvido (embasamento teórico)	(até 1 pontos)
Qualidade dos slides e uso dos recursos audiovisuais (texto; figuras, tabelas, gráficos legíveis, etc.)	(até 1,0 pontos)
Nota final da apresentação oral (soma das notas, máximo 3 pontos)	

Nome do avaliador:_____

Assinatura do Avaliador:_____

Santarém, _____ de _____ de_____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, às _____ horas, em sessão pública na sala _____ do Instituto de Biodiversidade e Florestas da Ufopa, na presença da Banca Examinadora presidida pelo(a) Professor(a) _____
e composta pelos examinadores:
1._____
2._____,
o(a) aluno(a) _____
apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:
_____
_____
_____
como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado em _____. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela* _____ do referido trabalho com a nota final _____, divulgando o resultado formalmente ao aluno(a) e demais presentes e eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadores e pelo aluno.

_____
Presidente da Banca Examinadora

_____
Examinador 01

_____
Examinador 02

_____
Aluno (a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE BANCA

Declaro para os devidos fins que o Prof. _____ participou da banca de avaliação do trabalho de conclusão de curso de Graduação em _____da(o) aluna(o) _____ intitulada “ _____ _____ _____”. A banca examinadora foi composta da seguinte forma:

1º Examinador: Prof. _____

2º Examinador: Prof. _____

Santarém, _____de_____de_____

Coordenador de Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PROTOCOLO DE ENTREGA DE VERSÃO FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Eu, _____, nº matrícula: _____, estou depositando meu TCC, com o Título _____ e cuja orientação foi do(a) professor(a) _____.

Estou ciente que o meu trabalho poderá ser publicado pela Ufopa/Ibef em seu site ou de forma impressa.

Afirmo que as recomendações da banca aprovadas pelo orientador foram feitas e constam na versão final do TCC contida no CD em formato PDF.

Nome e Assinatura acadêmico:_____
Nome e Assinatura orientador:_____
Nome e Assinatura do 1º Examinador: _____
Nome e Assinatura do 2º Examinador: Prof. _____
Santarém,_____de_____de_____

RECIBO DA ENTREGA DE VERSÃO FINAL DO TRABALHO

Recebemos de _____, nº matrícula_____orientado(a) do(a) professor(a) _____ _____ o seu TCC.

Santarém,_____de_____de_____ .

Recebido por: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DE TCC
DADOS PESSOAIS DO AUTOR
Nome:
CPF:
E-mail:
Telefone: ( )
IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO
Data de defesa: ___/___/_____
Título: _____
Curso: _____
Orientador: _____ CPF: _____ E-mail:
Co-Orientador: _____ CPF: _____ E-mail:
Agência de fomento: ( ) CAPES ( ) CNPq ( ) Outro (especifique):
PERMISSÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO: ( ) Total ( ) Parcial
Em caso de liberação parcial, especifique os capítulos permitidos (neste caso os referidos capítulos devem estar em PDF, em arquivo único):
_____. A data para ser publicado do referido trabalho na integra será:_____.
Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, em consonância com a Lei n° 9610/98, autorizo a Biblioteca a disponibilizar gratuitamente em seu site institucional, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou download, conforme permissão assinalada.

Assinatura do autor:
_____

Assinatura do orientador:
_____

Santarém,_____ de _____de_____

Modelo TCC em CD-ROM
É necessário fazer a identificação do trabalho de conclusão de curso no rosto do CD-ROM, para isso pode-se utilizar caneta de retroprojetor preta ou azul ou etiquetas apropriadas para CD-ROM
A identificação do trabalho no rosto do CD-ROM deve ser:

A identificação da capa do CD-ROM deve ser::

Presidente da Banca

Banca Examinadora

Avaliador I
Instituição
Avaliador II
Instituição

Autor, Titulo TCC

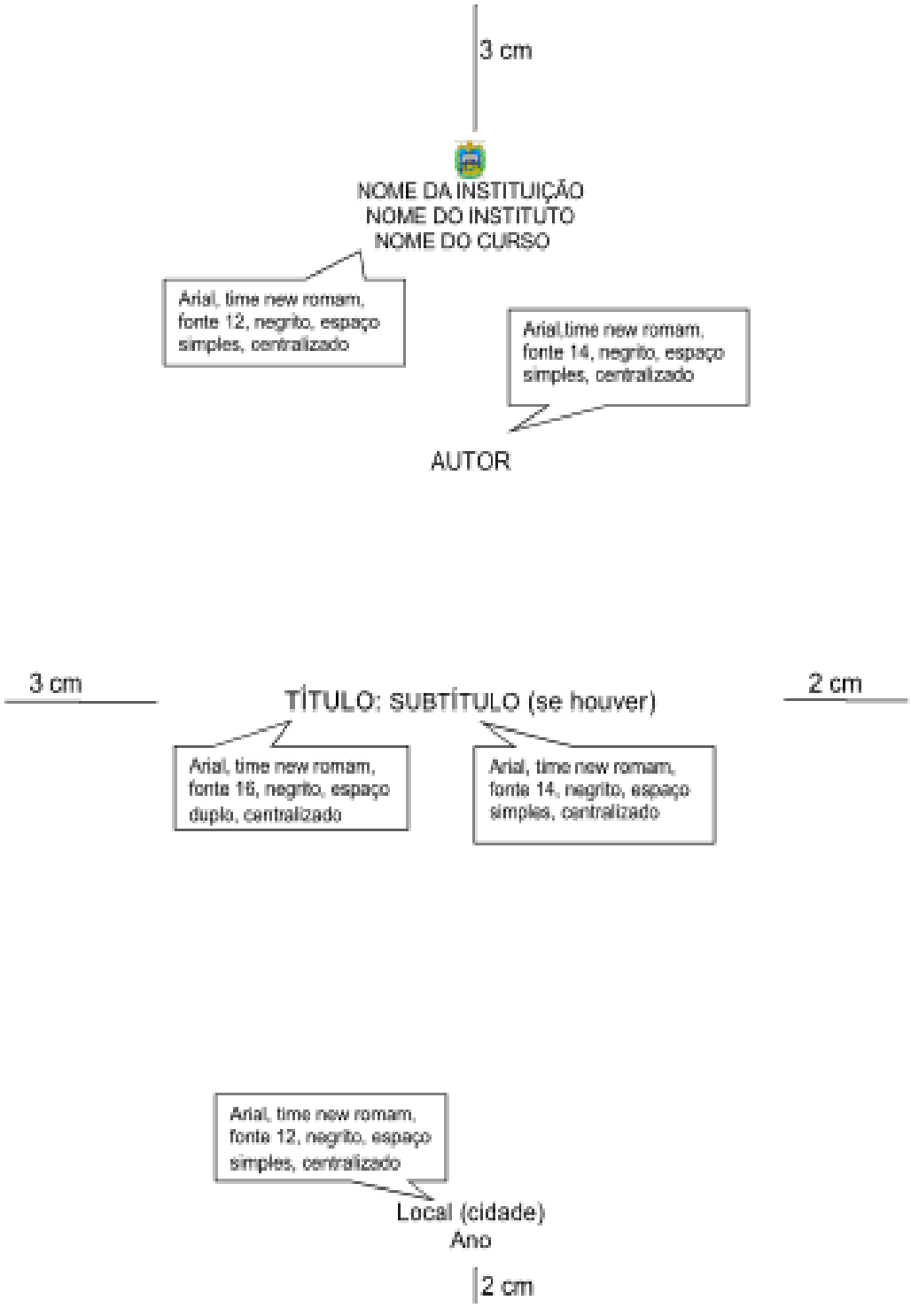
Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Biodiversidade e Florestas
Curso de XXXX

Trabalho de Conclusão de Curso

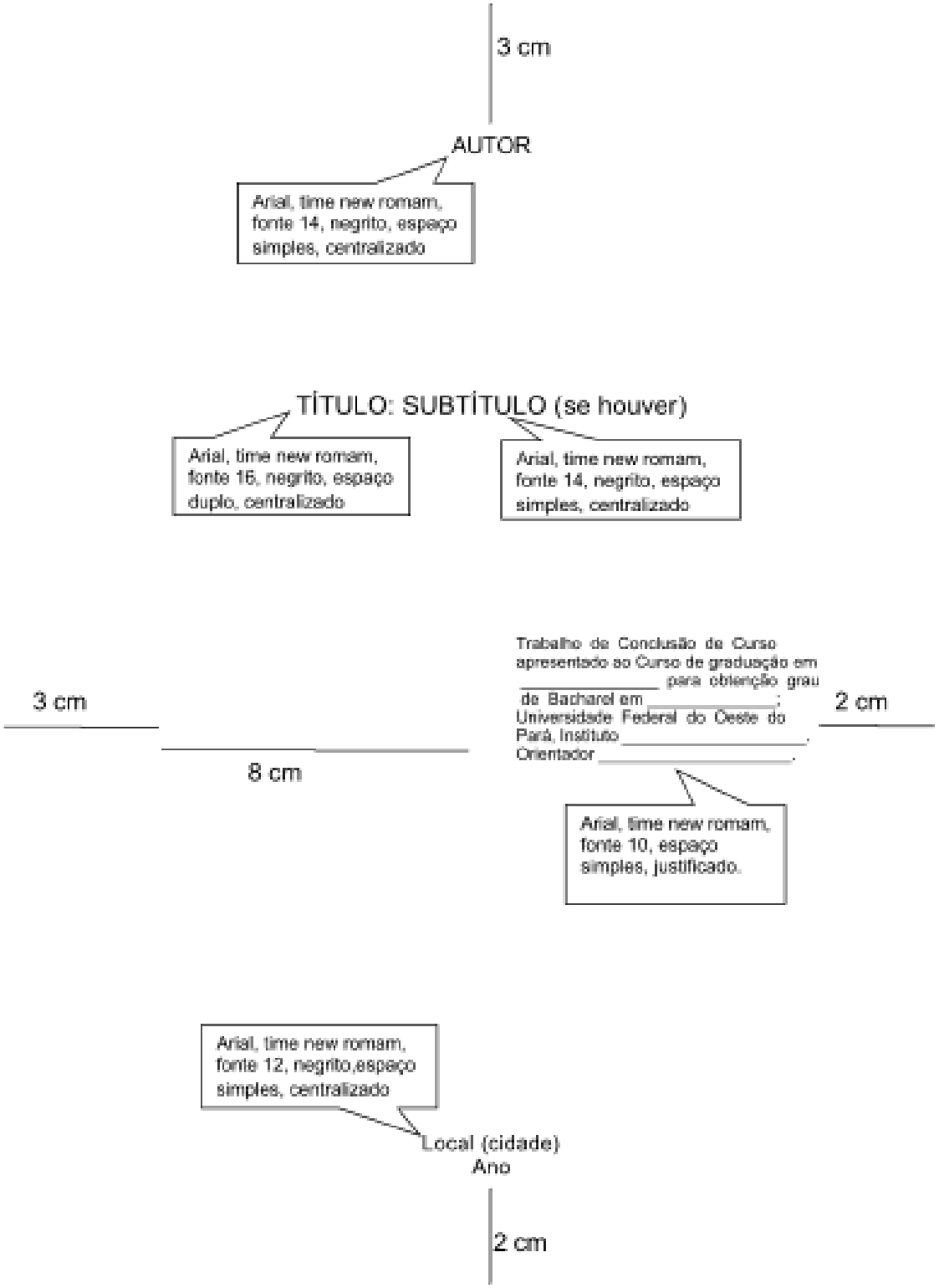
No
Dd

TÍTULO TCC

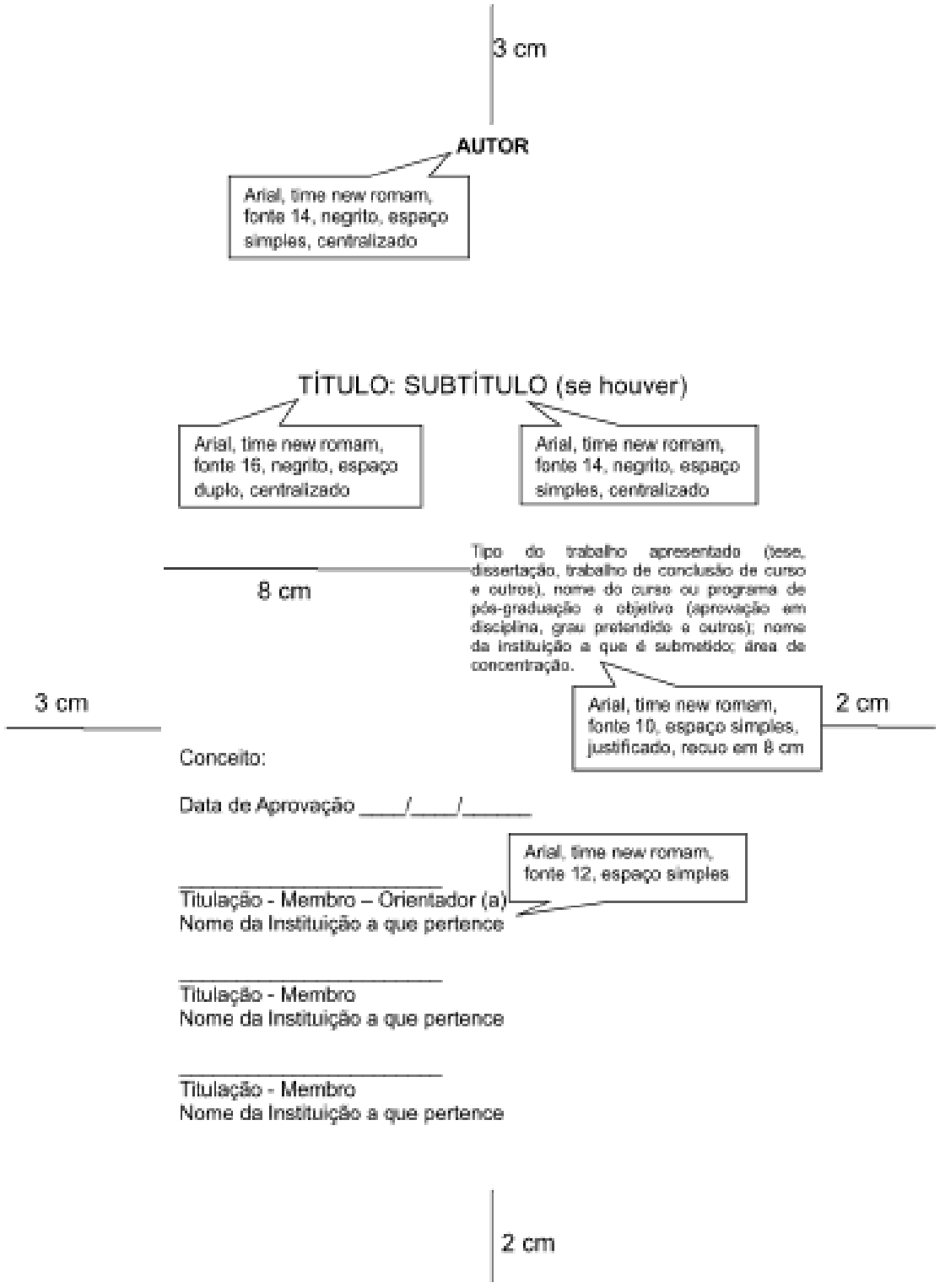
MODELO DE CAPA



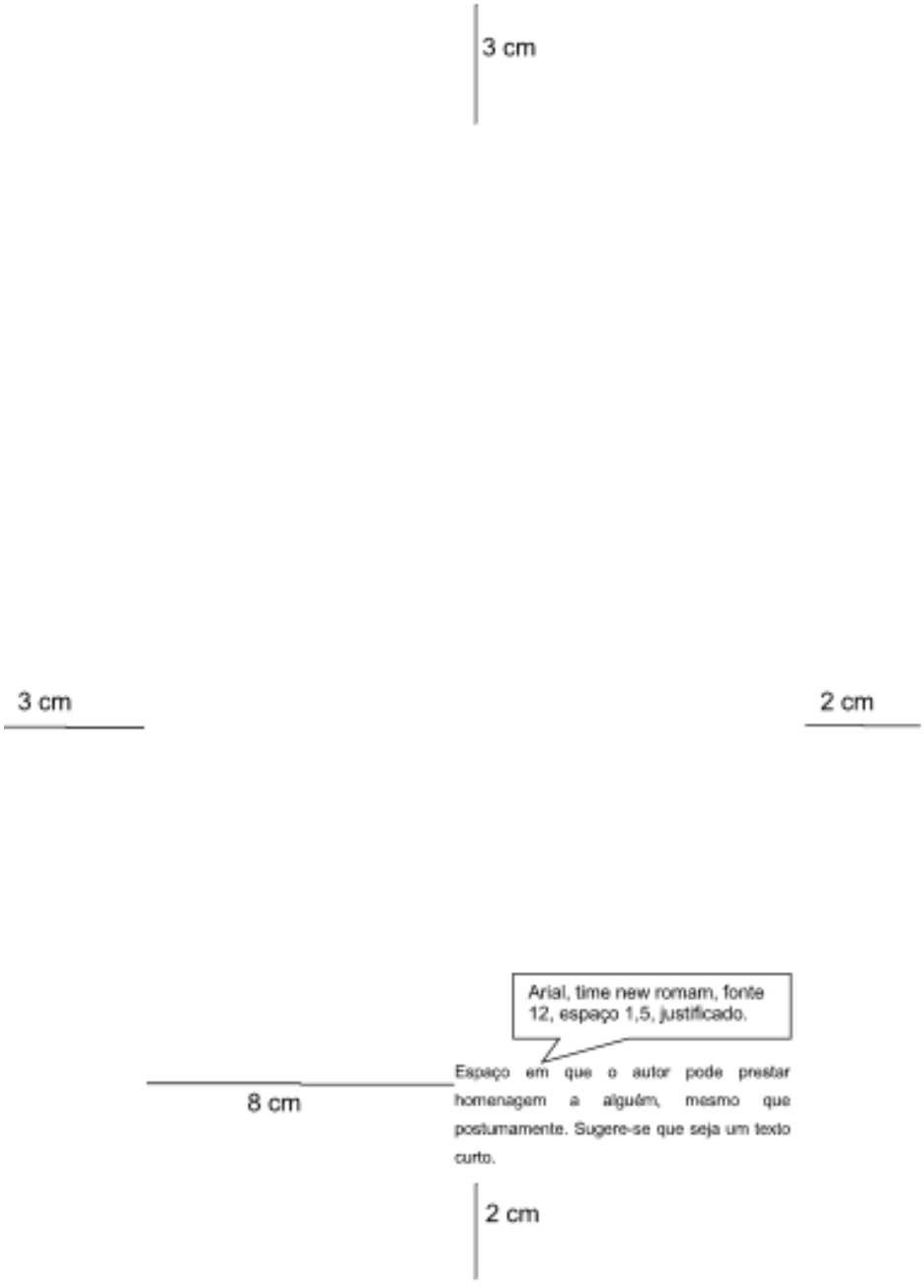
MODELO DE FOLHA DE ROSTO



MODELO DE FOLHA DE APROVAÇÃO



MODELO DE DEDICATORIA



MODELO DE AGRADECIMENTO

3 cm

AGRADECIMENTO

Arial, time new romam, fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

Texto em o autor registra a contribuição de pessoas e/ou instituições que, de alguma forma, colaboraram de maneira relevante para elaboração do trabalho. A disposição do texto é livre, porém, recomenda-se que não seja muito longo.

Arial, time new romam, fonte 12, espaço 1,5

3 cm

2 cm

MODELO DE RESUMO

3 cm

Arial, time new romam, fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

RESUMO

Arial, time new romam, fonte 12, espaço 1,5

O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. Deve ser composto de uma sequencia de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (memória, estudo de caso, análise da situação etc.). Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular.

Dois espaços de 1,5

Palavras-Chave: Trabalhos Acadêmicos. Normas.

3 cm

2 cm

MODELO DE ABSTRACT

3 cm

Arial, time new romam, fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

ABSTRACT

Arial, time new romam, fonte 12, espaço 1,5

The summary should outline the purpose, methodology, results and conclusions of the paper. Should consist of a sequence of concise, affirmative and not sentences enumeration of topics. The use of single paragraph is recommended. The first sentence should be meaningful, explaining the main theme of the document. Next, you should indicate the information on the category of treatment (memory, case study analysis of the situation etc.). You should use the verb in the active voice and third person singular.

Dois espaços de 1,5

Keywords: Academic works. Norms.

3 cm

2 cm

MODELO DE LISTA DE ILUSTRAÇÃO

3 cm

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Arial, time new romam, fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

Figura 1 - Título 16
Figura 2 - Título 19
Quadro 1 - Título 20
Mapa 1 - Título 34
Figura 3 - Título 37
Quadro 2 - Título 42
Gráfico 1 - Título 49
Figura 4 - Título 58

Arial, time new romam, fonte 12, espaço 1,5

3 cm

2 cm

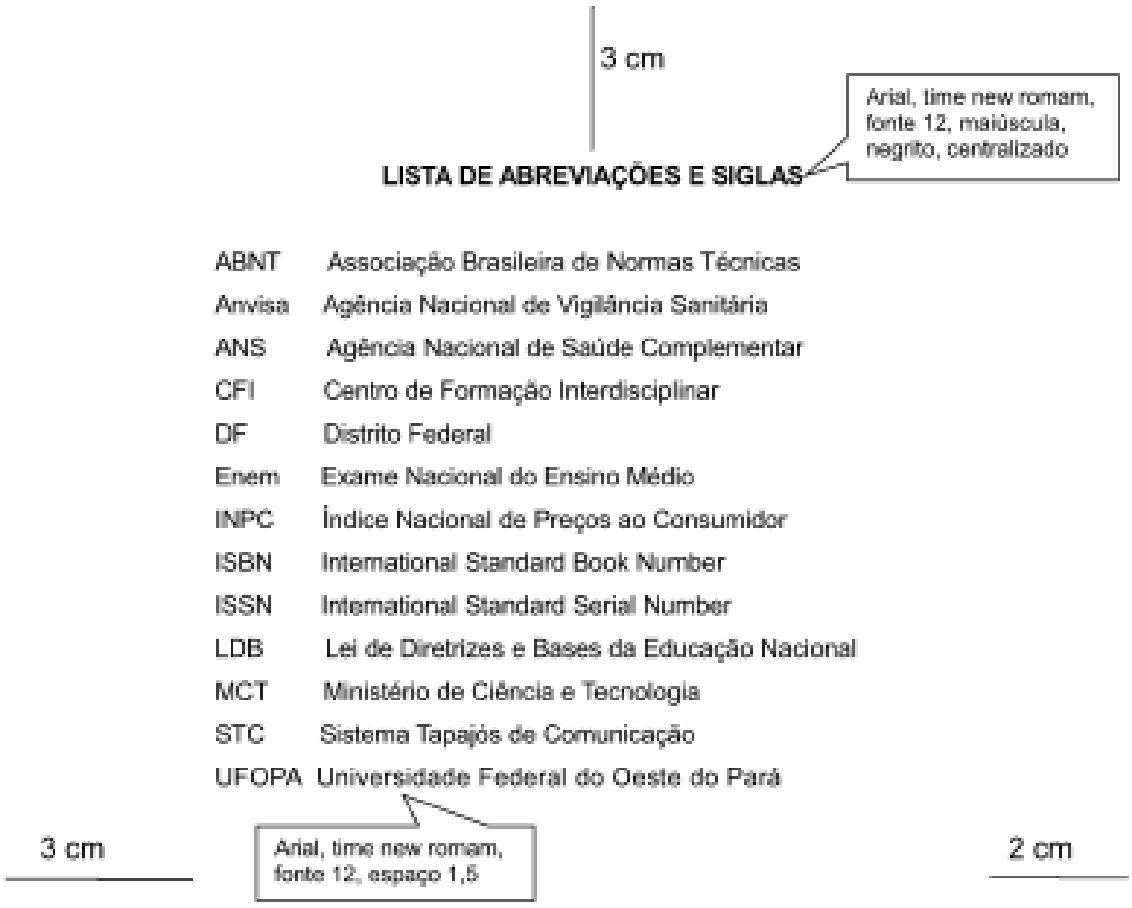
MODELO DE LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Título 16
Tabela 2 - Título..... 19
Tabela 3 - Título..... 20
Tabela 4 - Título..... 34
Tabela 5 - Título..... 37

3 cm

2 cm

MODELO DE LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS



SUMÁRIO
3 cm
Arial, time new romam, fonte 12, espaço 1,5, maiúscula, com negrito
SUMÁRIO
Arial, time new romam, fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado
1 SEÇÃO PRIMÁRIA 11
2 SEÇÃO PRIMÁRIA 13
Seção Secundária, Maiúscula, sem negrito
2.1 SEÇÃO SECUNDARIA 17
2.1.1 Seção Terciária 20
2.1.2 Seção Terciária 22
Seção Quartenária Minúscula, sem negrito
2.1.2.1 Seção Quartenária 23
2.2 SEÇÃO SECUNDARIA 25
Seção Terciária, Minúscula, com negrito
2.2.1 Seção Terciária 27
2.2.2 Seção Terciária 29
3 SEÇÃO PRIMÁRIA 32
4 CONCLUSÃO 47
Maiúscula, com negrito
REFERÊNCIAS 50
APÊNDICES 52
ANEXOS 54
3 cm
2 cm

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ANEXO 8 - PORTARIA DE COORDENADOR E VICE-COORDENADOR

Universidade Federal do Oeste do Pará
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº 392/GR/UFOPA, DE 26 DE AGOSTO DE 2019.

O **REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1, e consoante as disposições legais e estatutárias vigentes, resolve:

Designar PAULO SERGIO TAUBE JUNIOR, Professor do Magistério Superior, para exercer a função comissionada de Coordenador do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias do Instituto de Biodiversidade e Florestas desta Universidade, código FCC, e MANOEL JOSÉ OLIVEIRA DA CRUZ, Professor do Magistério Superior, como Vice-Coordenador do referido Curso. (Processo nº 23204.009650/2019-48)

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ

ANEXO 9 - PORTARIA DO CONSELHO DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

PORTARIA Nº 050, DE 07 DE OUTUBRO DE 2019.

A **DIRETORA DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 735/GR-UFOPA, de 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Reestruturar o Conselho do Instituto de Biodiversidade e Florestas:

1. Alanna do Socorro Lima da Silva (Diretora do Instituto) - Titular;
2. Maria Lita Padinha Correa Romano (Vice-Diretora do Instituto) - Titular;
3. Iolanda Maria Soares Reis (Coordenadora de Agronomia) - Titular;
   José Augusto Amorim Silva do Sacramento (Vice-Coordenador de Agronomia) – Suplente;
4. Paulo Sérgio Taube Junior (Coordenador de Ciências Agrárias) - Titular;
   Manoel José Oliveira da Cruz (Vice-Coordenador de Ciências Agrárias) – Suplente;
5. Thalis Ferreira dos Santos (Coordenador de Biotecnologia) - Titular;
   Antonio Humberto Hamad Minervino (Vice-Coordenador de Biotecnologia) – Suplente;
6. Rafael Rode (Coordenador de Engenharia Florestal) - Titular;
   Edgard Siza Tribuzy (Vice-Coordenador de Engenharia Florestal) - Suplente;
7. Ronaldo Francisco de Lima (Coordenador de Zootecnia) - Titular;
   Gustavo da Silva Claudiano (Vice-Coordenador de Zootecnia) - Suplente;
8. Graciene Conceição dos Santos (Representante dos Docentes) - Titular;
9. Helionora da Silva Alves Chiba (Representante dos Docentes) - Titular;
10. Clodoaldo Alcino Andrade dos Santos (Representante dos Docentes) -Titular;
11. Alberto Conceição Figueira da Silva (Representante dos Técnicos) - Titular;
12. Patrícia Guimarães Pereira (Representante dos Técnicos) - Titular;
    Roberto Sá Maia (Representante dos Técnicos) - Suplente;
    Ângelo Abaal Lisboa Batista (Representante dos Técnicos) - Suplente;
13. Cananda Cris Cavalcante Ferreira (Representante dos Discentes) - Titular;

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

14. Roberta Tapajós Siqueira (Representante dos Discentes) - Titular;

Hugo Jordan Martins Pereira (Representante dos Discentes) – Suplente;

Yago Rodrigo Sousa Maciel (Representante dos Discentes) – Suplente;

Abraão Barbosa da Silva (Representante dos Discentes) – Suplente;

Art. 2º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALANNA DO SOCORRO LIMA DA SILVA

ANEXO 10 - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE DO CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

PORTARIA Nº 027, DE 11 DE ABRIL DE 2019.

A **DIRETORA DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 735/GR-UFOPA, de 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Reestruturar o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Ciência Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas. Fica composto pelos seguintes servidores:

1. Profa. Dra. Marcia Mourão dos Ramos Azevedo;
2. Prof. Dr. Paulo Sérgio Taube Júnior;
3. Prof. Dr. Cléo Rodrigo Bressan;
4. Profa. Dra. Danielle Wagner Silva;
5. Prof. Dr. Gustavo da Silva Claudiano;
6. Profa. Dra. Amanda Frederico Mortati;
7. Prof. MSc. Manoel José Oliveira da Cruz;

Art. 2º - Esta portaria terá validade até 11 de Abril de 2021.

Art. 3º - A carga horária semanal será de duas horas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Fica revogada as disposições em contrário.

ALANNA DO SOCORRO LIMA DA SILVA

ANEXO 11 - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

PORTARIA N° 037, DE 05 DE JUNHO DE 2019.

A **DIRETORA DO INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ – UFOPA**, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 735/GR-UFOPA, de 14 de dezembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Reestruturar o Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias, do Instituto de Biodiversidade e Florestas. Fica composta pelos seguintes servidores e discentes:

1. Prof. Dr. Marcia Mourão dos Ramos Azevedo – Presidente (Coordenador);
2. Prof. Dr. Paulo Sérgio Taúber Junior – Membro Titular (Vice-Coordenador);
3. Prof. Dr. Adenomar Neves De Carvalho – Membro Titular (Docente);
4. Prof. Dr. Edson Varga Lopes – Membro Titular (Docente);
5. Prof. Dr. Ícaro dos Santos Cabral – Membro Titular (Docente);
6. Prof. Dr. João Thiago Rodrigues de Sousa – Membro Titular (Docente);
7. Prof. Dr. Kedson Alessandri Lobo Neves - Membro Suplente (Docente);
8. Rômulo da Silva Maia – Membro Titular (Técnico);
9. Patrícia Guimarães Pereira - Membro Suplente (Técnico);
10. Maila Thaís Vieira Maia – Membro Titular (Discente);
11. Cananda Cris Cavalcante Ferreira – Membro Suplente (Discente);

Art. 2º - Esta portaria terá validade até 30 de janeiro de 2021.

Art. 3º - A carga horária semanal será de duas horas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

ALANNA DO SOCORRO LIMA DA SILVA

ANEXO 12 - PORTARIA DO COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Universidade Federal do Oeste do Pará
Gabinete da Reitoria

PORTARIA Nº 480/GR-UFOPA, DE 5 DE JULHO DE 2018.

O **REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1, e consoante as disposições legais e estatutárias vigentes e a solicitação contida no Memorando Eletrônico nº 101/2018-PROPPIT, de 30 de maio de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) da Universidade Federal do Oeste do Pará para o biênio de 2018-2019:

I - da Universidade Federal do Oeste do Pará:

a) titulares:

1. Maxwell Barbosa de Santana;
2. Adriana Caroprezo Morini;
3. Ricardo Alexandre Kawashita Ribeiro;
4. Ricardo Bezerra de Oliveira;
5. Rosa Helena Veras Mourão;
6. Sâmia Rubielle Silva de Castro.

b) suplentes:

1. André Luiz Colares Canto;
2. Alfredo Pedroso dos Santos Júnior;
3. Fabrizia Sayuri Otani;
4. Heloisa do Nascimento de Moura Meneses;
5. Ruy Bessa Lopes;
6. Tânia Mara Pires Moraes;

II - da Organização Protetora dos Animais: Alessandra Ferreira Dales Nava.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 631/GR-UFOPA, de 23 de novembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ

Rua Vera Paz, s/n – Salé
68040-255 – Santarém – PA
Telefones: (93) 2101- 6506 - Fax: (93) 2101-6520
Correio eletrônico: reitoria@ufopa.edu.br

ANEXO 13: ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE DO CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ATA - REUNIÃO DO NDE DO BCA – 16/10/2019

Aos dezesseis (16) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove as nove (09) horas, na Coordenação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA) no Campus Tapajós, iniciou a Reunião dos membros do NDE (Núcleo Docente Estruturante) do BCA, que foi presidida pelo Professor Paulo Taube, com a presença dos professores, Cléo Bressan, Adriana Morini e Manoel da Cruz. A professora Amanda Mortati justificou sua ausência por estar em férias. As professoras Márcia Mourão e Daniele Wagner justificaram a ausência por estarem em sala de aula e atividades com a turma.

O professor Paulo Taube iniciou reunião a qual teve como ponto de pauta único: 1- Apresentação e Aprovação do PPC do BCA.

Antes de iniciar o ponto de pauta, o professor Paulo Taube informou que a professora Márcia Mourão, devido a questões do PIT, solicitou sua saída do NDE. Além disso, o professor Taube informou que já havia conversado com o professor José Camilo Hurtado Guerrero para substituir a Profa. Márcia e o mesmo aceitou participar deste. Todos os membros presentes aceitaram a indicação e aprovaram o professor como membro do NDE do BCA.

Após iniciou-se o debate sobre o PPC do BCA. Foi apresentada a versão final do PPC, onde os membros leram o PPC e fizeram adequações finais ao texto e as informações neste contida. **Após, os membros aprovaram por unanimidade o texto final do mesmo.**

Nada mais a acrescentar, a reunião foi encerrada às doze (10) horas e quarenta (20) minutos, sendo lavrada a presente ata pelo professor Paulo Taube, e assinada por todos os membros presentes.

Santarém, 16 de outubro de 2019.

Paulo Sérgio Taube Júnior	
Cléo Rodrigo Bressan	
Manoel José Oliveira da Cruz	
Adriana C. Morini	

ANEXO 14: ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO COLEGIADO DO CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ATA - REUNIÃO DO COLEGIADO DO BCA – 16/10/2019

Aos dezesseis (16) dias do mês de outubro de dois mil e dezenove (2019) às dezesseis horas, na Coordenação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (BCA) no Campus Tapajós, iniciou a Reunião do Colegiado do BCA, que foi presidida pelo Professor Paulo Sergio Taube Junior, com a presença dos professores, Adenomar Carvalho, Edson Varga Lopes, Ícaro Cabral, João Thiago e Kedson Alessandri Lobo Neves e a discente Maila Thais Vieira Maia.

O Prof. Paulo Taube informou que o técnico Raimundo Cavalcante Mais (ausente por motivo de atividades) justificou sua ausência.

O Prof. Paulo Taube iniciou a reunião apresentando o PPC do curso e as atualizações efetuadas. Após a leitura das partes cruciais (perfil do egresso, habilidades, número de vagas, entre outros) discutiu-se cada tópico, pequenos ajustes foram efetuados e o texto final foi aprovado por unanimidade. Sem mais, a presente ata foi lavrada por mim, Edson Varga Lopes,

Santarém, 16 de outubro de 2019.

Paulo Sérgio Taube Júnior	
Edson Varga Lopes	
Adenomar Neves de Carvalho	
João Thiago Rodrigues de Sousa	
Kedson Alessandri Lobo Neves	
Maila Thais Vieira Maia	

ANEXO 15: ATA DE APROVAÇÃO DO PPC DO BCA NO CONSELHO DO IBEF

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

ATA - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DO IBEF – 21/10/2019

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, no laboratório de cartografia, da unidade Tapajós, do campus de Santarém da UFOPA, as quatorze horas e quarenta e quatro minutos, iniciou a Reunião Extraordinária do Conselho do Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF), que foi presidida pela Professora Alanna do Socorro Lima da Silva, diretora do IBEF, com a presença dos conselheiros: Cananda Cris Cavalcante Ferreira, Edgard Siza Tribuzy, Iolanda Maria Soares Reis, Maria Lita Padinha Corrêa Romano, Patrícia Guimarães Pereira, Paulo Sérgio Taube Júnior, Ronaldo Francisco de Lima e Thalis Ferreira dos Santos.
Os pontos de pauta foram:
(1) Abertura;
(2) Informes;
(3) Ordem do Dia
(3.1) PPC do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias;
Os encaminhamentos foram:
(1) A professora Alanna do Socorro Lima da Silva fez a abertura da reunião saudando a todos e fazendo a leitura da pauta;
(2) Foi informado que: **a)** Foi solicitado à Secretaria Administrativa do IBEF, um detalhamento sobre tudo que foi gasto no ano de 2019, para orientar o planejamento do orçamento do ano de 2020;
(3) Ordem do Dia
(3.1) O professor Paulo Taube apresentou o PPC do BCA. Após discussões e alterações, por oito votos a favor, um abstenção e nenhum voto contra, o PPC foi aprovado pelo Conselho do IBEF,
Sem mais considerações, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, eu, Gilson Pedroso dos Santos, lavrei a presente Ata, que deverá ser assinada pelos presentes.

Santarém, 21 de outubro de 2019.

	Função	Nome Completo	Assinatura
01	Direção	Alanna do Socorro Lima da Silva	
02	Vice-Direção	Maria Lita Padinha Correa Romano	
03	Coordenação de Agronomia	Iolanda Maria Soares Reis	
04	Coordenação do BCA	Paulo Sérgio Taube Júnior	
05	Coordenação de Biotecnologia	Thalis Ferreira dos Santos	
06	Coordenação de Engenharia Florestal	Edgard Siza Tribuzy	
07	Coordenadora da Zootecnia	Ronaldo Francisco de Lima	
08	Representante Docente	Ausência	Ausência
09	Representante Docente	Ausência	Ausência
10	Representante Docente	Ausência	Ausência
11	Representante T.A.E	Patrícia Guimarães Pereira	
12	Representante T.A.E	Ausência	Ausência
13	Representante Discente	Ausência	Ausência
14	Representante Discente	Cananda Cris Cavalcante Ferreira	